



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DANIEL BEZERRA FURTADO

A PRÁXIS POLÍTICA EDUCATIVA DOS TRABALHADORES
DA CONSTRUÇÃO CIVIL

FORTALEZA-CE

2018

DANIEL BEZERRA FURTADO

**A PRÁXIS POLÍTICA EDUCATIVA DOS TRABALHADORES
DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

Dissertação de apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Linha de pesquisa: Trabalho e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior.

Fortaleza-CE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

- F987p Furtado, Daniel.
A práxis política educativa dos trabalhadores da construção civil. / Daniel Furtado. –
2018.
112 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação,
Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior.
Coorientação: Prof. Dr. Fábio José Cavalcante de Queiroz.

1. Práxis. 2. Político-educativa. 3. Trabalhador. 4. Sindicato. 5. Partido. I. Título.

CDD370

DANIEL BEZERRA FURTADO

A PRÁXIS POLÍTICA EDUCATIVA DOS TRABALHADORES
DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Linha de pesquisa: Trabalho e Educação.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior - Orientador
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio José Cavalcante Queiroz - Coorientador
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Prof. Dra. Maria José Albuquerque da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Ernandi Mendes
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dedico este trabalho aos operários da indústria da construção civil da Região Metropolitana de Fortaleza, que com lágrimas, suor e sangue, erguem arranha-céus, mas, para além disso, erguem com seu exemplo o sonho de dias melhores.

AGRADECIMENTOS

Após intensos 24 meses de aprendizado, muitas foram as contribuições recebidas de professores, colegas de pós-graduação, amigos e tantos outros que tememos esquecer seus nomes. Entretanto alguns cumpriram papel mais destacado para a conclusão deste.

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado a capacidade intelectual de ingressar neste mestrado e concluí-lo com êxito. Apesar do ceticismo dentro da universidade em geral, foi a fé de que para Ele nada é impossível que me sustentou até aqui. De fato, creio que Deus é fiel.

Agradeço a minha esposa, Ademilde, pelo apoio emocional e afetivo que me destinou, nos momentos em que estive sob pressão do tempo, do calendário acadêmico e principalmente de mim mesmo. A minha mãe, Suely, que sempre foi uma das maiores entusiastas das minhas conquistas profissionais e pessoais.

Agradeço ao meu professor e orientador Justino, que soube lhe dar com paciência e sabedoria com minhas limitações, e me ajudou a explorar caminhos na teoria marxista ainda desconhecidos para mim. Agradeço a meu amigo, professor e coorientador Fábio José, que me socorreu nos desafios que vivenciei ao longo da pesquisa. Agradeço aos demais membros da banca – professores Ernandi Mendes e Maria José Albuquerque – pelo olhar zeloso e contribuições apresentadas.

Agradeço a Jânio Nunes Vidal (o professor substituto), que com sua experiência acadêmica e profissional contribuiu enormemente, na condição de sujeito-objeto deste trabalho. Sua participação foi indispensável.

Agradeço aos demais colegas que ingressaram comigo no Mestrado em Educação da UFC, em especial na turma de 2016.2, na linha Trabalho e Educação – Neri, Aurilene, Danielle, Gildo, Samara e Iziane. Estar ao lado destas pessoas fez toda a diferença. Agradeço ao amigo e professor Araújo pelo apoio, cumplicidade e suporte teórico que me possibilitou. Agradeço ao professor e amigo Jáder Almeida, pela forma zelosa com que realizou a correção ortográfica.

Agradeço ao CNPq pela oportunidade dada para realizar pesquisa científica com excelência. Ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFC pelo estímulo e pelas oportunidades apresentadas, neste rico universo de saber e conhecimento.

Agradeço àqueles que constroem o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil – STICCRMF. A convivência construída ao longo de quase seis anos

cumpriu um papel determinante para a realização deste trabalho com profundidade. Agradeço a Socorro, pelas conversas e conselhos dados a mim. Agradeço a Dulce e ao seu Gil, amigos conquistados nesse ambiente. Agradeço a Isabel e “seu Manoel Farias”, que com sabedoria vinda da experiência, me ensinaram que é possível romper com o velho para construir o novo, sempre que possível. Agradeço ao Dr. Ítalo Coelho, conhecido como “Itim”, companheiro de lutas e amigo de data anterior à experiência sindical, com quem dividimos muitas alegrias, tristezas, preocupações e esperanças.

Agradeço especialmente aos sujeitos sociais da revolução: os operários com quem convivi na direção do sindicato. Ao Edneudo, Ednilson, Corredor, Flávio, Dico e Jovânia. Sem dúvida, aprendi muito mais do que ensinei. Agradeço a meu companheiro Nestor Bezerra, a quem o tenho e elevada estima, e demonstrou saber honrar o mandato parlamentar que a classe operária o concedeu. Agradeço ao Geraldo Magela, que, embora as divergências políticas nos tenham levados a caminhos diferentes, sempre foi – guardadas as devidas proporções – como um pai para mim.

Agradeço à militância do Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista – MAIS, por tudo que aprendi sobre luta de classes, movimento operário e socialista, ao longo de 14 anos e que recentemente passou a se chamar Resistência. “É preciso arrancar alegria ao futuro”.

Enfim, a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação humana, meu muito obrigado.

Só Deus cala a minha voz

E nós não mexe com ninguém
Nem mete a mão em cumbuca
Quem mandou você brincar de se arriscar
De cutucar a fera com a vara curta

É que nós tava bem quietinho
Pra que tu veio mexer com nós
Agora aguenta aí
Você vai ter que me engolir
Só Deus cala a minha voz

Não se incomode com a minha vida
Pra não esquecer da sua
De tanto você falar de roer de cutucar
Já tá no mundo da lua

É que talento não se compra
E pra quem tem é coisa rara
Pode até me copiar que eu não vou me incomodar
Respeita as cara

Minha pegada é segura
E eu sou parada dura
Osso duro de roer
Eu sou água de enxurrada
Chuva forte e trovoada
E outro igual tá pra nascer

(Caetano Bonfim)

RESUMO

O presente trabalho é uma investigação de natureza teórica sobre a práxis desenvolvida pelas instâncias do movimento operário por meio da contribuição teórica marxiana. Na pesquisa bibliográfica sobre as obras de Marx e Engels e contribuições de seus interpretes, como Vázquez, Sousa Júnior e Kosik, pretendemos analisar a categoria *práxis* político-educativa como fundamental para a compreensão da teoria marxista e de que modo a compreensão do seu significado pode contribuir no processo educativo e autoeducativo do proletariado. Analisaremos a sua relação com o trabalho e o ensino, como base do programa marxista para a educação. Em seguida, apoiados nos escritos de Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky e Gramsci, nos deteremos a analisar a atuação de partidos, sindicatos, intelectuais e demais entidades de classe como mediadores da práxis revolucionária. Em seguida investigaremos as iniciativas político-sindicais e educativas realizadas no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza, partindo da constituição da oposição sindical em 1988, passando por sua eleição e posse como grupo dirigente. Sua atuação político-sindical como responsável por implantar, construir e consolidar uma práxis político-educativa voltada para a elevação do nível de consciência dos operários da construção civil. Por fim, nos debruçaremos nas experiências educacionais que não estão institucionalizadas: o projeto de alfabetização promovido pelo sindicato, a escola patronal e a Escola do Peão, para alfabetização de operários. Nessa direção, refletiremos sobre as possibilidades de se desenvolver uma *práxis* transformadora e um processo permanente e dialético entre a atividade educativa dos docentes, a partir de espaços escolares que não foram alçados pelo Estado e conseqüentemente se chocam com este, como um contraponto, remando contra a maré, na perspectiva de instruir operários, que ao desenvolverem uma vida política e sindical ativa, no campo de classe, sentem a necessidade de se alfabetizar e se instruir, visando compreender melhor o mundo que vivem e formar-se politicamente em busca de sua emancipação.

Palavras-chave: Práxis. Política. Educação. Trabalhador. Sindicato. Partido.

ABSTRACT

This is an investigation of a theoretical nature about the praxis developed by the instances of the labor movement through the Marxian theoretical contribution. In the bibliographical research on the works of Marx and Engels and contributions of their interpreters, such as Vázquez, Sousa Júnior and Kosik, we intend to analyze the political-educational praxis category as fundamental for the understanding of Marxist theory and how the understanding of its meaning can contribute to the educational and self-educative process of the proletariat. We will analyze their relationship with work and education as the basis of the Marxist program for education. Then, based on the writings of Lenin, Rosa Luxemburg, Trotsky, and Gramsci, we will analyze the performance of parties, trade unions, intellectuals and other class entities as mediators of revolutionary praxis. Next, we will investigate the political-syndical and educational initiatives carried out at the Union of Workers in the Civil Construction Industry of the Metropolitan Region of Fortaleza, starting with the constitution of the trade union opposition in 1988, passing through its election and tenure as a leading group. Its political-syndical activity is responsible for establishing, building and consolidating a political-educational praxis aimed at raising the level of awareness of construction workers. Finally, we will focus on the educational experiences that are not institutionalized: the literacy project promoted by the union, the employers' school and the School of the Peon, for the literacy of workers. In this direction, we will reflect on the possibilities of developing a transformative praxis and a permanent and dialectical process between the educational activity of the teachers, from school spaces that were not raised by the State and consequently collide with it, as a counterpoint, rowing against with the prospect of educating workers, who, in developing an active political and labor union in the class field, feel the need to become literate and educate themselves, in order to better understand the world they live in and to form themselves politically in search of their emancipation.

Keywords: Praxis, Politics. Education. Worker. Union. Party.

LISTA DE SIGLAS

CGB	Coletivo Gregório Bezerra
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CSP-CONLUTAS	Central Sindical e Popular Conlutas
CS	Convergência Socialista
CUT	Central Única dos Trabalhadores
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PFL	Partido de Frente Liberal
PLP	Partido da Libertação Proletária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
STICCRMF	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PRÁXIS POLÍTICO-EDUCATIVA NA PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA	19
2.1	A categoria da práxis: notas introdutórias	20
2.2	A compreensão marxista de educação	30
2.3	A práxis político-educativa como elemento fundamental da compreensão marxista de educação	34
3	OS SINDICATOS E OS PARTIDOS POLÍTICOS COMO SUJEITOS PEDAGÓGICOS DE PRÁXIS	38
3.1	O partido e o sindicato em Lênin	38
3.2	O partido e o sindicato em Rosa Luxemburgo e Leon Trotsky	44
3.3	Os intelectuais no partido e as entidades de classe em Gramsci	52
4	AS INICIATIVAS POLÍTICO-SINDICAIS EDUCATIVAS DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL	57
4.1	Uma história de lutas	62
4.1.1	<i>As eleições e a Oposição Sindical</i>	65
4.1.2	<i>O primeiro mandato</i>	67
4.1.3	<i>A greve de 1995</i>	71
4.1.4	<i>Consolidação da tradição construída</i>	75
4.2	A escola freireana de 1989	82
4.3	A experiência patronal de 1992	91
4.4	A escola do peão de 2014	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	108

1 INTRODUÇÃO

O tema de nossa análise é a práxis político-educativa dos trabalhadores da construção civil da Região Metropolitana de Fortaleza, protagonizado por suas organizações políticas e sindicais, bem como as experiências educacionais que envolverem esta categoria. Essa pesquisa é de natureza qualitativa e de cunho bibliográfico, apoiada no materialismo histórico-dialético como referência, por se tratar de uma pesquisa histórica, pois cremos que as lições da história nos ajuda a compreender a realidade, proporcionando uma visão da totalidade. O período de análise parte da formação de uma oposição classista no sindicato em 1988, até o fim da experiência da escola do peão em 2015.

O interesse de investigar esta categoria de trabalhadores surgiu devido minha trajetória política e militante. Durante os primeiros anos do século XXI, ao adentrar no ensino superior, no curso de licenciatura em Geografia – primeiramente na URCA, e posteriormente me transferindo para a UECE – estudando e compreendendo um pouco melhor a realidade que nos cerca, decidi dedicar parte da minha vida a causa dos explorados e oprimidos – a classe trabalhadora. Engajei-me no movimento estudantil e suas entidades representativas, como Centros Acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes e demais fóruns estudantis. Nessa caminhada filiei-me as ideias socialistas e militei à serviço desta causa, que julgava a mais importante de minha vida. Durante este período, já observava a ousadia e coragem com que os operários da construção civil tocavam suas lutas, e conquistaram meu respeito e admiração.

Posteriormente me formei e comecei a trabalhar como professor na rede estadual e municipal de Fortaleza. Convivi com o descaso com que professores, estudantes e a escola pública estão submetidos, e as lutas que os educadores travam em busca de melhores condições de trabalho e ensino. Após alguns anos fui convidado a trabalhar como assessor sindical do Sindicato dos Trabalhadores da indústria da Construção Civil. Ao longo de quase seis anos acompanhei na condição de coadjuvante como se organizam estes trabalhadores, sua direção político-sindical, os partidos políticos que estão representados na categoria, a relação com a patronal, as greves por local de trabalho e as greves gerais. Observei como a entidade se porta perante o Estado, a justiça, a imprensa e os demais movimentos sociais. Foram anos de intenso aprendizado, que muito contribuiu para a construção desta pesquisa.

O material que nos serviu de base para uma reiterada problematização do tema, além Marx e Engels, apoia-se em textos de teóricos com inspiração marxista como Lênin,

Rosa Luxemburgo, Trotsky, Gramsci, Vázquez, Sousa Júnior, Freire, Mészáros, Mendes, Rabelo, Farias, Rebouças e outros, abordando o cotidiano e os confrontos operários, em seus documentos gerais, além de textos originados na chamada “grande imprensa”. Sem dissimular as dificuldades, também nos firmamos nas fontes orais (depoimentos e conversas pessoais), necessárias ao esclarecimento de inevitáveis lacunas. Para organização e entendimento, a dissertação está constituída por introdução, três capítulos e considerações finais.

No primeiro capítulo nos detivemos, notadamente, as conexões do marxismo com a noção de práxis, sendo algo que não passa despercebido aos que se interessam pelo estudo das contradições do tempo presente e se empenham, não somente nas tentativas de entendê-las, mas, de algum modo, projetam superá-las. Nessa perspectiva, a ideia de uma formação política educativa da classe trabalhadora encontra-se em pauta nos tempos que correm, e a práxis político-educativa constitui o alicerce e a argamassa deste trabalho. Seguramente, essas questões se amparam em uma realidade concreta e tem a ver com a luta de classes e suas expressões mais corpóreas e sensíveis, representadas aqui pelo operariado.

A práxis, como atividade transformadora ocupa hierarquia prioritária; em Marx (2007) a práxis é teórica e prática, pois na medida em que a teoria modifica a ação humana, conduzindo-a a uma ação revolucionária, também é teórica, pois essa relação é consciente. Esta categoria encontra-se pouco explorada nesse contexto, como se fosse apenas um apêndice do trabalho, e nesse sentido, se encontra subaproveitada. De fato, o trabalho ocupa lugar fundamental na análise marxista; entretanto, reafirmamos a necessidade da práxis revolucionária, por entender que as relações de produção no capitalismo geram uma contradição que assume a forma de um antagonismo de classes. O aguçamento dessa contradição torna necessária a revolução, que seria o produto da união entre teoria e práxis, necessária para a transformação que levará a emancipação da humanidade. Dentro do programa marxista para a educação, veremos a importância que Marx e Engels davam grande importância a união trabalho e ensino, com vistas do desenvolvimento político dos trabalhadores enquanto força social potencialmente revolucionária, para fazer avançar sua luta contra a burguesia. Promover a articulação entre educação (escola), o trabalho e a autoeducação política dos trabalhadores, além das demais atividades oriundas da práxis cotidiana, são fundamentais.

Cabe-nos perguntar: de que forma esta práxis seria disseminada entre os trabalhadores? Através dos próprios trabalhadores, conjuntamente com seus aliados – que seriam os intelectuais, dirigentes políticos e sindicais, militantes diversos e as suas respectivas

entidades de classe; estes são os sujeitos sociais do processo de autoeducação, disseminando a práxis político-educativa promotora da transformação social, apresentando aos trabalhadores desde noções teóricas e práticas dos processos de trabalho, até maneiras de como atuar de forma revolucionária nas lutas sociais, econômicas e políticas em geral. Ou seja, a práxis deve orientar nossas ações educativas, de modo a articulá-la a uma transformação social emancipatória.

No segundo capítulo analisamos a forma como a práxis político-educativa é transmitida por sindicatos, partidos, intelectuais e demais entidades de classe. Para Lênin, os comunistas deveriam participar das lutas sindicais cotidianas, mas fazer avançar a consciência do proletariado com a perspectiva revolucionária, destruindo a ordem vigente. Os marxistas revolucionários devem organizar o proletariado e educá-lo em uma práxis política que lhe permita compreender que a raiz de sua miséria e exploração está na propriedade privada e, daí, a necessidade pôr fim àquele estado de coisas, e sua tarefa deveria ser elevar a atividade política das massas, em especial da classe operária.

Em Rosa Luxemburgo (1979), vemos que era durante o processo de luta que a classe trabalhadora tomava consciência dos objetivos pelos quais luta, ou seja, o processo de organização, conscientização e luta, simultaneamente. O proletariado em movimento educava e se educava, dialeticamente. Todavia, a vanguarda consciente não deveria esperar o levante do movimento popular espontâneo mas buscar se antecipar a evolução dos acontecimentos e tentar acelerá-los. Ela reconhece que o partido socialista deve tomar a direção política da greve, inclusive propondo suas palavras de ordem e suas táticas para a luta política, e defende que a organização socialista é a vanguarda dirigente do povo trabalhador e que a coesão do movimento resulta de sua organização. Para a socialista germano-polonesa, a práxis política revolucionária surge no combate, na ação de massas.

Rosa refutava com veemência a crença de que o movimento operário seria a resultante da intervenção indivíduos dotados de qualidades excepcionais. Olhando para a revolução russa de 1905, compreende que a greve de massas não surge artificialmente, mas fruto de um fenômeno histórico, apoiada sobre uma realidade social específica. Combateu com tenacidade a teoria revisionista, considerando-a uma traição de classe. Uma revolução social e uma reforma não se distinguiriam pela duração, mas pela essência, em que a emancipação da classe trabalhadora e a transformação socialista exigiriam uma luta demorada e persistente, que, no seu curso, o proletariado experimenta avanços e recuos, mas segue sua marcha.

Em Trotsky (2012) veremos o partido revolucionário com um papel educativo fundamental para o triunfo da revolução, coordenando os trabalhadores em sua luta contra o capital. Também o identifica como o setor mais avançado da vanguarda proletária, sendo o sujeito político responsável por articular e coordenar os trabalhadores em suas lutas, desde as mais elementares até a luta decisiva contra a burguesia e seus agentes. Denuncia a degeneração stalinista na URSS, defendendo uma revolução social, que removesse do aparato do Estado a casta de burocratas e promover uma práxis político-educativa que permitisse seguir avançando as conquistas de outubro.

No campo do sindicalismo, a batalha de Trotsky – e dos *trotskistas* – era a luta contra as tendências fascistas, socialdemocratas e a influência crescente do stalinismo em nível internacional, que alcançava incontáveis sindicatos. Ao vivenciar a fase de decadência do imperialismo, pôde observar a influência destas correntes no movimento operário e sindical, identificando um processo crescente de degeneração dos sindicatos. Contudo, defendia a necessidade de lutar para ganhar influência sobre a classe operária. Para ele, os revolucionários deveriam estar na primeira fila em todo tipo de luta, das mais modestas até as mais importantes, como os direitos democráticos da classe operária, tomando parte ativa nos sindicatos para fortalecê-los e enriquecer seu espírito de luta, resistindo a toda tentativa de submeter os sindicatos ao Estado burguês.

Em Gramsci (2012), encontramos um olhar mais atencioso em torno dos intelectuais. Tais indivíduos detém a devida consciência de sua função, seja ela no campo da política, economia ou na esfera ideológica. O autor italiano acreditava também que todos na sociedade são intelectuais, embora nem todos desempenhem esta função, e que os intelectuais do partido teriam a tarefa de levar adiante a pedagogia da emancipação, considerando que devem ter autonomia para a implantação de práxis político-educativa revolucionária como um todo. O partido revolucionário em Gramsci se apresenta como o melhor educador coletivo da classe trabalhadora, pois conduz a luta do proletariado para sua libertação do capital, e afirma que a autoridade e o prestígio do partido crescem à medida que se alarga e atinge camadas populares, grupos e indivíduos que nunca se dispuseram a atuar na luta política, produzindo nestes indivíduos o desejo de militar, diligentemente, pela causa comunista. Para educar os quadros militantes na disciplina e organização do partido, o filósofo dá grande importância ao papel da formação de quadros para preparar lideranças aptas a disputar as direções dos movimentos e das organizações presentes na Sociedade Civil, estando ou não sob o controle da burguesia. Defendia que o trabalho de formação política necessária à revolução deveria ser

elaborado a partir dos organismos constituídos pelo proletariado – partidos, sindicatos, conselhos de fábrica, dentre outros.

No terceiro capítulo analisamos as iniciativas político-sindicais dos trabalhadores da construção civil. A estrutura dirigente herdada dos tempos da ditadura empresarial-militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985, levou à direção do STICCRMF a perpetuação do grupo dirigente conivente com o controle que o Estado exercia sobre si, descolada dos problemas que os trabalhadores enfrentavam no dia-a-dia dos canteiros de obra, e estes não tinham interesse em participar de suas atividades ou sequer compreendiam sua função.

A partir da década de 1980, inicia-se a fase de abertura política, que evidentemente se dão no interior dos sindicatos, animando várias categorias que passaram a construir pela base oposições que procuravam eleger-se para as diretorias de seus respectivos sindicatos. Este era o signo da oposição sindical na construção civil de Fortaleza organizada em 1988. Capitaneada por três trabalhadores que eram militantes do Coletivo Gregório Bezerra – CGB ligados à CUT. Durante o ano corrente iniciam um trabalho político-sindical nos locais de trabalho e alojamentos, que os levam a ser vitoriosos nas eleições. Embora eleitos, precisam travar uma intensa batalha na justiça e junto ao aparato da entidade para serem empossados.

A primeira gestão (1989/1991) desta diretoria eleita é marcada por uma série de enfrentamentos com a patronal da construção civil, e seu principal desafio foi organizar a base da categoria para a luta em defesa dos seus direitos. Os avanços e recuos nas campanhas salariais e greves ocorridas no período ajudaram a pavimentar uma práxis político-educativa que promovia, entre os operários da construção civil, uma ação pedagógica que buscava libertá-los. Ergueram suas cabeças e começavam a questionar a força de seus exploradores. Com certeza o medo da demissão, da prisão e das agressões físicas por parte da polícia ainda haviam; contudo, os peões decidiram por enfrentar seus medos em busca de melhores salários, melhores condições de trabalho e o mínimo de dignidade. Outro episódio marcante foi a greve de 1995: após alguns revezes nos anos anteriores, nesta batalha árdua obtiveram vitória econômica, política e “moral”, ao enfrentar os empresários, a imprensa cearense, o governo do estado e a dura repressão policial, sem ceder. Não por acaso essa greve é considerada a maior e mais importante da história da categoria. Também fazemos uma análise do sindicato nos anos do governo Lula e a conjuntura política e sindical que permeava a entidade a época, e seus desdobramentos sob a práxis do grupo dirigente.

Ainda neste capítulo analisamos as experiências educacionais que ocorreram entre os trabalhadores. A primeira experiência realizada foi o projeto de alfabetização promovido

pelo sindicato em 1989, apoiado pelos militantes do CGB/PLP. Baseado na teoria e metodologia de Paulo Freire, o essencial era que alfabetização e a conscientização andam juntas, e o papel do educador engajado e disposto a contribuir com esclarecimento político e a formação da cidadania eram necessários para a realização de uma educação crítica. Houve seleção de voluntários, capacitação e pesquisa do universo vocabular e posteriormente início das atividades nos núcleos de alfabetização.

A segunda experiência escolar foi posta em prática pelos empresários da construção civil em 1992, que, ao seu modo, implantaram um projeto de alfabetização nos canteiros de obra. Frente a escola promovida pelo sindicato laboral, decidiram por fazer a disputa política e ideológica pela consciência dos trabalhadores, mas objetivando também maior lucratividade e produtividade, em que a execução feita pelo SESI, embora se utilizasse de instrumentais teóricos de Paulo Freire, o alijavam de suas maiores contribuições ao processo de ensino-aprendizagem, visto que negou o caráter conscientizador do método freireano.

A terceira experiência escolar analisada foi a Escola do Peão do PSTU. Em 2014, uma equipe de militantes, intelectuais, estudantes universitários e professores, se propôs a realizar uma atividade de formação permanente de alfabetização e letramento de trabalhadores da construção civil numa perspectiva marxista, a fim de formar quadros e militantes políticos em condições de intervir nos seus locais de moradia, trabalho e organização, inserindo-se nas lutas mais elementares dos trabalhadores, objetivando implementar uma práxis político-educativa condizente com suas aspirações teóricas e ideológicas.

Por último, nas considerações finais, buscamos elucidar de maneira resumida as principais conclusões deste trabalho, ora apresentado ao olhar rigoroso e crítico de leitores e examinadores. Contudo, diante do inconformismo de deixar de investigar questões de relevância que nos inquietam, em que algumas questões poderiam ser apresentadas de outra maneira, ou algumas lacunas poderiam ter sido melhor investigadas, estes escritos são o produto de um trabalho intelectual desenvolvido nas páginas adiante. Se muito vale o já feito, mas vale o que será.

2 A PRÁXIS POLÍTICO-EDUCATIVA NA PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA

“A ‘libertação’ é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas...” (Marx & Engels, 2007)

Em tempos conturbados, em que conceitos como “direita” e “esquerda” aparecem desconectados de suas definições clássicas, à luz das contribuições do materialismo histórico e dialético ajudam a esclarecer os eventos da luta de classes contemporâneos. Assim, não é de estranhar que todas essas circunstâncias atuais, que envolvem questionamentos, negação e deturpação das contribuições marxianas, provoquem um olhar mais circunspecto, com referência à teoria de Marx e Engels, que, de certo modo, se ligam às requisições do atual curso histórico, a despeito de certa sociologia, de maneira errática e apressada, ter decretado o “fim da história”, ao apostar que, após a derrota do “socialismo real”¹, a “democracia liberal ocidental” seria a solução final do governo humano.

Notadamente, as conexões do marxismo com a noção de práxis é algo que não passa despercebido aos que se interessam pelo estudo das contradições do tempo presente e se empenham, não somente nas tentativas de entendê-las, mas, de algum modo, projetam superá-las. Nessa perspectiva, a ideia de uma formação política educativa da classe trabalhadora encontra-se em pauta nos tempos que correm e a práxis político-educativa constitui o alicerce e a argamassa deste trabalho.

Seguramente, como será reparado mais adiante, essas questões se amparam em uma realidade concreta e tem a ver com a luta de classes e suas expressões mais corpóreas e

¹ Sistema econômico e político que foi implantado na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), no leste europeu, Cuba, China e Coréia do Norte. Tal terminologia é utilizada para diferenciar que existem diferenças das concepções originais do socialismo científico e o que foi implantado.

sensíveis, representadas aqui pelo operariado da construção civil da região metropolitana de Fortaleza.

Para compreender a realidade dos trabalhadores da construção civil, partimos de uma análise da realidade concreta, à moda de Lênin, mas, precisamente, recorreremos à teoria marxista, uma vez que, a nosso ver, ela possibilita-nos analisar e compreender os atores desta categoria, bem como seus antagonistas. Apesar de, no passado, outros pesquisadores terem reconhecido a relevância desse tema, e, de algum modo, terem desenvolvido aspectos do problema, estamos persuadidos de que há pontos que merecem novas diligências, que veremos adiante.

Assim, pretendemos neste capítulo alicerçar nossas referências teórico-históricas e filosóficas, que irão nortear esta investigação. Nas obras de Marx, encontramos importantes contribuições no *Manuscritos econômico-filosóficos* (2008), *Teses sobre Feuerbach* (2007), *A Ideologia Alemã* (2007), no *18 Brumário de Luís Bonaparte* (2011), em *O Capital* (2014) e no *Manifesto do Partido Comunista* (2003). Encontramos elementos esclarecedores relativos ao mundo social em que a contradição entre capital e trabalho assume aspecto essencial e decisivo.

2.1 A categoria da práxis: notas introdutórias

Dentro do espectro marxiano e marxista², alguns estudiosos identificam na práxis a categoria central do marxismo, sendo esta a atividade humana transformadora, em contínua interação entre teoria e prática, na medida em que a teoria torna essa relação consciente e orienta a ação humana. Aqui precisamos esclarecer que práxis não pode ser confundida com prática, mas tal prática é fundamentada em ação reflexiva de si. Para Marx, “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25). Os primeiros indícios que chamam nossa atenção aparecem nas Teses sobre Feuerbach (teses I, II e XI), em que o filósofo alemão polemiza com seu adversário, numa clara ruptura com o modo de se conceber a filosofia anterior.

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [gegenständliche Wahrheit] não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É

² Entendemos por marxianas as ideias baseadas nos escritos de Marx, enquanto as ideias marxistas seriam baseadas em Marx e em seus intérpretes e comentadores.

na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza ceterior [Diesseitigkeit] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente escolástica (MARX, 2007, p. 533).

Marx localiza a prática como a base do conhecimento, negando a possibilidade de conhecer à margem da atividade prática homem – que é uma posição do materialismo tradicional. Também nega o verdadeiro conhecimento como mero produto da consciência, pois a produção de conhecimento se dá na relação entre o homem e o mundo, ou entre o homem e a natureza, e esta relação só é possível através da atividade prática humana. Concordamos com o autor, pois acreditamos que é na realidade concreta que as teorias precisam ser postas em prática e ser validadas ou refutadas. Sendo assim, também consideramos imprescindíveis as contribuições de Vázquez (1968) como decodificador da categoria da práxis em Marx. Para ele, a práxis é a categoria central do marxismo, pois a partir dela os seres humanos podem se tornar sujeitos da história, sendo capazes de interpretar e transformar o mundo. Em sua perspectiva, há uma afirmação fundante de que a práxis é uma atividade humana transformadora, em contínua interação entre teoria e prática, na medida em que a teoria torna essa relação consciente e orienta a ação humana, como atividade que produz, a um tempo, objetos e a si mesmo.

Ao reivindicar a práxis humana, como categoria central do marxismo, Vázquez afirma que “nenhum marxista que se preze de sê-lo, isto é, que não se proponha deliberadamente extirpar dele sua medula revolucionária, pode eludir (elidir) essa categoria central, ainda que seja(m) escassos os estudos que sobre ela versam diretamente” (VÁZQUEZ, 1968, pp. 41-42). A práxis, como atividade transformadora ocupa hierarquia prioritária; e a relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática, pois na medida em que a teoria modifica a ação humana, conduzindo-o a uma ação revolucionária, também é teórica, pois essa relação é consciente. Assim, pois, a elaboração de uma verdadeira filosofia da práxis era um problema que correspondia às necessidades práticas, mas que só podia ser resolvida numa íntima conjugação de fatores teóricos e práticos, que pudessem conduzir a um processo revolucionário.

A passagem da filosofia a realidade requer a mediação dos homens, mas até aí Marx só falou de suas consciências. A aceitação pelos homens de uma teoria é condição essencial de uma práxis verdadeira, mas não é ainda atividade transformadora. É preciso determinar, em primeiro lugar, o tipo de teoria que há de ser aceita e que há de passar à própria realidade; é preciso igualmente determinar o tipo de homens concretos que, uma vez que fazem sua crítica, a convertem em ação, em práxis revolucionária. Primeira determinação: a crítica há de ser radical. Segunda: os

homens chamados a realizar a filosofia, como mediadores entre ela e a realidade, são, em virtude de uma situação histórica particular, os proletários (VÁZQUEZ, 1968, pp. 127-128).

Ora, faz-se mister uma práxis revolucionária para mudar o estado de coisas na sociedade, entretanto cabe-nos perguntar: qual é o sujeito social que reúne as condições necessárias para alterar as estruturas postas? Marx elege o proletariado³, como o segmento da sociedade que reúne as condições histórico-sociais para empreender esta missão, e reconhece em *A Ideologia alemã que* “a existência de ideias revolucionárias numa determinada época pressupõe desde já a existência de uma classe revolucionária, sobre cujos pressupostos já foi dito anteriormente o necessário” (MARX & ENGELS, 2007, p. 48).

Ao aprofundar seus estudos sobre o modo de produção capitalista e as condições em que se encontram os trabalhadores, critica o filósofo Hegel quando este diz que “o homem é o produto do próprio trabalho”, destacando que o trabalho nega o homem, mas o produz como tal. O trabalho não produz apenas objetos e relações sociais, com caráter alienante em ambos os casos, mas produz igualmente o próprio homem. Ou seja, Marx critica Hegel por não ter percebido o aspecto negativo do trabalho – sua alienação. Ao mesmo passo, Marx esclarece a distinção fundamental (ao mesmo tempo que estabelece uma relação entre elas, em virtude de a primeira tornar possível a segunda) entre “objetivação” (exteriorização) e “alienação” (estranhamento).

O problema da possibilidade de atribuir-se ao pensamento humano uma verdade objetiva não é um problema teórico, mas sim um problema prático. É na prática que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A discussão em torno da realidade ou irrealidade do pensamento – isolado da prática – é um problema puramente escolástico (VÁZQUEZ, 1968, p. 155).

Na Tese III⁴ sobre Feuerbach é ressaltada a prática revolucionária como práxis que transforma a sociedade e, com isso, Marx opõe-se à concepção materialista anterior da transformação do homem que se reduzia a um trabalho de educação de uma parte da sociedade sobre a outra. A teoria materialista da transformação das circunstâncias e da

³ Compreende-se por proletariado “[...] a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver.” (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888).

⁴ “A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade ou auto-modificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária” (MARX, 2007, pp. 533-534).

educação esquece que as circunstâncias fazem os homens mudarem e que o educador, por sua vez, precisa ser educado. A mudança dos próprios homens, só pode ser concebida e entendida racionalmente como práxis revolucionária, funcionando como unidade de transformação do homem e das condições objetivas e subjetivas de sua existência.

Consideramos este um aspecto muito importante, ao admitir que o educador deve ser educado. Porque somente através de uma teoria revolucionária podemos ir a uma práxis revolucionária. E esta precisa admitir que aqueles que assumem a tarefa de instruir, orientar, formar politicamente o proletariado precisam também se livrar de velhos (pré) conceitos aprendidos outrora. E quem seriam estes educadores? Quem cumpriria o papel de aglutinar, organizar e instruir os trabalhadores em uma práxis político-educativa que apontasse para seus interesses? De acordo com Vázquez:

Esse organismo, mediador entre a teoria e a prática, é o Partido, que agrupa o núcleo de representantes mais conscientes e mais consequentes da classe operária. O Partido estabelece esse laço orgânico entre a teoria e a prática, e entre um setor da classe operária e a classe operária em seu conjunto. O Partido de que falam Marx e Engels representa em todas as etapas de sua emancipação, acima dos interesses parciais, momentâneos, os interesses gerais da classe, como classe que tem uma missão histórico-universal a cumprir, e os interesses do futuro. Nesse sentido, os comunistas não têm interesses isolados a defender (VÁZQUEZ, 1968, p. 173).

Embora adiante destacaremos com mais ênfase o papel cumprido pelo partido, bem como as demais entidades construídas pela classe operária, identifica-lo como o responsável mediato por promover uma práxis político-educativa juntos aos trabalhadores, localiza que este, como vanguarda consciente das tarefas históricas, também necessita passar por uma reflexão autoeducativa. Na Tese XI⁵ localizamos exatamente em relação da práxis revolucionária, que ao romper com filosofia tradicional, atua sobre as circunstâncias, as consciências, e mutuamente faz a conexão entre filosofia e ação, reafirmando a unidade que o marxismo mantém com a prática.

A Tese XI não importa em nenhuma diminuição do papel da teoria e menos ainda em seu rechaço ou exclusão. Repele a teoria que, isolada da práxis, como mera interpretação, está a serviço da aceitação do mundo. Reconhece e eleva ao mais alto nível a que, vinculada à práxis, está a serviço de sua transformação. A teoria assim concebida se torna necessária, como crítica teórica das teorias que justificam a não transformação do mundo, e como teoria das condições e possibilidades da ação. Assim, portanto, nem mera teoria, nem mera práxis, unidade indissolúvel entre uma e outra. Tal é o sentido extremo da Tese XI (VÁZQUEZ, 1968, p. 163).

⁵ “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX & ENGELS, 2007, P. 535).

A 11ª tese, mais que uma tese, apresenta um método para compreender a realidade e a história, sendo o cerne do materialismo histórico e dialético. Vázquez, amparado em Marx, reafirma a necessidade da práxis revolucionária, por entender que as relações de produção no capitalismo geram uma contradição que assume a forma de um antagonismo de classes. O aguçamento dessa contradição torna necessária a revolução, que seria o produto da união entre teoria e práxis, necessária para a transformação que levará a emancipação da humanidade. Mas tal libertação possui um sujeito social que tem consciência de sua tarefa histórica – o proletariado – que ao intervir no conjunto da sociabilidade humana, busca transformá-la.

No *Manifesto do Partido Comunista*, obra que completou 170 anos de sua primeira edição, Marx e Engels afirmam que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes (MARX & ENGELS, 2003, p. 40)”. Ou seja, antecedendo e preparando o surgimento do Estado, e se aprofundando no panorama histórico pós-criação do aparelho estatal, as classes sociais exploradoras e exploradas travam uma batalha sem quartel pela sua libertação ou reafirmação do comando da sociedade vigente.

Nas sociedades primitivas, o trabalho constituía-se, primordialmente, na ação do ser humano sobre a natureza: o objetivo era extrair dela o alimento necessário para a subsistência da espécie e as condições para se proteger das intempéries e animais ferozes. As atividades do trabalho, dirigidas fundamentalmente à preservação da espécie humana, não requeriam instrumentos sofisticados para a produção material, e a produção imaterial, no contexto de relações sociais circunscritas ao universo tribal, não demandavam programas educativos formais tais como escolas. O processo educativo se dava no contexto dos agrupamentos familiar e tribal e objetivava integrar os indivíduos nesse contexto social. A intensificação de relações sociais entre tribos, feudos, cidades e continentes ampliaram as relações entre os povos e propiciaram trocas recíprocas de objetos e de cultura produzida, demarcando novas exigências de produção e de educação ao longo da história da humanidade.

Com tais exigências tem início a divisão do trabalho, a separação campo e cidade e a exploração de mão de obra com vistas assegurar um patamar de produção condizente com novas exigências de oferta de mercadorias. A produção em larga escala não se restringe mais à prioritária provisão de alimentos, ela se estende à indústria e ao comércio emergente. Na indústria intensifica-se a produção de ferramentas, objetos e equipamentos necessários à expansão das cidades e à alimentação do comércio. O ideário de civilização e progresso justifica o emprego de trabalhadores na construção, sustentação e expansão de impérios, monarquias, estados e nações dos mais diversos. A organização do trabalho, especialmente no

contexto da produção de excedentes, tende a dissociar o trabalhador do produto imediato do seu trabalho, passando sua contribuição a ter uma dimensão social e, portanto, um significado mediato e abstrato. Para o trabalhador, os motivos do seu trabalho são transformados. O produto do seu trabalho passa a ser consumido por desconhecidos, o resultado do que faz se dilui na produção coletiva e, em alguns casos, somente será percebido e usufruído por gerações posteriores. Tal mecanismo muda a relação do trabalhador com o produto de seu trabalho e enseja, para a sustentação do mencionado mecanismo, exploração de mão obra e justificativa ideológica para tal exploração, num crescente processo de desumanização.

Hoje, sob o modo de produção capitalista, a posição econômica dos indivíduos, tal como entendida em termos das relações sociais de produção existentes, cria certos interesses materiais comuns e determina a que classe social os indivíduos pertencem. Ora, classe social é o grupo que possui padrões socioeconômicos semelhantes. Na sociedade capitalista as principais classes conhecidas são a *burguesia* – detentora dos meios de produção – e o *proletariado* – que possui apenas sua força de trabalho para vender. Essa é a definição clássica atribuída por Engels em uma nota de rodapé de uma das primeiras impressões do manifesto⁶.

O aumento desta contradição nas relações de produção torna necessária uma revolução, que só pode ser posta em movimento através da luta de classes, por esta ser o motor da transformação; a práxis revolucionária é o caminho, a direção. No corpo do texto, Marx e Engels assinalam que “as ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante” (MARX & ENGELS, Manifesto Comunista, p. 57), pois, antes mesmo de chegar ao poder, a classe ascendente e vitoriosa trata de impor a todos suas ideias, premissas e concepção de mundo, ao ponto de a sociedade absorver estas ideias para si como se fossem verdades perpétuas e imutáveis. No capitalismo, a classe burguesa comanda o Estado e não se recusa a usar todo um conjunto de instituições (escola, universidade, imprensa, justiça) para propagandear suas ideias e opiniões de modo a naturalizar ao senso comum suas verdades e preceitos como sendo os únicos possíveis e alcançáveis.

Nessa lógica esclarecedora e de interesse da burguesia, ao proletariado é dada a oportunidade de possuir um emprego, sob o argumento de que o seu patrão é bom e, portanto, prega-se ao trabalhador mansidão dedicada à produção; ao mesmo tempo, deve se sujeitar às condições de trabalho postas, pois deve ser grato porque enquanto trabalha, um exército de

⁶ “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam os trabalhadores assalariados. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver.” (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888).

reserva está à espera de uma vaga ociosa de emprego, se sujeitando inclusive a trabalhar mais e ganhar menos, em busca de um salário em geral miserável que só lhe permite sobreviver e reproduzir a sua pobreza. Outra ideia propagandeada é a de que o sucesso ou fracasso do indivíduo é determinado pela sua disposição em “agarrar as oportunidades”. O trabalhador deve suportar pacientemente toda opressão e exploração que sofre em seu local de trabalho; não deve jamais se revoltar ou enfrentar seu patrão – afinal, seria ingratidão morder a mão que o alimenta – e se abster de qualquer atividade que não esteja ligada a produção.

Outra ideia bastante difundida é a de que o grau de escolaridade é que determina quem tem os melhores (ou os piores) salários. Noutros termos, quanto menos escolarizado, menos um trabalhador deve ganhar; inversamente, quanto mais escolarizado, mais um trabalhador pode ganhar. No mesmo sentido, um operário analfabeto recebe pouco para sua sobrevivência, e isso não tem nenhum problema, uma vez que ele *merece* o salário que ganha, pois não estudou ou não quis estudar. Os obstáculos impostos para a libertação do proletariado são muitos e em vários terrenos. Ao negar-lhes a emancipação no campo político, econômico e social, essa situação de tensão de tempos em tempos é rompida com o levante dos trabalhadores em maior ou menor grau de radicalização. Em alguns momentos, previdentemente, a burguesia pode contornar o acirramento da luta de classes mediante pequenas concessões; em outros precisa recrudescer a relação conflitiva com a classe laboral, ao ponto de seus interesses não poderem mais ser levados adiante sem que fique nítido que são antagônicos, ou seja, são alvo de disputa entre as duas classes sociais. A isso Marx chama luta de classes. Enquanto a burguesia procura garantir os meios pelos quais mantém a sua dominação, o proletariado, com base em suas lutas, busca se libertar pouco a pouco dos grilhões que o aprisionam, até o momento em que compreende a necessidade de lutar por sua emancipação – sua libertação política e social – da classe dominante. Para isso, precisa derrotar seus adversários de classe e construir uma outra sociedade, alicerçada sob outros valores sociais, culturais, políticos e econômicos. No início, o proletariado costuma resistir a opressão de forma individual. Engels assinala em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2012) que as primeiras reações da classe trabalhadora no capitalismo são individuais, através do crime. Os trabalhadores revidavam cometendo pequenos delitos, pois percebiam que o salário conquistado pelo suor do seu rosto não era suficiente para sobrevivência digna, e o crime seria um atalho. Os que não concordavam publicamente o faziam silenciosamente; mas ao serem descobertos eram enquadrados pelas leis burguesas, e quase sempre eram derrotados. Em momento posterior, passaram a se revoltar contra as máquinas; percebiam que quando maquinário novo chegava a fábrica vinha acompanhado de

demissões de parte da mão de obra, e aumento da jornada dos que permaneciam no trabalho. Não foram poucos os casos em que – nas experiências observadas por Marx, operários fabris se insurgiram contra as máquinas, atacando e destruindo o aparato que lhes parecia o responsável pelo seu flagelo. Explorados economicamente, submetidos a jornadas de trabalho extenuantes e insalubres (muitas vezes perigosas), chegam ao estágio histórico de começarem a se organizar coletivamente em torno de suas reivindicações:

Os operários começam a formar coalisões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se precaverem de insurreições eventuais. Aqui e ali a luta irrompe em motim. De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla entre os trabalhadores. Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contato entre operários de diferentes localidades. Basta, porém, este contato para concentrar as numerosas lutas sociais, que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política (MARX & ENGELS, 2007, p. 48).

Se antes cada indivíduo lutava sozinho, agora os trabalhadores passam a reagir coletivamente como classe. Nesta fase seguirão sua luta contra seus inimigos, em que viverão vitórias e derrotas, mas aprenderão a se organizar para sua luta permanente contra a classe capitalista. Nos marcos desta disputa os operários obtêm conquistas importantes, que, embora não apontem para sua libertação, fortalecem suas posições e convicções, e permite que minimamente resistam à sede de mais-valia burguesa. Para sua luta consciente contra o capital surgem os *sindicatos* como ferramentas responsáveis por organizar os trabalhadores dispersos. Agora, a luta não é apenas por local de trabalho; sua fronteira ultrapassa as grades e muros da fábrica e atinge outras fábricas de uma mesma cidade, ou se alastra para várias cidades de uma região. Em certas circunstâncias se espalham por todo um país. Se no início os sindicatos surgem como entidades secretas de colaboração mútua, a partir do século XIX, com seu reconhecimento na Inglaterra – maior potência econômica e país mais industrializado até aquele tempo – se convertem no que Marx dizia serem verdadeiras “escolas de guerra”, onde aprendem o fundamental: nenhuma conquista virá sem a derrota “dos de cima”. Aprendem sobre solidariedade de classe e fortalecem-na; aprendem também sobre ódio de classe – contra os capitalistas, e, lentamente, vão adquirindo consciência de classes – ou seja, passam da fase de serem uma classe social em si, e se converte em classe para si, ainda que esse processo não deva nunca ser tomado de modo mecânico e unilinear. O fato é que os trabalhadores buscam se organizar politicamente objetivando o fim de sua exploração, e percebemos que sua ação

coletiva mediada pela ação dos sindicatos desenvolve uma praxis político-educativa, em que estes desempenham um papel educativo sobre os trabalhadores e a experiência adquirida na luta de classes produz uma ação autoeducativa sobre os próprios sindicatos.

Entretanto existe uma contradição: por mais valiosos que sejam os sindicatos, eles possuem limites que o impedem de cumprir com a tarefa de libertar o proletariado. Sua principal tarefa seria fortalecer a negociação junto ao capital melhores condições para que os trabalhadores possam vender sua força de trabalho. Quando os salários estão muito arrojados e as condições de trabalho muito ruins, o sindicato entra em cena e, amparado pela massa de operários, se põem em marcha para inverter tal situação. Em caso de resistência por parte dos patrões, lançam mão da greve como mecanismo mais adequado para alcançar seus fins.

Obviamente esse processo não é linear; nem sempre os trabalhadores estão encorajados a ir à luta; em outros casos, as direções sindicais não têm disposição de enfrentar os patrões para além das mesas de negociações, mas se veem pressionadas pelos próprios trabalhadores a tomar a dianteira e pôr-se em luta, temendo perder o controle a despeito da radicalidade com que se insurgem os operários; é um processo que muitas vezes é desigual e combinado. Marx e Engels reconhecem o valor dos sindicatos como preparatórios para a futura batalha que virá, a “verdadeira guerra revolucionária”, acrescentando que o proletariado é a única classe tendencialmente revolucionária, sendo produto autêntico do surgimento da grande indústria (MARX & ENGELS, 2007, P. 49); também compreendem que os sindicatos ajudam a educar os trabalhadores como classe social independente. Mas alerta que as lutas econômicas, embora importantes, se detêm aos efeitos da miséria em que estão submersos os trabalhadores, e não contra as causas, que são o modo de produção capitalista e a exploração ancorada na extração da mais-valia, sublinhando, aliás, que quaisquer conquistas perenes nos marcos do capitalismo seriam mera ilusão.

Marx acreditava que a atuação nos sindicatos serviria como uma alavanca ou um mecanismo tático com vistas a derrubar o modo de produção capitalista que impunha o trabalho assalariado. Nesse horizonte de luta, o revolucionário alemão defendeu sempre como estratégico a abolição deste sistema. Para ele, seria preciso travar uma luta que pudesse ir além de meras relações salariais, i.e., uma luta política revolucionária. E quem poderia cumprir com o papel de educar as massas operárias rumo a derrubada do modo de produção capitalista? A parcela mais resoluta do proletariado, os *comunistas*. Estes seriam a vanguarda, o polo mais consciente do proletariado, o corpo militante que se propunha a tarefa de educar pacientemente – em tese – a classe trabalhadora para a batalha sem quartel que precisaria ser

travada contra a burguesia. Dessa forma, propagam suas ideias em busca de organizar politicamente os trabalhadores, a partir de suas lutas cotidianas mais triviais, na perspectiva de fazer avançar seu nível de consciência, até compreenderem que não existe alternativa que não seja a destruição do capitalismo e a supressão do Estado burguês, e assim edificar a ordem socialista. “(...) na realidade, e para o materialista *prático*, isto é, para o *comunista*, trata-se de revolucionar o mundo, de enfrentar e de transformar praticamente o estado de coisas por ele encontrado (MARX & ENGELS, 2007, p. 30) ”.

Portanto para promover o avanço da consciência (de classe) e alcançar o objetivo de emancipação humana é necessária uma transformação através da práxis política revolucionária, o que só uma nova forma de ver e interpretar o mundo, vinculado a uma nova práxis político-educativa, pode proporcionar. Para os comunistas, isso só será possível através de uma revolução, que derrube a classe dominante do poder e ponha termo as formas de dominação da sociedade vigente.

Na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário. O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado. (MARX & ENGELS, 2007, p. 51).

Marx e Engels, ao longo de sua trajetória intelectual e militante, aprimoraram e enriqueceram os aspectos fundamentais que compõem o corpo dessa passagem do *Manifesto comunista*, nomeadamente no que se refere ao tema do poder político, para o qual a apreciação da experiência da Comuna de Paris (1871) fosse essencial. De resto, o *Manifesto* é um panfleto programático, que não perde importância por esse caráter específico, mas, muito pelo contrário, revela aí toda criatividade de seus criadores e do método que produziram e, pela primeira vez, dotou o proletariado de um programa político que orientasse sua práxis.

Contextualizar a sociedade dividida em classes fez-se necessário para que pudéssemos analisar a concepção de praxis em Marx, em que esta categoria, sendo responsável pela atitude humana transformadora da natureza e da sociedade, assume importância de primeira grandeza. De acordo com Vázquez (1968):

Para Marx, uma filosofia da práxis, deve ser entendida, não como atividade teórica, mas sim atividade real, transformadora do mundo. Já não se trata da teoria que se vê a si mesma como práxis, enquanto crítica do real que por si só transforma o real,

nem tampouco como filosofia da ação, entendida como uma teoria que traça os objetivos que a prática deve atingir. (VÁZQUEZ, 1968, p.p. 121-122).

Nenhuma teoria é capaz de por si só mudar o mundo; tem que deixar que a realidade se revele a despeito dos pressupostos de seus intérpretes e precisa ser posta em prática e ganhar a mente e os corações das pessoas, e nesse sentido é preciso que os trabalhadores despertem para a sua condição e desejem lutar por seus interesses, necessidades, e por sua libertação. Tal consciência teórico-filosófica posta em prática, de forma elaborada por esta teoria anterior, é a práxis, e se esta é elevada à condição de fundamento de toda relação humana, ou seja, se a relação prática sujeito-objeto é básica e original, a relação sujeito-objeto no plano do conhecimento tem que inserir-se no próprio horizonte da prática, pondo em xeque a dicotomia entre idealismo e materialismo.

Kosik (2002) aponta a práxis como o grande conceito da filosofia materialista moderna, que foi sendo modificado com o passar do tempo. Para o autor, no campo do marxismo, a práxis foi eliminada e traduzida como uma teoria dialética e não um conceito filosófico, mas uma categoria dialética da sociedade. Kosik crê que a “práxis é algo incomensuravelmente importante e que a unidade de teoria e prática tem o valor de postulado supremo” (KOSIK, 2002, p. 218), provocando em diversos momentos a modificação histórica de seu conceito. A práxis tornou-se mera categoria e começou a desempenhar a função de correlato de conhecimento e de conceito fundamental da epistemologia. Após outra metamorfose, a práxis se identificou com a técnica no sentido mais amplo da palavra, e foi entendida e praticada como manipulação, técnica do agir, arte de dispor homens e coisas, em suma, como poder e arte de manipular o material humano e as coisas. (KOSIK, 2010, p. 218).

A práxis é atividade que se produz historicamente, proporcionando a unidade do homem e do mundo, da matéria e do espírito, de sujeito e objeto, do produto e da produtividade. O homem não está encerrado na sua animalidade ou na sua sociabilidade porque compreensão do ser sobre o fundamento da práxis e é por isso um ser que tem domínio sobre os elementos da natureza e de outras esferas que estão presentes na relação do homem com o homem (KOSIK, 2010, p.226). O homem faz a história e, ao mesmo tempo, se realiza e se humaniza na história que é criada pelo homem e é marcada pelo trabalho e pelos resultados obtidos pelas gerações precedentes.

Portanto a práxis fornece os meios necessários para se estabelecer e compreender as relações entre o indivíduo e a totalidade. Assim, a categoria filosófica em questão torna-se a porta de entrada e de saída do processo humano-criativo enraizada, cristalizada, alicerçada

nas relações de interação e interdependência entre os indivíduos. A categoria práxis materializa-se no pensamento emancipatório.

2.2 A compreensão marxista da educação

Em Marx, a educação era vista como um processo amplo, realizado no seio da sociedade e bastante multifacetado, que não se restringia apenas às instituições escolares, embora também passasse por elas. Dito isso, pontuamos que a síntese do programa marxiano da educação se sustenta sobre três pilares essenciais, que chamamos de elementos fundantes: *trabalho, ensino e práxis político-educativa*. Este programa possui um protagonista, que é o proletariado, que ao mesmo tempo que educa, precisa ser educado; seu processo de ensino-aprendizagem se dá nos fóruns da sua classe social, que envolve as lutas cotidianas, os momentos de formação política e suas ações correlatas; e este processo autoeducativo ocorre nos instrumentos criados pelos próprios trabalhadores, o que neles intervém – partidos, sindicatos, associações operárias, escola, instituições do estado, etc. São sob esses condicionantes que se realiza a luta revolucionária.

Todavia, há que se ressaltar uma polêmica no interior das elaborações marxistas acerca do princípio educativo do trabalho. Se por um lado essa é a atividade fundamental de construção da humanidade e do homem enquanto ser social, a centralidade pedagógica do trabalho “quase” inquestionável, por outro, embora seja a atividade vital do homem, também se torna o ponto de apoio da sociedade negadora do homem. Pois ao ser analisado sob a realidade da sociedade do capital, como o trabalho abstrato, trabalho assalariado ou trabalho alienado, de acordo com Sousa Júnior “...o trabalho adquire uma dimensão negativa muito intensa” (2010, p. 60).

Defendemos a opinião de que a categoria práxis encontra-se pouco explorada nesse contexto, como se fosse apenas um apêndice do trabalho, e nesse sentido, concordamos com Sousa Júnior de que tal categoria, que é tão importante para a compreensão e transformação social, se encontra subaproveitada.

Ao lado do princípio educativo do trabalho, (trabalho alienado, estranhado), é preciso que se desenvolvam processos educativos dos trabalhadores, pelos trabalhadores sob as circunstâncias mesmas da sua existência, sob seu total controle. Esse processo de autoeducação desenvolvido pelos explorados procura transformar a classe-em-si em classe-para-si, ou seja, pretende preparar o proletariado para os enfrentamentos teórico-políticos classistas e para a defesa e afirmação de sua

perspectiva histórica. O que está em jogo aí, portanto, é a formação do sujeito social potencialmente revolucionário enquanto tal (SOUSA JÚNIOR, 2010, p. 67).

Tais ações não são outras a não ser a práxis político-educativa, em que os sujeitos se auto educam. O que fazer, como fazer, quando fazer e porquê fazer é determinado pelos próprios trabalhadores em luta contra o capital. Nesse sentido, trabalho e práxis são categorias muito caras para as elaborações marxistas, e esclarecê-las é essencial para as reflexões no campo da educação. E a práxis contribui consideravelmente no processo de ensino, seja ele formal ou amplo, pois é a categoria que melhor aponta para os objetivos marxistas, que são a transformação e a emancipação social, e tal práxis (político-educativa) necessita de um conjunto de ações pedagógicas que se realizem. Para Sousa Júnior (2010, p. 71), ao pensar em educação na perspectiva de Marx, não podemos abrir mão da categoria da práxis, principalmente pelo seu caráter político-educativo, sob pena desta se diluir ou se perder na órbita da categoria do trabalho.

Sabemos que a Revolução Industrial promoveu transformações técnicas e sociais da produção que marcaram a transição de uma produção de caráter artesanal, para a produção industrial moderna. Nessa transformação, o modo de trabalho antes baseado principalmente na habilidade e destreza do trabalhador, foi gradativamente substituído por uma nova organização da produção, assentado num sistema de máquinas que impôs à produção um ritmo e uma regularidade independente do trabalhador, garantindo rapidez, precisão, regularidade e infatigabilidade. As fontes tradicionais de energia (força humana ou animal) cederam lugar ao uso de forças controláveis, como a energia hidráulica e, principalmente, o vapor, dotando a produção de crescente independência em relação aos acasos da natureza e em fator de elevação da produtividade.

Essas transformações técnicas foram acompanhadas por transformações sociais mais profundas que se processaram na organização do trabalho, com a emergência do sistema fabril, e o olhar de Marx e Engels se voltou para o registro das condições de trabalho, da extensão da jornada e da intensificação do ritmo de trabalho, da redução dos salários e na conseqüente utilização intensiva da força de trabalho de mulheres e crianças. Não se pode esquecer que, para além da esfera produtiva, a Revolução Industrial constitui-se num amplo movimento que transformou praticamente todos os setores da vida social, das organizações e instituições sociais e políticas às mentalidades. Um dos aspectos que a análise marxiana sofre críticas está relacionado ao trabalho infantil – embora Marx e Engels não tenham dedicado atenção prioritária a esse tema.

Apesar do trabalho infantil não ter sido uma invenção capitalista, pois seu uso é anterior à industrialização e já existia em épocas anteriores, Marx e Engels apontaram uma série de fatores que se combinaram e que levaram ao recrutamento de mulheres e crianças pela indústria. Um desses fatores foi busca pela redução dos gastos com o pagamento da força de trabalho, uma vez que baixíssimos salários eram pagos às crianças; geralmente não passando da metade ou terça parte do salário pago ao operário adulto. Estabelecia-se um círculo vicioso, pelo qual os baixos salários pagos às crianças conduziam à redução do salário do adulto e estes, por sua vez, levavam à necessidade dos pais fazerem seus filhos trabalharem. Com isso o valor da força de trabalho passava a ser determinado pelo tempo de trabalho não só do trabalhador individual, mas de toda a família trabalhadora (do homem, da mulher e das crianças). Foi nesse sentido que Marx observou as consequências do emprego das mulheres e dos jovens pelo capital:

O valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalhador individual adulto, mas para a manutenção da família do trabalhador. A maquinaria, ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por toda sua família. [...] Agora, quatro precisam fornecer não só trabalho, mas mais trabalho para o capital, para que uma família possa viver. [...] (Marx, 1996, Tomo 2, p. 28-29).

O emprego de toda família do trabalhador, enquanto uma exigência para a reprodução da força de trabalho, não teria sido possível sem o desenvolvimento da maquinaria, sem a mecanização da produção. Ao estudar o impacto da indústria mecanizada sobre o destino dos trabalhadores, Marx chama a atenção para a capacidade da indústria se apossar de elementos antes à margem do processo produtivo: a mulher e o menor. Na medida em que as máquinas se tornam indispensáveis e que os avanços técnicos suplantam a força muscular, a introdução da máquina não só permitiu como requisitou o trabalho infantil, ao dispensar a força física e demandar agilidade e flexibilidade do trabalhador.

Diante de tão profunda integração de homens, mulheres e crianças ao processo produtivos nas fábricas, ganha relevância na compreensão marxista da educação a união trabalho e ensino. Sua primeira elaboração surge no Manifesto Comunista de 1848⁷ e é apresentado como uma tentativa imediata de dar resposta ao trabalho infantil. Marx identificava que, nas circunstâncias de seu tempo, não era possível abolir, contudo, ao suscitar

⁷ “Educação pública e gratuita para as crianças; supressão do trabalho fabril de crianças, tal como praticado hoje. Integração da educação com a produção material etc.” (MANIFESTO COMUNISTA, p. 58).

o debate a partir do manifesto, os trabalhadores poderiam exigir a regulamentação da jornada de trabalho e fiscalização das condições de trabalho, como forma de proteger as crianças da brutal exploração à qual estavam submetidas. Desta forma a junção entre trabalho e educação representaria um avanço. A finalidade de Marx era encontrar a melhor forma de, a partir das condições objetivas imediatas, promover e fazer avançar a organização da classe operária fabril.

Marx acreditava que seria impossível simplesmente resguardar as crianças e as mulheres das condições degradantes do trabalho a que eram submetidas pela dinâmica econômico-política da grande indústria. Todavia, compreendendo a contradição do trabalho, Marx considerava um avanço social, político e educativo o envolvimento de todos nos processos produtivos, ainda que compartilhasse de toda insatisfação existente, se solidarizasse e tomasse parte no combate político dos trabalhadores. Marx defendia a luta pela regulamentação do trabalho com o intuito de enfrentar a realidade concreta na tentativa de coibir os abusos do capital. Sua posição era de recusar qualquer postura que partisse simplesmente da negação das condições concretas do avanço das forças produtivas e que, conseqüentemente, se negasse a enfrentar a realidade dada em que as exigências da grande indústria assumem papel preponderante (SOUSA JÚNIOR, 2010, p. 43).

Ao observar o contexto acima, compreendemos que o princípio da união trabalho e ensino possui dois objetivos, sendo um de caráter imediato – que busca evitar a divisão dos trabalhadores, ao passo que busca formar o proletariado – e outro transitório futuro – vinculado às relações de produção que abolirão a propriedade privada dos meios de produção, pondo fim o antagonismo entre as classes. A intenção de Marx é demonstrar aos trabalhadores que uma educação adequada e voltada para seus interesses e necessidades não será conquistada dentro do modo de produção capitalista. Para isso busca convencer os trabalhadores de que melhores condições de ensino para a classe laboral só pode ser conquistadas de duas maneiras: através da organização e luta dos explorados e por uma dada necessidade estabelecida pelo processo de acumulação do capital. Para além disso, a educação não será ofertada ao proletariado de bom grado.

Portanto a união trabalho e ensino busca favorecer o desenvolvimento político dos trabalhadores enquanto força social potencialmente revolucionária, e fazer avançar sua organização com vistas à derrubada da burguesa. Como tal, a perspectiva marxiana de educação compõe-se da instrução em instituições formais de educação (escola), do processo de formação ligado ao trabalho e a autoeducação política dos trabalhadores, além das demais atividades oriundas da práxis cotidiana como um todo interligado.

2.3 A práxis político-educativa como elemento fundamental da compreensão marxista da educação

Ao estudar a história e a sociedade humana, percebemos que o homem, enquanto indivíduo, é um ser que se constrói baseado em suas relações sociais. Tal construção só é possível em um processo dialético em que ele produz e ao mesmo tempo é produto desta, transformando a si mesmo e a realidade a sua volta. A práxis humana possui um caráter educativo, que como assinala Sousa Júnior, “o ser social produz linguagem, consciência, cultura, produz a si mesmo, portanto, através da sua práxis e do seu trabalho” (SOUSA JÚNIOR, 2010, p. 23). Contudo, é de nosso interesse compreender o elemento fundamental da concepção marxista de educação. Nesse sentido:

(...) o problema fundamental da educação, no entendimento de Marx, vai localizar-se essencialmente no processo de educação do proletariado, por ser esse o agente que sofre mais intensamente a opressão do capital e, por ser ele, conseqüentemente, o portador das condições mais favoráveis para conduzir o processo de superação das relações estranhadas (SOUSA JÚNIOR, 2010, p. 26).

Sendo o proletariado a classe social que reúne as condições necessárias para promover a superação do modo de produção capitalista, tanto pelo papel que ocupa no processo produtivo, quanto pela exploração que sofre, Marx corretamente busca promover uma práxis revolucionária que cumpre um papel educativo, objetivando um processo de transformação profunda no ser humano, a partir das suas relações sociais. A revolução proletária assume uma perspectiva pedagógica, porque indica a supressão da exploração do homem pelo homem, em que o processo de educação se daria de forma pensada, planejada e definida conscientemente pelo próprio homem segundo seus interesses e necessidades, em busca de sua emancipação. Como vimos anteriormente, Marx entende que o papel desempenhado pelas entidades de classe como partidos, sindicatos, associações operárias etc., a formação escolar articulada à formação do trabalho, podem desenvolver e fortalecer a práxis revolucionária, sendo esta a pedagogia da libertação da classe trabalhadora.

Cabe-nos perguntar: de que forma esta práxis seria disseminada entre os trabalhadores? Primeiramente através dos próprios trabalhadores, conjuntamente com seus aliados – que seriam os intelectuais, dirigentes políticos e sindicais, militantes diversos e as suas respectivas entidades de classe; estes são os sujeitos sociais do processo de autoeducação. Segundo, as relações de ensino-aprendizagem desenvolvidas nos locais de

trabalho, na sua práxis produtiva, envolvendo suas atividades de solidariedade de classe e nos enfrentamentos cotidianos com os patrões. E terceiro, a práxis político-educativa levada a cabo no processo de transformação social, em que são levados e apresentados aos trabalhadores desde noções teóricas e práticas dos processos de trabalho, até maneiras de como atuar de forma revolucionária nas lutas sociais, econômicas e políticas em geral.

Estes elementos reunidos atuam na formação de quadros militantes, de dirigentes, de lideranças operárias e populares, oradores, quadros que formulam as táticas e as estratégias revolucionárias do movimento proletário, e da base geral do movimento, o que é fundamental para que esta não seja manipulada pelas camadas dirigentes e seja, ao mesmo tempo, capaz de formular e assumir postos de comando (SOUSA JÚNIOR, 2010, p. 28).

Portanto, a autotransformação do homem só pode realizar-se através de uma nova consciência que aponte de fato para a revolução, e só será possível se houver uma transformação do homem, que se realiza quando se promove uma práxis política-educativa. Mas a efetiva realização desta é um processo que requer certo tipo de educação teórica e prática para que possa desenvolver-se, ancorada em uma concepção e ação político-pedagógica autônoma, que ao ser desenvolvida pelos trabalhadores de forma autoeducativa, deve levar em conta seus objetivos imediatos e históricos. É preciso romper com a ordem burguesa estabelecida, alterar as relações de produção do capital, modificar os valores jurídicos, políticos, morais e pôr abaixo a ideologia dominante, buscando formar a humanidade para novas relações que superem o capitalismo, rumo a uma sociedade emancipada, em que os indivíduos gozem de plena liberdade. Para que esta hercúlea tarefa se concretize, faz-se necessário promover uma práxis que aponte efetivamente nesta direção.

Do mesmo modo, quanto melhor for o trabalho de educação política, tanto mais profunda será a compreensão do proletariado de sua própria situação, de sua força social e de suas tarefas históricas, e conseqüentemente mais profundo e amplo será o processo revolucionário. A revolução, nesses termos, ou seja, como processo educativo, não pode ser reduzida meramente a uma luta militar, circunstancial e breve. Ela representa todo um processo de ruptura radical com a sociabilidade burguesa (SOUSA JÚNIOR, 2010, p. 36).

Concordamos com a afirmação citada acima por Sousa Júnior, em que o episódio principal da revolução não deve se reduzir, de forma esquemática e engessada, apenas à ação armada no momento da derrubada do aparato estatal burguês, mas é bem anterior a esta. É preciso penetrar nas mentes e nos corações do proletariado, convence-lo de sua condição de explorado e oprimido, apresentar-lhes um conjunto de ideias que lhe permita entender a

realidade que o cerca e fazer com que se disponha a nela intervir e transforma-la, a partir da luta de classes, para pôr fim a sociedade de classes. E o ponto de partida deste processo histórico, dialético e dinâmico só pode ser conduzido a partir da práxis política-educativa, em que o sujeito social da revolução – a classe proletária – junto com seu conjunto de aliados nos movimentos sociais, partidos, sindicatos, dentre outras entidades de classe, através de um processo combinado de práticas políticas-pedagógicas formativas, articuladas com o trabalho e a educação, possam disseminar com êxito as ideias, concepções e o programa marxista que conduza ao processo revolucionário.

Dessa forma, o exercício da práxis político-educativa viabiliza a necessária aproximação entre o universal e o particular, o objetivo e o subjetivo, o sujeito e o objeto e principalmente a teoria e a prática. Assim, a práxis é em si autoeducativa, pois ela é operada por sujeitos que na prática refletem teoricamente para sempre transformar. O processo de mudança educativa de uma sociedade mediada pela práxis revolucionária deve num primeiro plano reconhecer o momento histórico e as condições dadas para a sua realização. Esse movimento dialético condiz com o que o marxismo explicita para sua práxis: a consciência não determina a vida, mas a vida é que determina a consciência.

Dessa forma, a práxis deve orientar nossas ações educativas, de modo a articulá-la a uma transformação social emancipatória. Como os seres humanos são complexos em suas táticas, a práxis revolucionária tem que ser tão criativa que surpreenda o inimigo, e as ilusões prospectivas devem dar lugar a uma análise crítica da realidade. A práxis tem a capacidade de desenvolver potencialidades individuais e coletivas que permanecem adormecidas até o despertar de sua consciência. Para aqueles que aspiram derrotar o capitalismo e, conseqüentemente, instaurar uma sociedade socialista e, mais precisamente, comunista, converte-se em uma necessidade de primeira ordem a efetivação de uma práxis revolucionária. De acordo com Mészáros:

O papel da educação socialista é muito importante nesse sentido. Sua determinação interna simultaneamente social e individual lhe confere um papel histórico e social único, com base na *reciprocidade* pela qual ela pode exercer sua influência e produzir um grande impacto sobre o desenvolvimento social em sua integridade. A educação socialista só pode cumprir seu preceito se for articulada a uma intervenção consciente e efetiva no processo de transformação social (MÉSZÁROS, 2008, p. 95).

A seguir nos deteremos a análise de como a práxis político-educativa, de forma mediata, é levada adiante, do ponto de vista da emancipação das classes subalternas, com

vistas a autoeducação dos explorados e oprimidos pela experiência da ação coletiva. Em suma, como os sindicatos, partidos, intelectuais e demais entidades de classe proporcionam uma ampla ação planejada, em oposição ao capitalismo com vistas a práxis político-educativa dos trabalhadores, apoiados na experiência de luta social das grandes massas populares.

3 OS SINDICATOS E OS PARTIDOS POLÍTICOS COMO SUJEITOS PEDAGÓGICOS DE PRÁXIS

Neste capítulo iremos tratar sobre a relação entre as entidades de classe – especialmente partidos políticos e sindicatos – e a práxis, atuando como sujeito pedagógico da classe trabalhadora, a partir dos escritos de Lênin, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky e Antônio Gramsci. Consideramos fundamentais suas posições e opiniões, por se apoiarem na teoria marxista, bem como sua aplicação na realidade e suas respectivas experiências. Em geral, temos afinidade com as ideias expressas a seguir.

3.1 O partido e o sindicato em Lênin⁸

⁸ Vladimir Ilyitch Ulianov (Lênin) foi um revolucionário russo e um dos principais personagens da Revolução Russa de 1917. Como líder do Partido Comunista, sua ideologia influenciou pessoas em todo o mundo. Ainda jovem, viu o irmão integrar um grupo de extrema esquerda chamado Pervomartovtsi, o qual foi responsável pela tentativa de assassinato do czar Alexandre III, sendo preso juntamente com o restante do grupo e condenado à morte em 1887. Influenciado pelos escritos de Marx e Engels, ingressou no Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR) sendo o dirigente da ala conhecida como *Bolchevique*. Após divergências internas, em 1906, os bolcheviques rompem e se tornam um partido independente. Alguns anos mais tarde, em fevereiro 1917, irrompe na Rússia o processo revolucionário que resultou na derrubada do Czar e a instalação do governo provisório. Entre os meses de fevereiro e outubro o Partido Bolchevique liderado por Lênin ganha cada vez mais autoridade e influência, até que em outubro de 1917, os soviets assumiram o controle da revolução e tomam o poder, implementando as primeiras medidas em transição ao socialismo. Lênin foi eleito presidente do Conselho dos Comissários do Povo, sendo o principal dirigente da jovem Rússia socialista, entre 1917 e 1924. Nesse período enfrentou uma guerra civil contra o exército branco que desejava a restauração do capitalismo. Sua liderança política comunista na Rússia influenciou o restante do mundo, participando da fundação da União das

Visto em perspectiva, há de ser aquilatar que com o aprofundamento das contradições do capitalismo, a extensão e consolidação do domínio burguês e o aperfeiçoamento dos mecanismos de manutenção da ordem vigente, não devemos perder de vista nem a ampliação teórico-histórica dos estudos de Marx e Engels, depois de 1848, nem descartar ou negligenciar as contribuições de Lênin no que corresponde a essa discussão. Sendo o primeiro marxista que pode pôr em prática as premissas e os postulados teóricos desenvolvidos por Marx e Engels, após estudar minuciosamente a experiência da Comuna de Paris, lançando luz sobre o papel do Estado como sendo o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes na medida em que ele aparece e passa a existir – pois nem sempre ele existiu, e quando surgiu, foi devido a certo estágio de desenvolvimento contraditório no terreno econômico-social – demonstrando, uma vez mais e com novos exemplos, que as contradições de classe são inconciliáveis (LÊNIN, 2010, p. 11). Seria o Estado um aparato jurídico-administrativo que aparece e se desenvolve no seio da sociedade, mas que, em seu desenvolvimento, se eleva acima dela, e que tem por objetivo impor a dominação de uma classe sobre a outra, e que seu conjunto de instituições seria responsável, cada uma a seu modo, de garantir o controle do Estado sobre a sociedade.

Dessa maneira, Lênin defenderá que, a exemplo da Comuna de Paris, a classe operária precisa derrotar a burguesia e tomar o poder, e assumir o controle do Estado, instaurando a ditadura do proletariado. Para que este triunfo se dê, ele (Estado) precisa ser usado como uma arma pelo proletariado, convertendo-o em uma força de repressão deste contra a burguesia. Mas não o Estado erguido pela burguesia para que esta se impusesse perante as outras classes, notoriamente o proletariado, mas o Estado nascido dos escombros da sociedade burguesa aniquilada, um novo aparelho estatal que já não é bem um Estado. Uma vez libertada a sociedade das peias do velho aparelho de opressão, o definhamento do Estado ocorre paulatinamente e como decorrência histórica da revolução socialista: é depois do triunfo dessa revolução que o Estado começa a ganhar uma forma nova e assumir funções diferentes, já que passa a trabalhar para a maior parcela da população. Ou seja, para Lênin (e para o marxismo) o Estado é um aparelho repressor necessário para os objetivos comunistas, nunca como uma estrutura fixa e imperecível, mas que deve definhar após deixar de ser utilizado para a repressão da maioria da sociedade. Isso não quer dizer que os avanços

Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e da Internacional Comunista – IC, que agregou e influenciou partidos comunistas em vários países. Em 1922, Lênin contraiu uma doença que o levaria à morte em 21 de janeiro de 1924. Seu corpo foi embalsamado e permanece até hoje exposto na Praça Vermelha, em Moscou. Após Karl Marx, Lênin é considerado o mais importante pensador e militante da causa socialista, sendo o primeiro a ter a oportunidade de pôr em prática o programa marxista.

políticos do capitalismo frente aos modos de produção anteriores sejam ignorados. Todavia, é preciso constatar que na realidade objetiva esta pseudodemocracia se mostra efetiva apenas para a classe dominante. Para que a democracia seja, com efeito, para o povo, para a maioria da população e contra uma minoria de exploradores, Lênin não titubeia ao afirmar a necessidade da “ditadura do proletariado”. É nesse momento que “o proletariado organizado como classe dominante” poderá ampliar a democracia para além dos limites mesquinhos do capitalismo. Cem anos atrás tal teoria pôde ser posta em prática e a República dos Sovietes mostrou ao mundo o que a classe operária foi capaz de fazer com uma nação que saiu do semifeudalismo ao posto de potência – os avanços da União Soviética no campo da economia (com sua planificação), educação, esporte, cultura, indústria e militar são inquestionáveis.

No entanto, este percurso não foi um mar de rosas. Em sua obra intitulada “Que Fazer?”, Lênin trata dos desafios enfrentados pelo movimento operário no início do século XX e de suas inumeráveis dificuldades. Embora anterior à Revolução Russa em mais de uma década, sua análise da situação do proletariado, em particular da experiência russa, Vladimir Ulianov constatou a dispersão da classe trabalhadora, a perseguição aos sindicatos e as organizações de esquerda, os limites do sindicalismo, a ação do aparelho repressor estatal, dentre outras questões. A obra de Lênin aponta para uma práxis revolucionária, decorrente de um exame meticuloso das transformações que passara o modo de produção especificamente capitalista pós-Marx.

Não bastassem estes desafios anteriores a revolução, que, em última instância, compreendiam os embates contra os oponentes de classe, necessitou Lênin travar uma luta, também, no período posterior à revolução, pois de um lado o dirigente bolchevique combatia as posições de intelectuais oportunistas da socialdemocracia, que enxergavam no Estado burguês uma forma de chegar ao socialismo a partir de reformas, preservando toda a estrutura posta, e, por outro lado, as posições sectárias daqueles que rejeitavam a participação dos revolucionários marxistas na luta parlamentar (acentuando unicamente os embates extraparlamentares) e a disputa nos sindicatos dirigidos pelas burocracias. Nesses terrenos, ressaltam-se as disputas ideológicas como condição necessária de uma práxis que, em último caso, deveria orientar particularmente a ação dos ativistas sindicais vinculados à organização política marxista.

De acordo com a concepção leninista, os comunistas (na época se intitulavam socialdemocratas, até a ruptura com a II Internacional e o surgimento da III Internacional) deveriam encaminhar as lutas sindicais cotidianas, mas não como um fim em si mesmo. Não poderia este ser o objetivo final da classe operária, senão a destruição da ordem vigente. Para

emprender tal batalha, era necessário que os comunistas ajudassem a organizar o proletariado e educá-lo em uma práxis política que os permitisse compreender que a raiz de sua miséria e exploração estava na propriedade privada e, portanto, era necessário pôr fim àquele estado de coisas, e este percurso não poderia se limitar *apenas* as lutas salariais e econômicas simples, embora normalmente estas sejam a fagulha inicial que põe em marcha o movimento. Lênin jamais desprezou as reivindicações imediatas dos trabalhadores, mas acreditava que elas eram o primeiro passo para a revolução socialista, e não um fim em si mesmo. Por isso, ele polemizou com setores do partido socialdemocrata russo, que eram adeptos da opinião que a luta econômica era o meio mais amplamente aplicável para integrar as massas no movimento político. Como observa Lênin,

A consciência da classe operária não pode ser uma consciência política verdadeira, se os operários não estiverem habituados a reagir contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, quaisquer que sejam as classes atingidas; a reagir justamente do ponto de vista socialdemocrata, e não de qualquer outro ponto de vista. A consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira, se os operários não aprenderem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a todas as formas da atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos de população (LÊNIN, 1988, p. 63).

Portanto, uma práxis político-educativa era fundamental para educar as massas em função de genuína atividade revolucionária. A construção da consciência de classe pressupunha delimitar as fronteiras com a classe inimiga e seu governo, não lhe depositando nenhuma confiança, nem em suas promessas de reformas ou concessões, pois, do contrário, se auxiliava a burguesia em sua tentativa de conquistar simpatia entre os operários. Os socialdemocratas (comunistas) não deveriam ceder a essas opiniões de que reformas parciais eram mais importantes que a emancipação da classe proletária e as deixariam plenamente satisfeitas. Neste período específico, em virtude das derrotas, em que o dirigente russo foi levado assumir uma posição de defesa de alianças e compromissos, decorrente da situação amplamente desfavorável em que se encontrava a URSS, chegou a defender que qualquer militante político que diante dessa situação não se portasse como opositor irreconciliável, no terreno da política sindical ou parlamentar, das reformas como substitutas do socialismo, não deveria ser considerado socialdemocrata.

Certamente encontramos grandes contribuições nos escritos de Lênin para a *pedagogia da independência de classe*. A tarefa dos marxistas revolucionários deveria ser elevar a atividade política das massas, em especial da classe operária, de modo que esta não

ficasse refém de movimentos espontaneístas que surgem e se encerram tão logo as reivindicações sejam conquistadas ou a repressão seja ostensiva e aplaste o movimento, mas que os operários possam aprender a enxergar, politicamente, os movimentos da burguesia no tabuleiro da luta de classes e possa mover-se de maneira que possa ganhar posições e neutralizar seu adversário, até o momento de lhes dar o devido xeque mate.

Em *Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo* (2014), o autor trata das divergências com segmentos do movimento Comunista Internacional, em especial com os partidos comunistas Alemão e Holandês, que defendem posições que apontam para o caminho oposto ao da socialdemocracia no campo do sindicalismo. Na opinião dos “esquerdistas”, os revolucionários não deveriam intervir nas entidades sindicais que estivessem sob o controle da socialdemocracia e de outras organizações de matizes reacionárias, de modo que os comunistas deveriam construir novas organizações “puro sangue”, e que estivessem em sintonia com o programa da Internacional Comunista – IC, defendendo inclusive que os revolucionários se retirassem de onde estivessem, caso não cumprissem esses requisitos. Lênin travou dura batalha contra a tática de construir organizações só de revolucionários comunistas, por compreender que os mantinha isolados e sem possibilidade de dialogar seriamente com os trabalhadores. Para ele, os sindicatos eram o signo do avanço irrenunciável da classe operária durante a fase de desenvolvimento do capitalismo, ao promover sua união. Posteriormente começaram a desenvolver aspectos reacionários, entretanto, conforme Lênin, em nenhum lugar onde houve desenvolvimento da indústria seria possível aglutinar o proletariado sem a existência e a influência dos sindicatos.

O desenvolvimento do proletariado, porém, não se realizou, nem podia realizar-se, em nenhum país de outra maneira senão por intermédio dos sindicatos e por sua ação conjunta com o partido da classe operária. A conquista do Poder político pelo proletariado representa um progresso gigantesco deste, considerado como classe, e o partido deve dedicar-se mais, de modo novo e não apenas pelos processos antigos, para educar os sindicatos, dirigi-los, sem esquecer, ao mesmo tempo, que estes são e serão durante muito tempo uma "escola de comunismo" necessária, uma escola preparatória dos proletários para a realização de sua ditadura, a associação indispensável dos operários para a passagem gradual da direção de toda a economia do país inicialmente para as mãos da classe operária (e não de profissões isoladas) e, depois, para as mãos de todos os trabalhadores (LÊNIN, 2016, pp. 28-29).

Para que as entidades em que a classe operária deposita sua confiança, em especial os sindicatos, Lênin não cogitava a possibilidade de abandoná-los sob a influência de outras organizações políticas que não fossem comunistas, porque fazer isso representava entregá-las nas mãos da burguesia ou de seus agentes no movimento de massas (referia-se aos

mencheviques, em particular, e aos socialdemocratas, mais amplo e precisamente). Advogava resolutamente contra esta medida, e propunha exatamente o oposto: que os comunistas deveriam fazer de tudo para entrar e permanecer nos sindicatos, lançando mão de todos os meios legais e ilegais possíveis, pois sabia que essa era uma forma mediada de chegar as massas, abrir diálogo e apresentar suas ideias através de um trabalho político profissional e permanente, buscando convencê-las, educá-las paciente e insistentemente, na necessidade de fazer ruir toda falsa consciência burguesa ou reformista que impedisse o proletário de dar um passo em direção à consciência de classe. Essa era uma tarefa atribuída aos revolucionários profissionais, que partiam do nível de consciência das massas e de suas necessidades, e, por conseguinte, do seu nível de mobilização, ajudando-as a organizar suas lutas mais elementares, até ir avançando ao ponto de perceber que para mudar suas condições de vida, os trabalhadores precisam ultrapassar os limites postos pela ordem social vigente, e por fim compreendessem que só a destruição do estado burguês, através de uma revolução socialista poderia de fato emancipar o proletariado.

Mesmo sob o regime da ditadura do proletariado, seria um equívoco acreditar que as contradições desapareceriam automaticamente, da noite para o dia. Não seria suficiente ignorar ou temer o “espírito reacionário”, pois o papel de destaque do partido revolucionário, sendo a vanguarda mais avançada do proletariado, consistiria em “instruir, ilustrar, educar, atrair para uma vida nova as camadas e as massas mais atrasadas da classe operária e do campesinato (LÊNIN, 2016, p. 29)”. Portanto, a luta contra as correntes reacionárias e contrarrevolucionárias no interior dos sindicatos devia ser implacável e obrigatória, visando desmoralizar e derrotar os dirigentes incorrigíveis e oportunistas, até a conquista do poder político.

Há quem pense que essa luta política e ideológica cessa com a derrocada do velho e a simples ascensão do novo. Nos primeiros anos da Revolução de Outubro, a participação dos operários organizados em sindicatos foi determinante para a consolidação do Estado Operário⁹. Além disso, instituiu-se a Conferência de operários e camponeses sem partido, com o objetivo de observar o estado de espírito das massas, aproximar-se delas, conhecer e compreender seus desejos, interesses e necessidades, bem como promover aos postos do Estado seus melhores elementos. Como se observa, de modo algum Lênin adotou uma postura indiferente perante o movimento de massas como um todo, nem em relação aos sindicatos em

⁹ Existe uma polêmica discussão no movimento socialista internacional sobre o caráter do Estado Soviético pós-revolução. Filiamo-nos à tese de Leon Trotsky no livro “A Revolução Traída: o que é e para onde vai a URSS”. Nesta obra, o autor defende a ideia de que com a Revolução Russa, o Estado burguês deixa de existir, mas ainda não havia condições de consolidar o Estado socialista, usando assim o termo “Estado operário” ou “Estado em transição ao socialismo”.

particular. O que percebemos constantemente é o esforço deste de estar intimamente próximo ao proletariado, na perspectiva de orientá-lo, instruí-lo, fazer conhecer suas posições e tentar de forma tenaz convencê-lo de que “fora do poder, tudo é ilusão”, e que só a práxis política adequada permitiria construir uma vanguarda consciente da necessidade de tomar o poder e mudar o curso da história.

A contribuição teórica de Lênin emprestou ao marxismo um sopro de renovação que desvendou não somente o caráter aberto e, em consequência, não talmúdico, do pensamento de Marx, mas como o marxismo foi se enriquecendo do estudo da realidade, em especial, da prática da luta de classes, enxertando ao legado preexistente e à sua noção de práxis um número incontável de novos conhecimentos, o que implica anuir com a ideia de uma prática educativa transformadora que se encontra em permanente movimento.

Essa ideia de movimento, de permanência da mudança, de uma práxis político-educativa irrequieta e vigilante deve ser observada pelos sindicatos, pelas suas lideranças, em particular, uma vez que os perigos de uma acomodação social e de uma prática desatenta e inexpressiva podem conduzir o sindicalismo à inércia e à adaptação, conforme se pode desprender de incalculáveis experiências do movimento sindical. Somente um sindicalismo cotidianamente irrequieto, teoricamente vívido, e que articule clareza histórica e ação prática, em resumo, pode esquivar-se dos lugares comuns da aclimatação à ordem do capital, e, desse modo, apontar em direção a uma práxis revolucionária. Marx, Engels e Lênin, no fundamental, buscaram contribuir teoricamente, e por meio de sua ação militante, para que os sindicatos pudessem desempenhar tarefas terminantemente educativas, preparando os trabalhadores não apenas para o tempo presente, mas, do mesmo modo, para além de suas porosas fronteiras históricas - sítio irrecusável da emancipação social do proletariado.

3.2 O partido e o sindicato em Rosa Luxemburgo e Leon Trotsky

No universo marxista, vários são os pensadores que identificam no partido uma ferramenta necessária – ou mesmo fundamental – para a disseminação das ideias revolucionárias. Uma intelectual e militante revolucionária que fornece grande contribuição em suas obras é Rosa Luxemburgo¹⁰ (1871-1919). Consideramos importante para ajudar a

¹⁰ Revolucionária e teórica marxista polonesa, naturalizada alemã, tornou-se uma destacada dirigente do movimento comunista internacional. Filha de comerciantes judeus poloneses, viveu em uma época em que sua nação de origem era dominada pela Rússia czarista e logo cedo foi atraída pelas lutas contra o Czar e se engajou na causa do socialismo. Com 19 anos, por força da perseguição política, se viu obrigada a deixar a Polônia e se refugiar na Suíça. Fundou e exerceu grande influência sobre o Partido Social Democrata da Polônia (SDKP), considerado por estudiosos de sua biografia mais próximo da forma e organização do partido bolchevique do que

romper a marginalidade com que seus escritos são tratados dentro da teoria e do movimento socialista, demonstrando que sua vida foi intensa e totalmente dedicada a causa dos trabalhadores e seu triunfo. Em seus ensaios identificamos grande compromisso com a revolução socialista e o papel do partido revolucionário como educador das massas, mas possui uma leitura ímpar sobre a relação partido-massas, que levanta polêmicas no interior da esquerda e dos movimentos sociais. Alguns estudiosos identificam em Rosa um caráter espontaneísta, em que o partido revolucionário deveria exercer sua atuação menos diretiva perante o movimento de massas.

Neste aspecto, conforme consta em sua obra *Greve de Massas, Partido e Sindicatos* (1979), ela acreditava que era durante o processo de luta que a classe trabalhadora tomava consciência dos objetivos pelos quais luta, ou seja, o processo de organização, conscientização e luta não seria dividido cartesianamente, mas era parte de um mesmo processo simultâneo. O proletariado em movimento educava e se educava, dialeticamente. Isso não quer dizer que não se cometesse erros, mas a intervenção prática – e não as decisões políticas dos dirigentes – possibilitaria maior aprendizado, tornando-o mais fecundo. Entretanto, a vanguarda consciente não deveria esperar com fatalismo o levante do movimento popular espontâneo mas buscar se antecipar a evolução dos acontecimentos e tentar acelerá-los. Ela reconhece que o partido socialista deve tomar a direção política da greve, inclusive propondo suas palavras de ordem e suas táticas para a luta política, e defende que a organização socialista é a vanguarda dirigente do povo trabalhador e que a coesão do movimento resulta de sua organização. Para a socialista germano-polonesa, a práxis política revolucionária surge no combate, na ação de massas.

Mas para tanto, o proletariado tem a necessidade de alto grau de educação política, de consciência de classe e organização. Não pode aprender todas essas coisas em brochuras ou em folhas volantes, tal educação ele a adquirirá na escola política viva, na luta e pela luta, no decorrer da revolução em marcha (LUXEMBURGO, 1979, p. 31).

o Partido Social Democrata Alemão (SPD), onde ela teve uma experiência de militância quando esteve de passagem pela Alemanha. Em 1905 retornou para Varsóvia para ajudar na Revolução Russa de 1905, mas acabou sendo presa. Ao retornar à Alemanha, começa a defender a teoria de *greve das massas* como instrumento de luta revolucionária mais importante do proletariado. Quando os socialdemocratas decidem por votar os créditos de guerra – a favor de enviar soldados alemães para o front da primeira guerra – rompe com a organização, junto com Karl Liebknecht, e formam a Liga Espartaquista – que daria origem, ao Partido Comunista Alemão em 1918. Em 1918, Liebknecht e Rosa lideraram um levante armado contra o governo alemão. Os espartaquistas tomaram Berlim com a ajuda de soldados e marinheiros amotinados, mas a coalisão liderada pela socialdemocracia alemã dominou a insurreição. Rosa Luxemburgo foi assassinada em Berlim, sob a custódia do governo alemão, no dia 15 de janeiro de 1919.

A crença de que o movimento operário seria a resultante da intervenção de um punhado de agitadores, muitas vezes sem escrúpulos, é refutada como “ridícula” por ela. Observando a experiência da revolução russa de 1905, compreende que a greve de massas não pode ser construída artificialmente, pois este seria um fenômeno histórico, fruto de uma situação social específica, sem abrir mão de vincular a necessidade histórica. Sabemos que Rosa tinha divergência das opiniões de Lênin, pois este defendia que a consciência socialista vinha de fora do movimento, fruto da educação do partido revolucionário. Entretanto, o movimento posto em marcha de forma espontânea, se radicalizado e disposto politicamente, poderia ser forte o bastante para derrubar os governos sozinhos – sem a necessidade do partido – educados em uma práxis política que tome para si a tarefa de fazer a revolução e tomar o poder. Onde houve revoluções políticas, os “fevereiros” da História, as circunstâncias parecem estar alinhadas à teoria de Rosa Luxemburgo. Para que a greve de massas fosse vitoriosa, ela precisava se converter em um verdadeiro movimento popular, de modo que não apenas o núcleo duro do movimento operário estivesse presente, mas largas camadas do proletariado, que nutrisse por ela simpatia revolucionária e fossem arrastadas para a luta.

Portanto, a luta econômica precisaria seguir até se converter em luta política, mas o programa político seria a base que prepara as lutas econômicas. Nossa autora acreditava que os dois aspectos da greve de massas eram complementares à luta da classe operária, e que a ação da classe a partir destes seria responsável por sua unidade. Isto posto, deveria estar auto orientada e educada em uma práxis política revolucionária, no decorrer da luta, contra a exploração capitalista e o regime do Estado. Também identificava que a greve de massas era a forma habitual de recrutar e organizar o proletariado para a revolução.

E onde se enquadraria o partido revolucionário neste interim? Apenas a observar os acontecimentos? De forma alguma. Rosa defendia que “todos os operários deveriam estar duplamente organizados: assistir as reuniões das duas organizações, pagar duas quotas, ler dois jornais operários, etc. (LUXEMBURGO, 1979, p. 72)”. Mas compreendia que esse grau de sacrifício só se encontraria em uma minoria mais esclarecida e mais inteligente dos operários socialistas, onde a influência do partido e seu ambiente interno eram mais atraentes, e onde o nível de vida dos operários fosse elevado. Em geral, o operário médio possuía o sentimento de pertencimento a uma organização *socialista* ao participar das atividades de seu sindicato.

Rosa Luxemburgo se destacou por travar permanente combate teórico e político contra as posições reformistas da socialdemocracia alemã, em especial contra Bernstein, que defendia reformas progressivas do capitalismo como meio possível se alcançar o socialismo.

Dentre outras, Bernstein argumentava que o capitalismo era capaz de ser controlado, na medida em que as crises eram menos frequentes e severas, e a classe trabalhadora, somente estava interessada na melhoria imediata de suas condições materiais de existência. Com o crescimento do poder e influência dos partidos dos trabalhadores – em especial o Partido Socialdemocrata Alemão (SPD), sendo este o maior partido da II Internacional – e sindicatos, surgiu uma casta de dirigentes sindicais, parlamentares e burocratas partidários que, por suas condições de vida e perspectivas, se destacaram progressivamente das pessoas que eles representavam. Este estrato da *aristocracia operária* proporcionou a base social que desejava uma transição pacífica e harmoniosa ao socialismo, em um futuro a se perder de vista. Esta base social condicionou a psicologia da camada dirigente dos partidos socialdemocratas e deu origem à ilusão de que o capitalismo estava no caminho para resolver suas contradições fundamentais. Surge aí uma práxis que seria a *pedagogia da conciliação*.

Rosa resgata a tradição de Marx ao reafirmar que a luta de classes constitui o conteúdo essencial da história, e a conquista do poder político foi sempre a finalidade de todas as classes ascendentes, e com o proletariado não poderia ser diferente.

Mas Bernstein começou sua teoria apenas exprimindo o temor e advertindo o proletariado para que não chegue cedo demais ao poder! Deveria então o proletariado, segundo Bernstein, deixar a sociedade burguesa no estado em que está, e sofrer uma terrível derrota. O que sobretudo se conclui desse temor é que, caso o proletariado chegasse ao poder, uma só conclusão “prática” deveria ele tirar da teoria de Bernstein: ficar dormindo. Mas, com isso, tal teoria se julga a si mesma sem mais uma concepção que condena o proletariado à inação nos momentos mais decisivos da luta, e, por conseguinte, à traição passiva à sua própria causa (LUXEMBURGO, 2009, p. 31).

Portanto, a teoria revisionista, para Rosa Luxemburgo, representa uma traição de classe. Uma revolução social e uma reforma não se distinguiriam pela duração, mas pela essência, em que a emancipação da classe trabalhadora e a transformação socialista exigiriam uma luta demorada e persistente, que, no seu curso, o proletariado experimenta avanços e recuos, mas segue sua marcha.

Opinamos que neste quesito – educação política e sindical das massas do proletariado, e especificamente o operariado – encontramos em Trotsky¹¹ importantes

¹¹ Lev Davidovich Bronstein (1879-1940) foi o principal companheiro de Lênin na liderança da Revolução Russa de 1917. Ucrâniano de origem judaica, com 16 anos começou a se interessar pelas revoltas das camadas populares contra o governo centralizador do Czar Nicolau II. Participou das agitações políticas imprimindo e distribuindo panfletos entre os estudantes e os operários. Em 1898, como um dos dirigentes do Partido Operário Socialdemocrata Russo - POSDR, foi preso e enviado para uma prisão em Moscou. Durante os dois anos em que ficou preso, aprofundou seus estudos sobre “O Capital” de Marx. Em 1902, para facilitar sua fuga, muda seu

contribuições, haja vista ser um intelectual militante que vivenciou a fase pré-revolucionária, participou da tomada do poder diretamente na Revolução de Outubro, viu – e sentiu na pele – os efeitos da degeneração do Estado soviético e seus desdobramentos políticos, sociais e sindicais para o movimento socialista em nível internacional.

Assim como Lênin, Leon Trotsky reivindica os escritos de Marx e Engels, se considerando um marxista indeclinável¹². Sua vida intelectual e militante foi dedicada a luta em defesa da revolução socialista – em um primeiro momento, pelo seu triunfo; posteriormente, contra sua degeneração. Nessa perspectiva, identifica que o partido revolucionário cumpre papel destacado na construção de uma práxis política, voltada para a formação e educação da classe operária. Não por acaso, o marxista ucraniano descreve o partido bolchevique, antes de qualquer coisa, como um *sistema de educação política*. Isto posto, vejamos o que ele nos diz a respeito da importância político-pedagógica do partido revolucionário:

A revolução proletária não pode triunfar sem o partido, contra o partido ou através de um substituto dele. Este é o principal ensinamento dos últimos dez anos. É certo que os sindicatos ingleses podem tornar-se uma poderosa alavanca da revolução proletária; em certas condições e em um determinado período, poderão até, por exemplo, substituir os soviets operários. Mas, sem o apoio do partido comunista e muito menos contra ele, não serão capazes disso; só se a propaganda comunista se tornar preponderante no seu seio é que poderão desempenhar esse papel. Pagamos caro demais esta lição sobre o papel e a importância do partido para poder renunciá-lo tão levemente ou mesmo a minimizar (TROTSKY, 2007, p. 114).

nome para Trotsky e segue para Londres, onde se une ao Partido Social Democrata Russo, que tinha por base as ideias de Marx e voltou a se organizar no exterior. Entre os líderes do partido estava Lênin. Seus ideais eram difundidos pelo jornal Iskra (A Centelha) que entrava clandestinamente na Rússia. Em 1905, quando uma multidão que se reunia pacificamente em frente ao Palácio de Inverno de São Petersburgo, pedindo audiência com o czar, é brutalmente assassinada (fato que ficou conhecido como domingo sangrento). Os operários de São Petersburgo criam o conselho de operários, o “Soviet”, e ele é eleito seu presidente. Com o fracasso do processo revolucionário, o Czar passou a perseguir os socialdemocratas e mais uma vez Trotsky é preso, porém consegue fugir. Vive entre a Áustria, Suíça, França e os Estados Unidos. Em 1917 volta a Petrogrado e ajuda na preparação da revolução socialista: disputando com mencheviques e socialistas revolucionários nos soviets, ajudou a organizar a Guarda Vermelha e assumiu o controle da guarnição militar, instituindo um Comitê Militar Revolucionário. Na noite de 24 para 25 de outubro eclode a revolução e logo os bolcheviques tomam o poder. Durante os anos de guerra civil na Rússia, Leon Trotsky ocupou o Comissariado das Relações Exteriores, passando a maior parte do tempo num trem blindado, no qual percorria o país e conduzia a luta. Com a morte de Lênin em 1924, Stalin assume o poder, e passa a defender a teoria do “socialismo em um só país”, entrando em rota de colisão com Trotsky, que queria a continuação do processo revolucionário (revolução permanente). Em 1929 foi expulso da União Soviética e viveu na Turquia, França, Noruega e no México (1937), onde foi assassinado por um agente de Stalin em 1940.

¹² “Nos quarenta e três anos de minha vida consciente, permaneci um revolucionário; durante quarenta e dois destes, combati sob a bandeira do marxismo. Se tivesse que recomeçar, procuraria evidentemente evitar este ou aquele erro, mas o curso principal de minha vida permaneceria imutável. Morro revolucionário proletário, marxista, partidário do materialismo dialético e, por consequência, ateu irreduzível. Minha fé no futuro comunista da humanidade não é menos ardente; em verdade, ela é hoje mais firme do que o foi nos dias de minha juventude” – Testamento de Leon Trotsky, 27 de fevereiro de 1940.

Portanto, compreendemos que de acordo com Trotsky, o partido revolucionário com sua disciplina, seu programa, sua forma de organização, cumpre papel educativo fundamental para o triunfo da revolução e das lutas da classe proletária em torno de seus anseios e necessidades. É identificado como o setor mais avançado da vanguarda proletária, sua referência. Sem a sua atuação ou presença, falta o “farol”, o sujeito político responsável por articular e coordenar os trabalhadores em suas lutas, desde as mais elementares até a luta decisiva contra a burguesia e seus agentes. A práxis político-educativa seria a base para preparar a classe operária, criar as condições subjetivas capazes de elevar sua consciência ao ponto de compreenderem que a mudança de atitude, a aquisição de uma nova concepção de mundo, a compreensão de que a sociedade está dividida em classes sociais antagônicas entre si, e que a vitória de uma depende da derrota da outra, formam a base pela qual os trabalhadores precisariam assimilar e iniciar a preparação para a tarefa histórica que estaria por ser colocada em suas mãos – tomar o poder e instaurar a ditadura do proletariado.

Entretanto, após a morte de Lênin e a chegada de Stálin ao poder, a situação se modificaria. Todo aquele clima de euforia e expectativa de mudanças sofreria considerável retrocesso. O regime político se tornaria cada vez mais autoritário, brutal e agressivo, concentrando cada vez mais poder nas mãos da burocracia estatal e partidária, e Trotsky, depois de uma longa batalha no interior do PCUS¹³, é destituído de todas as suas funções, expulso do partido e finalmente expulso da URSS. Nesse período produz várias obras em que analisa a deformação (ou degeneração) do Estado Operário, identificando elementos regressivos na esfera política e social. A liberdade de pensamento e expressão é cerceada consideravelmente e qualquer um que ouse questionar os líderes das altas cúpulas do partido e do estado pagará um alto preço. Embora não seja o objeto direto de nossa pesquisa, observamos que a participação dos jovens e estudantes nos fóruns escolares será inatural, entediante, em vista do deplorável estímulo ao culto das autoridades e líderes, em que discurso e prática não só não coincidem, mas em que a práxis transformadora é amortecida e desviada. Enfrentar tais condições é quase desencorajador:

Os círculos de estudantes mais inocentes, se acaso tentam criar um oásis nesse deserto oficialista, encontram cruéis medidas de repressão. A GPU intervém na chamada escola socialista para nela introduzir pela delação e pela traição um terrível elemento de desmoralização. Os mais refletidos pedagogos e autores de livros para crianças, apesar do seu otimismo oficial, nem sempre escondem os seus receios quanto ao constrangimento, à hipocrisia e ao aborrecimento que oprimem a escola (TROTSKY, 2005, pp. 159-160).

¹³ Partido Comunista da União Soviética. Nome adotado pelos bolcheviques após a Revolução de Outubro.

Trotsky acredita que sem a experiência da luta de classes e distantes da práxis revolucionária, as novas gerações só poderiam se preparar para uma participação consciente na vida social no interior de uma democracia soviética se pudessem pôr em marcha as experiências que conduziram ao processo revolucionário anterior, e uma nova práxis não havia como se desenvolver sem crítica, sem disputas de ideias e posições entre os membros e agrupamentos de força, sendo esse um fator que permitiu aos marxistas soviéticos serem temperados e preparados para o feito de 1917. Pelo contrário, a mais elementar possibilidade de troca de ideias, de se enganar, de verificar e de retificar os erros, próprios e dos outros, foi recusada à juventude soviética. “Todas as questões, mesmo as que lhe dizem respeito, são resolvidas sem a sua participação. Só lhe permitem cumprir a decisão e cantar a glória de quem as tomou” (TROTSKY, 2005, p. 160).

O Estado estava nas mãos de um setor da classe operária – a burocracia – e que esta casta de burocratas precisava ser removida do poder e assim seguir avançando as conquistas de outubro; caso contrário, com o passar do tempo, esta burocracia poderia restaurar o capitalismo no intuito de preservar seus privilégios. Afinal, em um Estado de economia planificada, que não relega o direito à herança, seria preciso construir mecanismos que garantissem os privilégios da casta dirigente. Um golpe de misericórdia era necessário para manter aquele estado de coisas. Cinquenta anos depois, quando todos os dados apontavam para o oposto, seus prognósticos acabaram por se confirmar. Dramaticamente, a queda dos Estados operários e a restauração do capitalismo, em fins dos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990, ratificaram os prognósticos do autor de *A revolução traída*.

No campo do sindicalismo, a batalha de Trotsky – e das correntes que se intitularam de *trotskismo* – além de lutar contra as tendências fascistas e socialdemocratas, travou uma luta incansável contra a influência crescente do stalinismo em nível internacional, que alcançava incontáveis aparatos. Ao vivenciar a fase de decadência do imperialismo, que culminou em duas guerras mundiais, pôde observar a influência destas correntes no movimento operário e sindical, identificando um processo crescente de degeneração dos sindicatos. Apesar disso, acreditava que o trabalho nestas entidades não havia perdido sua importância; pelo contrário, trata-se necessariamente de lutar para ganhar influência sobre a classe operária. Para ele os revolucionários deveriam estar na primeira fila em todo tipo de luta, das mais modestas até as mais importantes, como os direitos democráticos da classe operária, tomando parte ativa nos sindicatos para fortalecê-los e enriquecer seu espírito de luta, resistindo a toda tentativa de submeter os sindicatos ao Estado burguês e de forçar o

proletariado à “arbitragem obrigatória”. Somente dessa forma os *bolcheviques leninistas*¹⁴ poderiam ter sucesso no interior dos sindicatos dirigidos pelas burocracias reformistas ou stalinistas.

Em outras palavras, os sindicatos não podem simplesmente ser os órgãos da democracia como na época do capitalismo concorrencial e já não podem ser politicamente neutros, ou seja, limitar-se a servir as necessidades cotidianas da classe operária. Já não podem ser anarquistas, quer dizer, já não podem ignorar a influência decisiva do Estado na vida dos povos e das classes. Já não podem ser reformistas, porque as condições objetivas não dão espaço a nenhuma reforma séria e duradoura. Os sindicatos de nosso tempo podem ou servir como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para subordinar e disciplinar os operários e para impedir a revolução, ou, ao contrário, transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do proletariado. A neutralidade dos sindicatos é total irreversivelmente coisa do passado. Desapareceu junto com a livre democracia burguesa (TROTSKY, 1978, p. 04).

Trotsky também pontua que o processo de adaptação às regras do jogo é igualmente característico em todos os sindicatos, desde os “neutros”, passando pelos socialdemocratas, comunistas e até mesmo os anarquistas, demonstrando que a tendência a estreitar os vínculos é oriunda das condições sociais comuns a todos os sindicatos. Todos são chamados, na realidade, a tomar posição perante os acontecimentos. Alguns se alinharão com o Estado integralmente, outros se posicionarão parcialmente contra, e alguns, em menor número, se posicionarão radicalmente contra o Estado e produzirão enfrentamentos de acordo com o ânimo dos trabalhadores. Nos períodos agudos da luta de classes os dirigentes dos sindicatos esforçam-se por se transformar em senhores do movimento de massas para domesticá-lo. Isso se produz mesmo em ocasião de simples greves, sobretudo nas ocupações de fábrica, que questionam os princípios da propriedade burguesa. Onde a inexistência da democracia operária for dominante, a disputa política em seu interior torna-se cada vez mais difícil, impedindo os revolucionários de atuarem livremente sobre os membros das entidades. Entretanto, tal diagnóstico não seria motivo para entregar-se e abster-se, apesar da luta para conseguir influência sobre as massas operárias dentro de um Estado totalitário (ou semitotalitário) ser mais difícil que em uma democracia. Na perspectiva de Trotsky, é tarefa dos revolucionários nadar contra a corrente, se esforçar e buscar romper a marginalidade política e sindical, buscando educar o proletariado em uma práxis política revolucionária, em que apenas com a derrubada do Estado burguês e a remoção dos capitalistas do poder seria possível conquistar a emancipação da classe explorada, e os sindicatos são uma ferramenta

¹⁴ Essa era a forma como os *trotskistas* se identificavam, desde a formação da Oposição de Esquerda dentro do PCUS, para combater os desvios políticos e burocráticos de Stalin e seus seguidores.

importante neste processo. E onde as direções sindicais forem subservientes ou agentes do imperialismo no movimento operário, os revolucionários devem lutar para aumentar sua audiência perante a classe operária, convertendo este aparato num instrumento de resistência ao capital:

Isso significa que na era do imperialismo a existência de sindicatos independentes é, em geral, impossível? Seria basicamente incorreto colocar assim a questão. O que é impossível é a existência de sindicatos reformistas independentes ou semi-independentes. É possível perfeitamente a existência de sindicatos revolucionários, que não somente não sejam agentes da política imperialista, mas que também se coloquem como tarefa a destruição do capitalismo dominante. Na era da decadência imperialista, os sindicatos somente podem ser independentes na medida em que sejam conscientes de ser, na prática, os organismos da revolução proletária (TROTSKY, 1978, p. 06).

Na visão de Trotsky (que concordamos), se por um lado, os sindicatos não são um fim em si mesmos, mas meios que devem ser empregados em direção a revolução proletária, por outro lado abandoná-los a própria sorte seria um erro fatal, de modo que toda organização política que tenha uma posição ultimatista que signifique dar as costas à classe operária, por não estar de acordo com sua posição política, estaria destinada – e *mereceria* - acabar.

3.3 Os intelectuais no partido e as entidades de classe em Gramsci

Nessa mesma direção, consideramos igualmente importantes as contribuições do marxista italiano Antônio Gramsci¹⁵ (1891-1937), que se apropriando do legado de Marx e

¹⁵ Antonio Gramsci (1891-1937) foi um ativista político, jornalista e intelectual italiano, um dos fundadores do Partido Comunista da Itália. Nasceu em Ales, Sardenha, Itália, no dia 22 de janeiro de 1891. Recebeu grande influência dos socialistas. Em 1913 filiou-se ao Partido Socialista Italiano - PSI. Trabalhou em várias publicações periódicas do partido, entre eles, o “Avanti”, a publicação oficial do partido. Em seguida se converteu em dirigente da ala esquerda do partido. Em 1919, junto com Togliatti e Terracini, fundou a revista “L’ Ordini Nuovo”. Em 1921, rompe com os socialistas e fundaram o Partido Comunista da Itália – PCI, tornando-se um dos líderes do partido. Em 1922 representou o partido na Terceira Internacional realizada em Moscou. Em 1924 foi eleito deputado por Vêneto. Nos primeiros anos de atuação, o partido foi dominado por uma tendência majoritária mais à esquerda formada em torno de Amadeo Bordiga. O partido tinha como objetivos destruir o Estado burguês e abolir o capitalismo através da revolução e da ditadura do proletariado, nos termos definidos por Lênin. Nessa época, o fascismo de Mussolini começava a promulgar leis que concentrava

Lênin, e olhando para sua realidade, pôde elaborar contribuições à teoria marxista que avançam com grande importância no campo da educação. Sem dúvida, seus escritos sobre os intelectuais, sobre sindicatos e sobre o partido revolucionário merecem nossa atenção e são destaque em sua vasta obra. Encontramos na figura deste intelectual grande interesse de desenvolver uma práxis político-educativa emancipatória na sociedade, em que o indivíduo teria a capacidade de ser um difusor de novas ideias e possibilitar um avanço na consciência, direcionando-o para a revolução.

Gramsci (1982) afirmava que cada segmento da sociedade criava camadas de intelectuais que tinha a devida consciência de sua função, seja ela no campo da política, economia ou na esfera ideológica. Acreditava também que todos na sociedade são intelectuais, embora nem todos desempenhem funções de intelectuais. Tal distinção é definida pela atividade profissional; ou seja, o trabalhador braçal, na sociedade capitalista, não é considerado intelectual. Este critério é refutado pelo autor, por considerar que não existem não-intelectuais e que todos são intelectuais, mas seria necessário a educação técnica, em que o proletário pudesse ser instruído e pudesse exercer sua intelectualidade:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários". Poder-se-ia medir a "organicidade" dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma graduação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto, pode-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de "privados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1982, pp. 10-11).

poderes nas mãos do chefe de Estado, fechando os jornais de oposição, dissolvendo os demais partidos e perseguindo seus líderes. Gramsci foi preso em 1926 e condenado, passando o resto de sua vida na prisão, onde produziu a obra "Cadernos do Cárcere", que reúne uma revisão original do pensamento de Marx, buscando adaptá-lo às condições da Itália. Em 1934, com a saúde frágil, Gramsci recebeu a liberdade condicional. Posteriormente, as cartas escritas aos parentes e amigos foram reunidas e publicadas na obra "Cartas do Cárcere". Faleceu em Roma, Itália, no dia 27 de abril de 1937.

Percebemos que Gramsci repropõe ou restaura certas categorias ao arcabouço marxista, como *sociedade civil* e *sociedade política ou Estado*. A classe dominante, sendo ela a sociedade política, dissemina suas ideias e valores através de seus quadros intelectuais; estes atuam sobre a sociedade civil buscando convence-la das ideias da classe dominante, a partir das instituições do estado. Esta teoria é facilmente observada à luz da realidade; ao lermos a imprensa escrita ou assistirmos os noticiários, vemos com frequência os meios de comunicação levar a seus espaços profissionais “técnicos”, ou consultores “de currículo comprovado”, discorrendo opiniões que frequentemente vão em direção aos interesses dos capitalistas e na contramão do proletariado. Costumeiramente, determinadas informações são disseminadas quando existem interesses de estado que precisam, primeiramente, ganhar as mentes das massas como “medidas necessárias”, que garantam a “equidade” do estado e o bem-estar da sociedade civil.

Outra categoria importante para nossa reflexão, dos estudiosos em Gramsci, é *hegemonia*¹⁶. Para ele, diferente das sociedades orientais, em que o Estado é o propulsor das ideias e o controle do aparato proporciona o controle direto da sociedade civil, nos países ocidentais se faz necessário uma longa batalha política e ideológica, que se constitui em um verdadeiro jogo de xadrez. A disputa pela hegemonia da sociedade civil assume contornos mais complexos, em que arranjos mosaicos são comuns, e a batalha dos comunistas no ocidente não poderia ser apenas através da *guerra total*, mas também pela *guerra de posição*, em que cada instituição do Estado ou grupo social se converteria em uma trincheira ou posto avançado, que deveria ser disputado e tomado, e serviria como ponto de apoio a luta pela tomada do poder pela classe operária e instauração da ditadura do proletariado. Para o intelectual sardo, o partido revolucionário precisaria travar a guerra total e a guerra de posição se tivesse sérias intenções de disputar a consciência do proletariado.

Entretanto, precisamos pontuar que, ao longo da história, muitas organizações políticas se apropriaram desta tese para promover uma revisão – no sentido de negar – a necessidade de lutar pela revolução socialista, conformando-se na guerra de posição como um fim em si mesmo, sendo esta suficiente para chegar aos postos de comando da sociedade política e ali permanecer, sem travar uma luta consequente contra o *status quo*. Nesse sentido, também Gramsci crê que seja possível uma batalha para assimilar e conquistar ideologicamente intelectuais tradicionais; que, em alguns casos, permite ao partido avanços mais significativos que a constituição simultânea de intelectuais orgânicos.

¹⁶ Conjunto de ideias dominantes de uma determinada conjuntura social, política, cultural e econômica.

Isto posto perguntamos: qual a relação entre o partido revolucionário e os intelectuais? Os intelectuais do partido teriam a tarefa de levar adiante essa nova pedagogia da emancipação, considerando que tais intelectuais devem ter autonomia para a implantação de práxis educativa revolucionária como um todo. O partido revolucionário em Gramsci se apresenta em potencial como o melhor educador coletivo da classe trabalhadora, conduzindo-a para sua libertação do capital.

O que é que o partido político se torna em relação ao problema dos intelectuais? É necessário fazer algumas distinções: 1) para alguns grupos sociais, o partido político não é senão o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos (que se formam assim, e não podem deixar de se formar, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dada) diretamente no campo político e filosófico, e já não mais no campo da técnica produtiva? 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que representa na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de um modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo – o grupo dominante – e os intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente em dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como "econômico", até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 1982, p. 14).

O Partido Político tem como uma de suas atribuições formar intelectuais orgânicos do ponto de vista ideológico, e estes “revolucionários profissionais” têm a tarefa de intervir na sociedade civil, como tribunos, que possam divulgar o programa e as ideias, bem como organizar àqueles que se aproximem e demonstrem simpatia pela plataforma comunista. Gramsci afirma que a autoridade e o prestígio do partido crescem à medida que se alarga e atinge camadas populares, grupos e indivíduos que nunca se dispuseram a atuar na luta política, produzindo nestes indivíduos o desejo de militar, diligentemente, pela causa comunista. Para educar os quadros militantes na disciplina e organização do partido, o filósofo dá grande importância ao papel da formação. Entre esses organismos, é tarefa do partido oferecer uma formação de quadros para preparar lideranças aptas a disputar as direções dos movimentos e das organizações presentes na Sociedade Civil, estando ou não sob o controle da burguesia. Tal organização política, solidamente compacta e formada na práxis política adequada estaria em condições de influenciar a massa proletária, quebrando o jugo da classe burguesa e estando em condições de resistir avidamente a avançar em torno de seu conjunto de reivindicações. Percebe-se um processo dialético, em que o partido forma o intelectual, e este, por sua vez, educa seus pares. Como vimos no capítulo anterior, ao estudar a Tese III de Marx sobre Feuerbach, o educador precisa ser educado. Essas trocas mediadas

pelo partido, pelos sindicatos e intelectuais são elementos importantes. Entretanto, estas só são possíveis devido a existência de uma práxis que educa, ao entrarem em um movimento prático, formador, constituindo o núcleo do materialismo de Marx, baseado na filosofia da práxis.

O partido comunista, em Gramsci, seria o estado-maior, o responsável por dar a direção à classe para que ela se torne a classe dominante e dirigente, através da tomada do poder e a instauração da ditadura do proletariado, e construa as condições para edificação de uma sociedade mais humana, na qual todos possam desenvolver, plenamente, suas capacidades. Portanto, precisa assumir seu papel pedagógico de preparar quadros e educar a classe para que ela possa, organizadamente, fazer acontecer a revolução socialista e pôr fim a exploração do homem pelo próprio homem.

Gramsci era profundamente preocupado com a formação da classe operária, e, desde cedo, buscou estimular iniciativas que promovessem espaços de formação política e ideológica com caráter de classe. Em 1917, participou da experiência de fundação da *Associação para a cultura*, que se propunha a despertar o interesse dos trabalhadores pelo movimento político, desde que esta possuísse objetivos e limites de classe. Defendia que o trabalho de formação política necessária à revolução deveria ser elaborado a partir dos organismos constituídos pelo proletariado – partidos, sindicatos, conselhos de fábrica, dentre outros – e assumiu juntamente com seus correligionários a luta contra a mentalidade dogmática e intolerante criada pela igreja católica e pelos jesuítas, e a tentativa de contribuir e enfrentar a situação de paralisia dos intelectuais. Em 1918 funda o *Clube da vida moral*, objetivando habituar jovens militantes socialistas a discussão dos problemas econômicos, éticos e sociais enfrentados pelo movimento operário em Turim, levando os jovens a pensar e maturar as suas posições.

Não satisfeito com estas experiências, admite a necessidade de criar um veículo de informação em que os revolucionários pudessem levar suas ideias e opiniões às massas proletárias de forma ampla. Participa da fundação do jornal de orientação comunista *L'Ordine Nuovo* (A Nova Ordem) – sendo considerado um órgão educativo-cultural do movimento dos conselhos de fábrica. Fazia sucesso entre os trabalhadores porque era um jornal dirigido aos operários e falava de coisas que lhes interessavam; estimulava a necessidade de estudar, apropriar-se dos instrumentos intelectuais sem menosprezar o aprendizado através das experiências e lutas cotidianas. Em pouco tempo o veículo se converteu no motor dos movimentos dos conselhos de fábrica, transformando-se em uma poderosa arma política e

ideológica que buscava fazer o proletariado adquirir uma consciência de classe dirigente com base em uma práxis revolucionária:

Os operários amaram L'Ordine Nuovo (e podemos afirmar isso com íntima satisfação). E por que os operários amaram L'Ordine Nuovo? Porque, nos artigos do jornal, encontraram uma parte deles mesmos, a melhor parte deles mesmos. Porque sentiam que, nos artigos de L'Ordine Nuovo estava presente a mesma indagação que eles se faziam: “Como podemos nos tornar livres? Como podemos nos tornar nós mesmos? (GRAMSCI apud OLIVEIRA, 2007, p. 90)

Em 1920, durante o período de efervescência das ocupações de fábricas funda o grupo *Educação Comunista*, voltado para ações pedagógicas nas fábricas com apoio nos conselhos, por compreender que a formação política dos trabalhadores se dá no e pelo trabalho. Abre-se um processo revolucionário na Itália a começar da greve geral neste período; as fábricas são ocupadas e os operários aplicam a experiência da autogestão, à revelia dos capitalistas. Entretanto, as ocupações não vingaram por uma série de fatores, mas destacamos o papel cumprido pelos sindicatos a partir da CGT e do Partido Socialista da Itália – PSI, ao se recusarem a tomar parte no conflito entre capital e trabalho. De acordo com Oliveira (2007), a estratégia dos conselhos acabou sendo uma crítica radical as organizações tradicionais do proletariado (partido e sindicatos), sobretudo por sua falta de democracia e pelo espírito burocrático que as governa. Com o fim desta experiência, Gramsci rompe com o PSI e torna-se um dos fundadores do Partido Comunista da Itália – PCI, se postulando este, dentre suas premissas básicas, como o locus de revolta popular disposto a organizar a classe na busca de transformar o Estado num instrumento de libertação comunista.

4 AS INICIATIVAS POLÍTICO-SINDICAIS EDUCATIVAS DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL: DA EXPERIÊNCIA FREIREANA (1989) A ESCOLA DO PEÃO (2014)

Após as contribuições teóricas expostas no capítulo anterior, sobre a atuação em sindicatos e partidos políticos, apoiados no programa marxista, analisaremos como toda essa tradição teórica e militante se desdobra em uma entidade de classe contemporânea. Nesta fase de nossa pesquisa discorreremos sobre como os trabalhadores da construção civil de Fortaleza; especificamente, como progressivamente sua práxis político-educativa evoluiu, a partir das iniciativas político-sindicais realizadas nesta categoria. Nesse sentido, observamos que anteriormente os trabalhadores possuíam uma postura apática perante suas necessidades, e sua direção sindical adotava uma postura conciliadora com os patrões. Posteriormente, com a formação de um grupo de oposição, os trabalhadores começaram a perceber a necessidade e se organizar e lutar em prol de seus interesses, passando de um período de conciliação de classes para a busca de sua independência política e organizativa.

A atual geração de ativistas dos movimentos sociais reconhece no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza – STICCRMF uma entidade com larga trajetória de lutas na cidade. É comum diretores desta entidade participarem das mais diversas mobilizações: greve de professores, estudantes, trabalhadores rodoviários, serviço público em geral, e esses peões são vistos em assembleias, muitas vezes falando aos microfones com seu próprio jeito de se expressar, que muitas vezes destoa da linguagem culta usada nesses fóruns do movimento sindical. Entretanto, quando enchem seus pulmões e põem para fora sua indignação com o capital, com os patrões, os governos e seus agentes, arrancam aplausos entusiasmados de plateias numerosas. Não se sentem constrangidos e, em geral, são aguardados e, muitas vezes, esperados pelos ativistas. Em certos momentos são lembrados nos movimentos sociais como representantes de uma das poucas categorias que têm a ousadia de lutar quando as demais categorias se aquietam. Sendo esses trabalhadores do setor privado, chama nossa atenção o fato não terem nenhuma estabilidade empregatícia assegurada, mas recorrem com frequência à ação direta, cientes dos riscos que correm de demissões, sendo comum a vanguarda das greves e piquetes ser demitida pelas empresas após as campanhas salariais. Perante aqueles que enfrentam a burguesia, os peões da construção civil costumam ser vistos com respeito por outras categorias sindicalmente organizadas, pela disposição de luta que possuem ao enfrentar seus patrões.

Do ponto de vista cronológico, no entanto, esta é uma trajetória relativamente recente. O sindicato foi fundado em 1940 e sua práxis era a solução de conflitos mediante a conciliação de classes entre trabalhadores e empresários. A postura do Sindicato não destoava do que era comum no contexto do sindicalismo praticado desde a Era Vargas, ou seja, servia de amortecedor dos atritos entre capital e trabalho, atuando de forma assistencialista¹⁷.

Essa afirmação sobre a atuação do Sindicato da Construção Civil em sintonia com os princípios do Estado Novo, contudo, não está documentada nos registros da entidade. Estas informações são conhecidas através de depoimentos de trabalhadores mais velhos, dirigentes sindicais e ativistas que desenvolveram alguma relação direta ou indireta com a categoria de trabalhadores da construção civil nos anos de 1970 e 1980. De acordo com Nóbrega (2006), as informações sobre a entidade só trazem a lume o período iniciado em 1975, quando se registrou o estatuto da entidade na Delegacia Regional do Trabalho. O texto em si aponta para a fidelidade e submissão ao Estado brasileiro, de manutenção da ordem, de ponto de apoio da sociedade para solução de conflitos e oferta de serviços assistenciais. Do ponto de vista da organização política e sindical, destaca aspectos importantes:

- Artigo 4º- a) observância das leis e dos princípios de moral e compreensão dos deveres cívicos;
 b) abstenção de qualquer propaganda, não somente de doutrinas incompatíveis com as instituições e candidaturas a cargos eletivos estranhos ao Sindicato;
 f) abstenção de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas em lei, inclusive as de caráter político partidária;
 g) não permitir a cessão gratuita ou remunerada da sede, móveis, utensílios e pertences de qualquer ordem à entidade de caráter político-partidária;
 h) não poderá filiar-se a organizações internacionais nem com elas manter relações, sem prévia licença concedida por Decreto do Presidente da República, na forma da Lei.¹⁸

Reconhecemos que este conteúdo era comum a todos os sindicatos; do contrário, não se reconhecia a entidade. O problema não estava somente no fato de que o sindicato se subordinava a letra da lei retrógrada. O mais grave é que se submetia a seus ditames no plano da vida, impedindo-o de ser um instrumento real de defesa dos interesses dos trabalhadores. Embora a entidade, em tese, pertencesse aos trabalhadores, não eram os seus interesses que

¹⁷ “De concreto, nos sindicatos eram revalorizados os serviços assistenciais - como os consultórios médicos, colônias de férias, etc. - que, ao mesmo tempo, serviam como indicadores das ações governamentais (das quais o sindicato era um intermediário) junto aos trabalhadores e de polo de atração para novos associados. Estes seriam vistos não tanto como representados em seus interesses econômicos pelo sindicato, mas principalmente como usuários dos serviços assistenciais” (BADARÓ, 2009, p. 112).

¹⁸ Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza, Capítulo I, Artigo 1º, 1977, pp. 3 e 4.

ela representava, mas sim dos empresários e da diretoria como grupo social privilegiado. E não poderia ser diferente: durante o período de 1964 a 1984 governou o país uma ditadura empresarial-militar que tirou bastante proveito da legislação herdada de Getúlio Vargas, aprimorando-a no quesito repressão e intimidação. Nesse recorte histórico é pouco provável encontrar dirigentes sindicais independentes à frente dos sindicatos, pois a interferência do Ministério do Trabalho era direta e diligente; o comum era a presença de sindicalistas vinculados e alinhados política e ideologicamente com o regime de exceção dessa época. A perpetuação do grupo dirigente do Sindicato era necessária para a manutenção daquela estrutura política e sindical e a maioria dos trabalhadores – de acordo com os relatos de pessoas que trabalhavam nesta categoria – reagiam com indiferença às ações da diretoria, que estava descolada dos problemas que os trabalhadores enfrentavam no dia-a-dia dos canteiros de obra, e estes não tinham interesse em participar de suas atividades ou sequer compreendiam sua função. Uma das poucas coisas que compreendiam era que precisavam contribuir financeiramente de forma compulsória, e que a entidade sindical em troca lhes oferecia alguns serviços de ordem meramente assistencial. Poucos eram os trabalhadores que conheciam o real objetivo que um sindicato deveria perseguir.

Outra prática que podemos destacar é o recurso da delação, por parte dos dirigentes sindicais, aos patrões. Os trabalhadores que buscassem o sindicato para denunciar algum descumprimento da legislação trabalhista promovida pelos empresários eram vistos com pouca credibilidade e se a denúncia fosse séria, os dirigentes tomavam nota do nome, da queixa e informavam a empresa. Na grande maioria das vezes, denunciar os patrões ao sindicato, ao invés de contar com a solidariedade de classe de seus representantes sindicais, resultava no oposto; em geral, “os questionamentos quase sempre redundavam na imediata demissão” (MENDES, 1994, p. 171).

Tais práticas sindicais que apontavam para a dependência do Estado e dos patrões e distanciamento dos operários eram percebidas por parte dos operários. Situação essa que lhes provocava desilusão quanto ao interesse pela entidade que, em princípio, deveria lhes representar, e desconfiavam da boa vontade de seus representantes para solucionar problemas e irregularidades nos canteiros de obra ligados aos contratos e às condições de trabalho. Com isso se criou grande aversão da categoria pelos dirigentes e funcionários do sindicato, que passava a evitá-los nos canteiros e nas assembleias (MENDES, 1994, p. 172).

Nesse ambiente permeado de vigilância seria difícil haver alguma resistência coletiva vinda da base da categoria; em geral, eram reduzidas as ações individuais que não encontrariam nenhum apoio. Um episódio que temos registro desta relação foi destacado por

MENDES (1994) e NÓBREGA (2006), que nos dão conta de um operário de nome Reinaldo Alexandre de Paula Barroso que foi expulso dos quadros de filiados do sindicato porque questionava o caráter assistencialista da entidade e argumentava que a tarefa desta era fazer greve. De forma corajosa, este trabalhador ousou enfrentar os pelegos nas assembleias defendendo personalidades do comunismo internacional, posicionando-se como partidário da frente sindical e do movimento Pró-CUT¹⁹. Sendo sempre pressionado a abreviar suas falas ou mesmo silenciar, teve que arcar com as consequências de sua obstinação, ao despertar a ira destes senhores quando acusou o presidente – Mariano Nunes – de mentir para os trabalhadores e bradou que “sindicato não é para dar remédio, nem para fazer hospital, mas é para fazer greve, para ser contra as autoridades, contra o governo” (NÓBREGA, 2006, p. 67). Estes diretores especulavam que ele “talvez obedecendo a interesses escusos e de terceiros de fora da categoria, sobretudo subversivos e de desrespeito à ordem e às autoridades constituídas, passou a agir abertamente contra tudo e contra todos” (MENDES, 1994, p. 165).

O clamor foi grande. No dia da assembleia, 16 de julho de 1982, sindicalistas de outras entidades e a imprensa estavam na sede para acompanhá-lo. No entanto, foram impedidos de permanecer na assembleia por Mariano Nunes, que ameaçava os presentes, sem contar a assistência de seguranças armados que permaneciam no recinto por “medidas de segurança”. Depois de notificado pela direção do sindicato, que encaminhou processo disciplinar bastante duvidoso, este foi impedido de exercer de forma plena o direito ao contraditório, mesmo estando acompanhado de advogado na assembleia que tratou de seu caso. Por fim, foi expulso por defender o mínimo de compromisso de seus representantes perante o patronato, exigindo liberdade democrática mínima, coisa tão cara naqueles tempos – e lamentavelmente nos dias de hoje também. Este episódio nos possibilita vislumbrar e reconstruir qual modelo de sindicalismo era praticado no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil à época:

No que diz respeito à concepção de política sindical, os diretores defendem o que chamam de “sindicato pátrio”, que corrobora para a manutenção da harmonia social, e contra aqueles que seriam “elementos nocivos”, que espalham a discórdia entre os trabalhadores. E recriminam um operário, por este defender a ideia de que “sindicato

¹⁹ No final da década de 1970 e meados dos anos 1980 inicia-se o enfraquecimento da ditadura e a reorganização de inúmeros setores da sociedade civil, que voltam aos poucos a se expressar e a se manifestar publicamente, dando início ao processo de redemocratização. Neste cenário protagonizado essencialmente pelos movimentos sociais, surge o chamado “novo sindicalismo”, a partir da retomada do processo de mobilização da classe trabalhadora. Estas lutas, lideradas pelas direções sindicais contrárias ao sindicalismo oficial corporativo, há muito estagnado, deram origem ao movimento Pró-CUT. Em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), surge a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

é para fazer greve, e não para “dar remédios e fazer hospitais”. A argumentação sobre as relações sindicais é bem pertinente. Nela se pode perceber que a direção se encobre todo o tempo sob o manto da categoria, tentando passar um perfil democrático. A convocação da Assembleia Extraordinária seria uma espécie de teatralização, utilizada para afiançar a intenção dos próprios diretores, já que pelo estatuto, e frisado por eles nas atas da assembleia e da reunião que “eliminou” o operário, deixava-se muito claro que o poder para isso era privativo da diretoria. Também se verifica esta intenção quando das afirmações de que o trabalhador “desrespeitava moralmente” a categoria, que se indignava com a sua agressão, classificando-o como “alienígena” e desejando que a discussão transcorresse apenas sobre a pauta preparada pelos diretores. O espaço para o debate de ideias políticas gerais era simplesmente inexistente, com qualquer discussão sobre as condições da classe trabalhadora sendo tratada como doutrinação “sobre figuras do comunismo internacional”, como argumentou a diretoria sindical no processo de expulsão de Reinaldo Barroso (NÓBREGA, 2006, p. 69).

O golpe militar de 1964 demonstrou como aquela estrutura sindical estava associada às forças repressivas, pois permaneciam a frente das entidades sindicais apenas os sindicalistas que estavam comprometidos com o regime em vigor no período. Milhares de cassações de dirigentes e intervenções em entidades sindicais – que se recusavam a compactuar com o golpe empresarial-militar – desmantelaram a resistência da classe trabalhadora brasileira. Em seu lugar, os dirigentes sindicais “eleitos” desprezavam as reivindicações das categorias no plano político e econômico, dedicando-se a ampliar o setor assistencial e o patrimônio físico dos sindicatos, valendo-se para isso das gordas somas vindas do imposto sindical. Com a construção civil não foi diferente. A colaboração entre sindicato e empresários permitiu a gestão empossada (na qual Mariano Nunes era o presidente) as ferramentas necessárias para governar - de 1975 a 1988 - sem maiores sobressaltos vindos de baixo. Reinaldo Barroso foi um raio pálido em céu azul, mas não passaria impune. Com a campanha pelas diretas, a retomada das liberdades democráticas e a reorganização do movimento sindical, uma multidão de “Reinaldos” surgiria e juntar-se-ia aos representantes de um novo sindicalismo e aí mudariam os rumos desta entidade, que, no círculo do sindicalismo combativo²⁰, passa a operar como um laboratório histórico no âmbito do estado do Ceará.

²⁰ Consideramos *sindicalismo combativo* aquele vinculado com a necessidade de lutar em defesa dos trabalhadores, de forma independente dos patrões – e em oposição a estes. Ou seja, aqueles que se filiam a luta de classes.

4.1 Uma História de lutas

Desde sua fundação até os idos da ditadura empresarial-militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985, o STICCRMF foi conivente com o controle que o Estado exerceu sobre si. A boa relação que mantinha com seus antagonistas de classe era perceptível aos olhos da categoria. Geraldo Magela, carpinteiro e ex-diretor sindical, expressa em conversa informal uma opinião que é majoritária entre os trabalhadores:

Quando eu era peão da empresa Nossa Senhora de Fátima, cansei de ir fazer reforma na sede do sindicato, quando ainda era na Domingos Olímpio. O dono da empresa era o Góes, e ele era muito amigo do Mariano. O Góes mandava e eu ia tirar meu expediente de trabalho lá. E quem é que pagava pela reforma? A empresa! Agora vê se empresa hoje paga para fazer reforma aqui. E elas querem, mas nós vamos aceitar?²¹

Mas ao longo da década de 1980 essa realidade de colaboração iria mudar. Com os bons ventos trazidos pelas greves do ABC no final da década de 1970²² que enfrentaram a ditadura, acendeu o sinal verde para a classe trabalhadora brasileira que percebeu ser possível e necessário mover-se em defesa dos seus direitos. A defesa de princípios esquecidos até então, como a independência de classe frente às instituições do Estado e dos patrões, a solidariedade de classe, a luta contra anos de arrocho salarial e as más condições de vida, impulsionaram um vertiginoso movimento grevista que se opunha frontalmente aos planos econômicos governamentais que provocaram um processo de hiperinflação na economia brasileira. Além da luta econômica havia as pautas políticas, como a luta contra a ditadura militar e pela redemocratização do país, que culminou com a campanha das diretas já, que embalou toda uma geração e que levou multidões às ruas em todo o Brasil. Essa fase de abertura política, questionamentos e enfrentamentos que invadiram o interior dos sindicatos, animaram várias categorias que passaram a construir pela base oposições que procuravam

²¹ Diálogo informal com Geraldo Mano Magela Filho, carpinteiro e ex-diretor do sindicato à época, em junho de 2017.

²² Em 1970 o Brasil começou a viver os primeiros sinais da crise econômica, levando o regime militar a perder base social de apoio, enquanto a sociedade civil se levantou e começou a reestruturar-se e a manifestar-se politicamente pela redemocratização do País. Entre 1978 e 1980 os metalúrgicos do ABC realizaram as primeiras greves parciais e gerais por tempo indeterminado e com a realização de grandes assembleias, em que o movimento se espalhou por todo o ABC. Apesar de muito positivas, a Justiça do Trabalho julgou ilegal o movimento e o Ministério do Trabalho decretou a intervenção nos Sindicatos de metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e São Caetano do Sul, afastando dos respectivos cargos os dirigentes sindicais. Tais greves não tiveram apenas papel reivindicatório trabalhista, mas buscaram enfrentar e romper com o regime de ditadura empresarial-militar e criar um ambiente político propício para a redemocratização do país e o implemento de alguma liberdade sindical, que veio com a Constituição de 1988, embora parcial.

eleger-se para as diretorias de seus respectivos sindicatos. Este era o signo da oposição sindical na construção civil de Fortaleza organizada no ano de 1988. Entretanto, esta disposição de criar a era menos fruto de um conhecimento da realidade em que viviam os trabalhadores, e mais projeto partidário de construção de uma nova práxis política, que se construísse no seio da classe operária.

Esta iniciativa não foi fruto apenas de mentes militantes brilhantes que em um belo dia acordaram e decidiram que era hora de libertar a classe operária. Pelo contrário, a situação política no Brasil neste período relatado culminou com o estímulo à organização dos trabalhadores e com um desejo de mudança em suas condições de vida. Junto a isso, o clima de revolta generalizado que estimulou os trabalhadores a irem às assembleias e questionarem e cobrarem mais atuação do sindicato, e, nesse interim, pressioná-lo no sentido de transformá-lo em um polo organizador dos trabalhadores. Diante dos fatos, a oposição começou sua atividade político-sindical fazendo dois movimentos distintos, porém combinados: na “superestrutura”²³, participando das assembleias convocadas pela diretoria do sindicato; e na base²⁴, visitando os canteiros de obra no período noturno e aos sábados e divulgando as ideias do grupo por meio de boletins informativos distribuídos entre os trabalhadores.

A intenção do grupo era atrair a simpatia do operariado e ao mesmo tempo apresentar suas ideias e suas concepções políticas, na busca por convencê-los da necessidade de irem à luta, sendo as visitas aos locais de trabalho e a participação em assembleias indispensáveis para fazer o confronto político contra os pelegos que dirigiam o sindicato. Dentre as principais pautas que despertavam o interesse da “peãozada”, destacavam-se: a reivindicação da diminuição da jornada de trabalho e o fim do trabalho aos sábados; o pagamento dobrado das horas extras; a emissão de recibos de pagamento (o trabalhador não sabia quanto realmente ganhava nem sabia de quanto eram ou a que se deviam os descontos na folha de pagamento); a formação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPAS²⁵; a estabilidade empregatícia, pois havia – e há – grande rotatividade na categoria

²³ A superestrutura diz respeito as estratégias do grupo dominante para a consolidação e perpetuação de seu domínio, em especial o aparato e instâncias político-sindicais. Ou seja, seria responsável pela manutenção das relações sociais existentes.

²⁴ A base refere-se aos trabalhadores que não estão vinculados diretamente à direção do sindicato politicamente, nem ideologicamente, nem organizativamente.

²⁵ Ao verificar os dados estatísticos sobre acidentes e doenças do trabalho, os números no Brasil assustam: entre as décadas de 1970 e 2000 tivemos uma média de 10.452,870 acidentes de trabalho e 8.960 doenças registradas relacionadas ao trabalho. No Setor da ICC especificamente, entre 1997 e 2001 tivemos 110.984 acidentes de trabalho e 3.296 patologias. Em âmbito de Estado do Ceará, somente nos sete primeiros meses do ano de 1991, aconteceram 1.742 acidentes de trabalho no setor, sendo 50 destes fatais. Não desconsideramos que os dados apresentados aqui são incompletos, pois apenas estão disponibilizados os casos notificados na Previdência Social. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-3572-08072013-180519.pdf. Neste período a legislação não obrigava as empresas a disponibilizarem Equipamentos de

(NÓBREGA, 2006). Essas foram algumas propostas que possibilitaram um despertar destes trabalhadores sobre sua condição, a necessidade de organização e que fez com que esta oposição se postulasse como alternativa à diretoria vigente.

Em dezembro de 1987, três trabalhadores que atuavam ainda na clandestinidade e que eram militantes do Coletivo Gregório Bezerra – CGB²⁶ comunicam a CUT-CE²⁷ que a construção civil possuía uma oposição sindical formada. Na ocasião, tinham interesse em enviar delegados para os congressos da CUT, e o status de oposição sindical com vida orgânica lhes dava esta prerrogativa. Em janeiro de 1988, a primeira reunião da base da construção civil do CGB formaliza a criação da oposição (MENDES, 1994). A partir de então este jovem agrupamento começa a aglutinar trabalhadores independentes, ativistas e membros da Pastoral Operária que já participavam das assembleias para se incorporarem e então se inicia o processo de organização para a tomada do sindicato das mãos dos velhos sindicalistas que se aferravam no aparato da entidade.

Neste momento começa a disputa de dois grupos opostos e em rota de colisão. De um lado havia uma diretoria que permanecia à frente do sindicato há vários anos, e que contava com esta experiência e o controle do aparato sindical, e o apoio do empresariado nos canteiros. Do outro lado, uma oposição surgida recentemente, inexperiente, mas disposta a visitar os locais de trabalho, dialogando e conscientizando a categoria, apoiados pela CUT, CGB e Pastoral Operária, munidos da disposição de fazer a entidade romper, com a ajuda e participação dos trabalhadores, a boa relação com o setor patronal. Era chegada a hora de ousar e arriscar.

De março a outubro de 1988, a oposição manteve um trabalho constante de visitas aos canteiros de obras no turno noturno e aos sábados, bem como a participação nas assembleias e nas reuniões da diretoria. O grupo ia ganhando corpo, “engrossando o pescoço” e conquistando autoridade e simpatia perante os trabalhadores de base. Os boletins da oposição traziam informações da conjuntura nacional, textos sobre política, socialismo e uma coluna intitulada *Como Anda Nosso Sindicato*, em que denunciavam os atos dos pelegos, e no final uma tabela com os valores salariais de todos os profissionais (Mendes, 1994). De fato, a campanha eleitoral estava no chão das obras, e cada vez mais os trabalhadores despertavam para a necessidade de mudança de sua situação.

Proteção Individuais – EPI’s, ou mesmo o fardamento, o que aumentava o risco de os trabalhadores sofrerem acidentes de trabalho ou contraírem alguma doença ao estarem expostos a ambientes insalubres.

²⁶ Coletivo que tem origem no grupo político que rompe com o PCB em 1980 sob a liderança de Luís Carlos Prestes. Este coletivo passa a se autodenominar “Os Prestistas”. Em seguida, parte dos prestistas rompe com Prestes e seus seguidores, criando os Coletivos Gregório Bezerra – CGB. Futuramente a organização mudaria de nome para Partido da Libertação Proletária – PLP.

²⁷ Central Única dos Trabalhadores, seção Ceará.

Dois episódios são destacados por Mendes (1994) que expressam o crescimento da autoridade da oposição. O primeiro seria a eleição de três delegados ao II Congresso da CUT – CONCURT, em que compareceram à assembleia mais de cem trabalhadores, sendo esta quantidade de presentes um fato inédito até aquele momento. O segundo foi uma assembleia em 12 de junho de 1988, em que a diretoria pretendia aprovar a prestação de contas de 1987, a de 1988 (faltando ainda mais de seis meses para o fim do ano) e a previsão orçamentária de 1989. A Oposição se manifestou contrariamente, defendendo a não aprovação; embora um número pequeno – apenas 60 trabalhadores presentes – pela primeira vez foi apresentada pelos trabalhadores uma proposta contrária à da diretoria, constituída de duas chapas: chapa sim e chapa não.

Apesar da derrota da proposta da Oposição (chapa não), estes foram tomados pelo clima de euforia por considerar que apesar de derrota tática haviam obtido uma vitória estratégica, e que haviam dado um passo importante para a tomada do sindicato das mãos da atual diretoria. Durante os próximos meses, uma intensa disputa no campo político e ideológico se daria entre situação e oposição, que desembocaria em novembro de 1988, quando aconteceu as eleições do Sindicato. Em setembro, deixou de se apresentar com o nome “Oposição na Construção Civil” e passou a se chamar “Oposição Construindo um Novo Sindicato”. O boletim nº 4 do mesmo mês esclarece que

(...) tal oposição se relaciona ao Sindicato dos trabalhadores e não tem nada a ver com os patrões, muito pelo contrário, é sobretudo contra eles. A Oposição Construindo um Novo Sindicato já se apresenta nos canteiros de obra à noite nos dias úteis e nos finais de semana como provável direção do sindicato (MENDES, 1994, p. 193).

4.1.1 As eleições e a Oposição sindical

Finalmente, chega o momento do acerto de contas, ou como diz a expressão popular, “a hora da onça beber água”. A primeira grande dificuldade enfrentada pela oposição foi conseguir registrar a chapa para participar das eleições. Enquanto a Chapa 1, situacionista, não enfrentou nenhuma dificuldade para realizar sua inscrição no pleito, a Chapa 2 enfrenta sérios obstáculos na tentativa de atender as exigências e observâncias impostas pela comissão eleitoral. Na primeira tentativa alguns membros candidatos foram impedidos por não serem considerados, pela comissão, como pertencentes à categoria. Em outro momento, alegaram que parte dos membros não atendia ao tempo mínimo de filiação de seis meses; em outro momento, não foi aceito porque alguns não eram residentes no município de Fortaleza ou não

tinham residência fixa. E quando a chapa da oposição conseguia atender a todas as exigências, simplesmente o advogado se recusava a homologar o registro! Diante disso, a Chapa 2 decide acionar a justiça para garantir sua inscrição e assim poder concorrer às eleições, então conduzem a campanha a todo vapor nos locais de trabalho.

Após conseguir liminar, um oficial de justiça que se dirige à sede da entidade recebe a informação de que o presidente da chapa da oposição “não tinha residência fixa”. Entretanto o atestado de residência dos integrantes da Chapa 2 era obrigatório para obter registro. Outro fato revelador do caráter dessas disputas aconteceu logo após a vitória da Chapa 2, quando o vice-presidente do Sindicato e candidato a presidente na Chapa 1, entrou com liminar na Justiça para impedir a posse dos eleitos “porque a eleição foi realizada de maneira irregular, pois não havia relação de votantes e nem dos locais de votação” (MENDES, 1994, p. 204).

A inscrição da Chapa 2 ocorreu em juízo, quando o juiz decide favorável, concedendo medida liminar à ação cautelar movida pela oposição. Devido a essa disputa a eleição foi remarcada para um dia após a data estipulada para que as cédulas eleitorais fossem refeitas, e foi acordado entre as duas chapas concorrentes que todos os trabalhadores que estivessem presentes na obra no momento e que as urnas estivessem presentes poderiam votar sem a necessidade de apresentar o comprovante de sindicalização. As eleições finalmente ocorreram dia 8 de novembro e a apuração dos votos em 11 e 12 de novembro. A Chapa 1 (situação) obtém 666 votos (15%) e a Chapa 2 (oposição) obtém 4734 votos (85%). Apesar da vitória acachapante da Chapa 2 – e da derrota fragorosa da Chapa 1 – o grupo perdedor se recusa a deixar o sindicato.

Começa uma nova luta para garantir que a chapa eleita seja empossada. A oposição começa a mobilizar a categoria para a posse e denunciar Mariano Nunes e o restante do grupo perdedor através de um panfleto que denuncia as manobras orquestradas para impedir que a vontade da categoria seja respeitada. No dia da posse marcada para 12 de dezembro, a oposição é surpreendida com uma liminar que mantém o grupo perdedor até a medida cautelar promovida por estes mesmos fosse julgada (MENDES, p. 208). A direção eleita decide permanecer no sindicato irreduzível, e durante dias os dois lados dividem o mesmo espaço, sempre em clima de tensão, com provocações e acusações mútuas até os diretores comandados por Mariano Nunes expulsarem a chapa eleita com a ajuda da polícia.

Novamente a oposição vê-se obrigada a recorrer à justiça para garantir que o resultado das urnas seja respeitado e garantir seu direito de tomar posse como direção da entidade, conseguindo a revogação da liminar que impedia que fossem empossados. Mesmo

agora sendo a nova direção de fato e de direito, o clima de nervosismo continua vigente. Em matéria do jornal Diário do Nordeste, de 27 de dezembro de 1988, informa-se que “Mariano Nunes recusa-se a dar posse aos novos diretores colocando homens armados na porta do prédio, impedindo o acesso de qualquer pessoa às dependências da sede da entidade” (MENDES, 1994, p. 209). Uma multidão de pessoas se aglomera em frente à sede, sendo estes estudantes, dirigentes sindicais, ativistas de várias categorias que estavam engajados na campanha da Chapa 2. Em determinado momento de tensão, o advogado Inocêncio Uchoa, representante da chapa vencedora teve um revólver apontado em sua direção por um dos capangas armados – policial reformado – quase acontecendo uma tragédia.

A crise só foi superada quando uma nova ordem judicial, a ser cumprida por oficial de justiça, acompanhada de reforço policial, chegou à sede do Sindicato, prendeu o sujeito que estava armado – o mesmo era sargento – e apreendeu quatro armas que estavam em poder da antiga diretoria. Finalmente a diretoria eleita toma posse e a oposição passa a ser a direção de um sindicato que se propõe, a partir daquele momento, a ser um instrumento de luta baseado numa nova práxis política; embora durante a campanha eleitoral, já fosse possível observar que o grupo de oposição demonstrasse o interesse de educar aquela categoria em uma concepção de sindicalismo diferente da que havia sido praticado até aquele momento, a ascensão como dirigentes sindicais eleitos os colocava em melhores condições de exercer sua hegemonia política e sindical através de uma práxis político-educativa, que apontava para uma mudança de postura da entidade perante os interesses e necessidades dos trabalhadores. O primeiro grande embate havia sido vencido, mas agora ia começar uma nova fase de luta que lhes exigiria o mesmo grau de organização e comprometimento construídos até então.

4.1.2 O primeiro mandato

A primeira gestão desta diretoria eleita é marcada por uma série de enfrentamentos com a patronal da construção civil e coloca como seu principal desafio organizar a base da categoria para a luta em defesa dos seus direitos. A primeira oportunidade que tiveram para testar seu poder de mobilização como direção eleita foi a campanha salarial de 1989. Iniciada às pressas, a chapa eleita já teria de lidar com a necessidade de receber uma entidade fragilizada pela disputa eleitoral e judicial, e, concomitantemente, garantir o conjunto de reivindicações que despertaria o interesse dos trabalhadores e a intransigência dos empresários. Durante a greve geral de 1989, convocada pela CUT e contando com o apoio do

STICCRMF, os trabalhadores da construção civil deflagram sua greve da categoria, aderindo ao movimento e paralisando suas atividades por oito dias. Segundo Mendes (1994) essa seria a primeira greve da história da construção civil de fortaleza em 49 anos de existência do seu sindicato. De fato, não se tem conhecimento de outras anteriores.

Contando com o apoio de trabalhadores de várias categorias, como bancários, professores, motoristas, servidores públicos federais, além de estudantes os operários vivem a espetacular experiência de acreditar que lutando podem mudar a sua realidade. A divisão da cidade em zonais de atuação, a formação dos piquetes de greve e as reuniões do comando de greve, bem como as assembleias para avaliar as contrapropostas apresentadas pelos patrões ajudaram a educar o operariado a compreender os mecanismos necessários para resistir e enfrentar as empresas e seus agentes diretos e indiretos. Apesar de não terem conquistado toda a sua pauta, conquistaram alguns ganhos importantes. Além de um reajuste que, embora abaixo das suas expectativas, garantiu ganho real, Mendes destaca como conquistas o fornecimento de refeições no local de trabalho, bem como de instrumentos de trabalho e equipamentos de segurança no trabalho; o reconhecimento das comissões de obras com estabilidade no emprego; e a discussão da jornada de trabalho de quarenta horas semanais, jornada essa que se tornaria conquista viabilizada com o decorrer das negociações. Parte da vanguarda de ativistas envolvidos no movimento grevista acreditava que a categoria havia obtido importante vitória política com a deflagração da greve, considerando a disposição de realizar o movimento paredista e o despertar para a luta política:

(...) a importância da greve não está no índice fornecido pelas entidades de classe, apesar da greve contar com uma participação maciça dos trabalhadores dos principais canteiros de obra da cidade. A importância da greve está na descoberta feita pelos trabalhadores de que reúnem condições de se organizarem na luta pelo mínimo necessário e pelo máximo possível. Os trabalhadores, que não se cansavam de repetir entre si que “trabalhadores da construção civil não fazem greve, são acomodados”, tiveram a oportunidade demonstrar, em março de 1989, que esta ideia tão enraizada começava a ruir (MENDES, 1994, p. 219).

Constatadas tais vitórias, o segundo passo seria garantir que as medidas acordadas entre os sindicatos patronal e laboral fossem rigorosamente cumpridas, sobretudo pelos patrões. O que se seguiu ao longo do ano de 1989 foi o estalido de inúmeras greves por locais de trabalho, em que os operários, apoiados pela direção do sindicato, decidiram cruzar os braços para exigir que seus direitos conquistados, após oito longos dias de greve, se fizessem cumprir. Diante das negativas, sucessivos casos de insubordinação, individuais e/ou coletivos, começam a “estourar” nos locais de trabalho. Após a greve, a reação dos trabalhadores frente

aos descumprimentos dos acordos praticados pela patronal aumentou a partir dos locais de trabalho, ao ponto de enfrentarem todo tipo de desrespeito perante suas demandas. Dentre os vários problemas, identificamos o atraso no pagamento dos salários, o não pagamento de horas extras, a recusa em oferecer alimentação, equipamentos de proteção individual – EPI's, e o não pagamento de vale-transporte. Frente a ação dos trabalhadores os patrões respondem com truculência e abusividade rejeitando qualquer possibilidade de acordo, até a situação ficar insustentável.

Ainda em 1989 o sindicato decide realizar uma campanha salarial extra em setembro (a data-base da campanha salarial é março), na perspectiva de recuperar as perdas inflacionárias do ano, mas acaba sem sucesso nas cláusulas econômicas. Apesar da surpreendente disposição de luta, o cansaço da categoria e a distância da data base foram obstáculos importantes. Mendes (1994) registra a fala de um operário eletricitista que disse: “Vamos ficar lambendo rapadura detrás de uma porta, durante seis meses” (p. 232). Esse era o sentimento; esperar, recobrar as forças para o ano seguinte.

Para a campanha salarial de 1990 a diretoria do sindicato se preparou melhor. No final de 1989 preparou um seminário para diretores, funcionários, estagiários e base da categoria. Em seguida marcou uma assembleia para dar o pontapé inicial da campanha salarial e começarem a preparar e motivar os trabalhadores para mais um enfrentamento. Visando arrecadar fundo de greve, propõem aos trabalhadores vender parte do patrimônio da entidade, como carros, consultório médico-odontológico e terreno para usar tais recursos, numa possível deflagração de greve (MENDES, p. 242). Após sucessivas e inúmeras rodadas de negociações com os empresários, as reivindicações não logram êxito. Por fim, em assembleia com mil e quinhentos trabalhadores – a maior da história da categoria de trabalhadores da construção civil de Fortaleza até aquele momento – ocorrida na Praça Portugal, que fica no coração da Aldeota, bairro da burguesia fortalezense, onde se encontram muitos canteiros de obra, aqueles trabalhadores decidiram por nova deflagração de greve. Além das reivindicações não conquistadas no ano anterior, havia a reivindicação do pagamento semanal, uma vez que as altas taxas de inflação corroíam ferozmente os salários à época²⁸.

A todas as pautas, a patronal recusava-se a cumprir e como forma de deter o movimento aciona a polícia para conter e intimidar os grevistas; em resposta à violência policial para reprimir os piquetes. O SINDUSCON/CE (sindicato dos patrões da construção

²⁸ De acordo com Índice de preços ao consumidor – IPC, a inflação no Brasil em 1989 chegou a 1.972,918 % (Fonte: <http://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/inflacao.aspx>). Em 2017 foi de 2,95% e a estimativa de 2018 é de 4,12%. (Fonte: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/09/mercado-reduz-estimativa-de-inflacao-em-2017-e-2018>).

civil) acusa os trabalhadores de vandalismo e a revolta se generaliza. No dia em que o presidente Fernando Collor²⁹ toma posse uma passeata com dois mil trabalhadores percorre as ruas de Fortaleza, chegando à Praça José de Alencar, região central da cidade, onde havia um ato organizado pelos movimentos sociais que era contrário à posse do presidente eleito³⁰. Por fim, a greve é suspensa após os trabalhadores amargarem derrota econômica em dissídio na Justiça.

Com o desfecho da greve, um clima de desânimo e apatia segue por algum período, até se seguirem novamente novas lutas nos canteiros de obras a fim de garantir o cumprimento das reivindicações negociadas e acordadas. Contra cada empresa que deixava deliberadamente de respeitar alguma cláusula da convenção coletiva, iniciava-se um levante promovido pelos trabalhadores e devidamente assessorado e orientado pela direção do sindicato. Dessa forma aquela categoria de trabalhadores ia educando-se em uma práxis política que tinha como premissa a defesa intransigente de seus direitos e o enfrentamento direto as empresas e seus agentes, fossem eles engenheiros, mestres de obras, encarregados, ou mesmo os agentes de autoridades do Estado (polícia).

Na campanha salarial de 1991 as mobilizações e ações foram menos intensas. Foi um ano em “que ocorreram apenas assanhamentos” (MENDES, p. 255). Em um desses momentos a categoria ameaça os patrões com uma greve geral aprovada para 6 de março; dessa vez os donos do capital decidem analisar com mais seriedade a possibilidade de greve e decidem na mesa de negociação acatar parte das propostas que levavam os trabalhadores à luta:

Sem precisar recorrer à greve, o Sindicato consegue selar um acordo com a entidade patronal que contempla várias propostas levantadas em campanhas salariais anteriores. Dentre as conquistas largamente comemoradas, estão o café da manhã e almoço nos canteiros de obra com mais de cinquenta trabalhadores, a abolição do trabalho aos sábados e recebimento obrigatório de contracheque especificando ganhos e descontos. (MENDES, 1994, p. 256)

²⁹ Fernando Collor de Melo foi presidente do Brasil (1990-1992). Eleito com o slogan “caçador de marajás”, seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor e a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Seu Plano, que no início teve uma boa aceitação, acabou por aprofundar a recessão econômica, colaborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1200% ao ano; junto a isso, denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, feitas por Pedro Collor de Mello, irmão presidente, culminaram com um processo de *impeachment*. O processo, antes de aprovado, fez com que o presidente renunciasse ao cargo em 29 de dezembro de 1992, deixando-o para seu vice Itamar Franco. Collor ficou inelegível durante oito anos. Atualmente é senador representando o estado de Alagoas.

³⁰ Além questionarem a manipulação do debate promovida pela rede Globo, defendiam a candidatura de Luíz Inácio Lula da Silva.

Tais benefícios foram comemorados pela categoria que encerrou a campanha salarial, mas não à resistência. A simples assinatura da convenção coletiva não é garantia de implantação na íntegra das pautas acordadas, mas foi um ensinamento da diretoria, que buscava discutir e esclarecer a categoria cada ato que seria praticado. Ao longo do ano novamente foi necessário recorrer à ação direta, por intermédio de atos, piquetes, greves de um ou vários dias, atraso no início do expediente e assim por diante. Essa realidade segue porque na perspectiva de manter alta a taxa de lucro, setores da patronal se veem obrigados a descumprir parte do acordo – ou mesmo todo ele – e resolutamente enfrentam os operários, que decidem partir para o revide por não restar alternativa. Esse jogo de xadrez permanente ajuda a constituir o embrião de consciência de classes desses operários - construída e em construção. Percebemos ao observar o processo de formação da oposição sindical até a sua eleição, que este grupo político sindical demonstra preocupação em educar os trabalhadores da construção civil na perspectiva de fazê-los avançar, em seu nível de consciência. Preparar os operários da construção civil para as lutas imediatas e os possíveis embates futuros era uma necessidade. A busca por despertar o trabalhador para a ação direta revela que uma nova práxis estava surgindo.

4.1.3 A Greve de 1995

Ao longo da década de 1990 os trabalhadores da construção civil foram aprendendo, ano após ano, a cada campanha salarial, a organizarem-se na luta pelos seus direitos. As greves de 1989 e 1990, ensinaram a direção eleita e os trabalhadores em seu conjunto a movimentar-se neste complexo jogo de xadrez que se mostrou a luta de classes, sendo estas ações – planejamento da diretoria, assembleias, visitas aos canteiros de obras, paralisações, greves, piquetes – que serviram como exemplos para os anos seguintes. Em 1991 a campanha salarial foi encerrada com acordo, sem a necessidade da deflagração de greve, e esta lógica foi mantida nos anos seguintes – 1992 a 1994. As ações junto à categoria se resumiram aos “assanhamentos”, em que havia sempre a ameaça do movimento grevista, mas no fim era firmado acordo. Nóbrega (2006) identifica que tanto empresários como dirigentes sindicais ainda se recuperavam das sequelas anteriores; se os patrões foram os vencedores “morais” por não aceitarem negociar e conseguirem impor um acordo vantajoso para si através do dissídio coletivo, o prejuízo financeiro com as depredações dos canteiros de obra foi imenso e eles não demonstravam interesse de “pagar para ver” um novo

enfrentamento. Do lado dos trabalhadores, os altos custos da greve, associados ao cansaço e à desmotivação provocadas pelo dissídio desestimularam a aposta no boicote à produção.

Entretanto, em 1994, a greve quase foi deflagrada, não fosse a decisão da diretoria de defender o acordo. Durante as negociações, enquanto o sindicato reivindicava reajuste salarial de 10% (mas se dispunha a aceitar 8%) os empresários ofereciam 7%. No apagar das luzes a patronal ofereceu reajuste de 7,5%, deixando a diretoria a refletir se valeria a pena deflagrar a greve por meio por cento. Por fim, decidiram por aceitar o acordo e submeter a decisão aos trabalhadores em assembleia, de acordo com o depoimento de Manuel Farias, membro da direção à época e atualmente funcionário da entidade:

A gente já tinha uma convenção que reajustava de dois em dois meses (os salários) e quando veio o plano (Real) caiu mesmo no período quando foi reajustado, né, fazia a média de quatro meses e a gente tinha reajustado mesmo no pico, então quando a gente fez a média, reajustou mais um pouco e ainda teve um reajuste de produtividade (4%, segundo a 5ª cláusula da convenção de 1994), e aí teve a universalização da alimentação (almoço e, no caso de horas extras, a janta), que era uma das maiores reivindicações da categoria. Então, a gente analisou e viu que dava pra fazer (o acordo), mas a categoria fez (votou na assembleia geral a favor do acordo), mas reclamou que tava preparada já (sorriso de orgulho), que a gente tinha preparado ela pra greve e na hora de ir pra greve a gente tinha fechado o acordo. Os trabalhadores reclamaram, mas fecharam o acordo, aceitaram que dava pra fechar. Depois continuou reclamando, assim, corretamente, né? Categoria muito boa (risos) (...) Tava correta mesmo, tava preparada desde 94 (risos) (NÓBREGA, 2006, p. 263).

Observamos a partir deste depoimento que os operários da construção civil se sentiam preparados. Em que sentido? Cremos que seu preparo era para o enfrentamento entre trabalhadores e patrões – um embate de classes sociais antagônicas entre si. Desde a formação da oposição sindical e as eleições de 1988, passando pelas greves de 1989 e 1990, estes trabalhadores aprenderam que quando lutam, se organizam, oferecem resistência, podem conquistar direitos inexistentes – até aquele período – e garantir que os direitos já conquistados possam efetivamente ser garantidos. As assembleias, as visitas nos canteiros de obras, as paralisações por local de trabalho foram alguns dos meios usados pela sua direção política-sindical para ouvir, dialogar e propor ações que apontassem no sentido de um despertar para uma nova consciência, que seria o embrião da consciência de classe.

Percebemos que passa a vigorar práxis político-educativa diferente da existente antes das eleições de 1988, em que a atitude colaborativa com os patrões, por parte da direção sindical, deixa de existir, e isso só foi possível devido a substituição dos dirigentes que estavam à frente da entidade. A nova direção usa de uma nova pedagogia, voltada para a

libertação da classe explorada e oprimida, que possibilita a mudança de sua práxis político-educativa.

Estas experiências anteriores foram bastante pedagógicas. A partir delas, os operários foram capazes de conseguir o desfecho de suas campanhas salariais no início na década de 1990 com relativa “calmaria”, sem a necessidade de deflagrar greves gerais. Entretanto, veio a campanha salarial e a greve de 1995. Tanta importância possui que ainda hoje é lembrada entre operários, diretores, funcionários e apoiadores como a maior greve do setor da construção civil até hoje. Tal evento figura nas mentes e nos corações daqueles que a vivenciaram como sendo o momento do revide, em que a classe operária – da construção civil de Fortaleza - finalmente teria dado o troco aos patrões, conquistando vitória moral, política e econômica simultaneamente. Mas este sucesso não se deu como obra do acaso, e sim como resultado de uma práxis política de luta acumulada após sete anos de aprendizado e temperada no ativismo cotidiano.

O primeiro fator foi a preparação da greve. Houve por parte da diretoria a atitude de estruturar financeiramente a entidade, assente na aprovação em assembleia do desconto assistencial para todos os trabalhadores da categoria – mas aqueles que fossem contra tinham o direito de não aceitar, bastando apenas ir à sede e solicitar – que viabilizou a existência de um fundo de greve. Com este recurso, foi possível garantir carro de som, alimentação para os grevistas, água, vale transporte, ônibus para deslocamento e a aquisição de cinco mil cestas básicas para dar um alívio aos trabalhadores, pois os salários eram suspensos – essas medidas foram fundamentais para dar mais segurança e ânimo aos trabalhadores. O segundo fator foi a vigorosa determinação dos trabalhadores. De fato, o desfecho das últimas greves deixou esta categoria com o sentimento de que havia chegado a hora de dar o troco, bem como nos últimos quatro anos em que as campanhas salariais foram encerradas com a celebração de acordo sem a necessidade de parar os locais de trabalho. Em 1995 a greve durou vinte e três dias úteis (trinta dias corridos), sendo considerada a mais longa até os dias atuais³¹. A disposição de luta dos operários da construção civil provoca verdadeiro impacto na cidade gerando redes de solidariedade em volta da greve e uma ampla divulgação nos meios de comunicação.

³¹ Em 2012 foi deflagrada uma greve que também durou trinta dias corridos. Mas a greve de 1995 continua sendo considerada a maior pela importância política que possui, e porque a estrutura da entidade era bem mais modesta àquela altura. Outro fator que faz a greve de 1995 ser considerada mais importante é relativo à ação policial que nesta foi muito mais ostensiva que na greve de 2012, uma vez que nesta última ocasião os policiais militares do estado do Ceará também fizeram movimento de greve entre o final de 2011 e início de 2012, contando com a solidariedade do sindicato e dos operários da construção, o que gerou simpatia por parte dos policiais e consequentemente uma ação menos ostensiva na repressão à greve de 2012.

O terceiro fator foi a intransigência dos patrões, que apostavam no cansaço dos operários em greve e numa nova vitória judicial, em não ceder nas negociações, contribuindo para estender o tempo de duração do movimento. E o quarto fator que destacamos foi a repressão: a ação policial era sempre muito hostil e truculenta, buscando sempre apreender os veículos do sindicato, prender dirigentes sindicais e grevistas, bem como apoiadores que se somassem ao movimento. Depoimentos de alguns diretores dão conta que ao sair da garagem do sindicato, os veículos eram rebocados ainda no mesmo quarteirão. Para não serem “guinchados”, era necessário algum diretor levar o veículo para seu próprio domicílio e no dia seguinte seguir com ele direto para o local dos piquetes que, em geral, aconteciam na Praça Portugal, principal local de encontro dos piquetes e de realização das assembleias. E quando a violência policial ou dos capangas contratados pelas empresas acontecia de um lado, do outro os operários respondiam recrudescendo ainda mais a greve e as ações radicalizadas:

De fato, o governador do estado do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati, tratava os movimentos sociais e sindicais com uma política de repressão e praticamente nenhum diálogo. Sua política truculenta era reconhecida por eles sendo comum à visualização de seu nome pichado nos muros da cidade com a suástica no lugar da letra “s” em seu nome, sendo responsabilizado por extinguir diversos direitos trabalhistas dos servidores públicos estaduais. (NÓBREGA, 2006, p. 271).

O movimento grevista já estava habituado a esse tipo de prática e esperava que a repressão se abatesse sobre eles novamente. Ainda assim o movimento crescia e se radicalizava, e o recrudescimento se acentuava dos dois lados: se de um lado a dureza da ação policial aumentava, do outro os operários faziam assembleias, manifestações e passeatas, além de começarem a ocupar os canteiros. Por fim, o movimento grevista sagrou-se vitorioso em suas reivindicações. Além de conquistar reajuste salarial com ganho real, conseguiu avanços econômicos em outras cláusulas como reajuste em vários pisos, no valor da hora extra e diminuição no percentual do desconto do vale transporte (NÓBREGA, p. 273) e o mais importante: conseguiu arrancar um acordo com os empresários do setor quando estes promoviam verdadeira campanha de satanização da greve. No terreno da Justiça do Trabalho, os patrões ingressaram com um pedido de ilegalidade, mas o judiciário só se posicionou (deferindo pela ilegalidade) vários dias após a suspensão do movimento paredista.

Como destacamos anteriormente, a vitória desta greve é o resultado de uma práxis política educativa que promovia, entre os operários da construção civil de Fortaleza, uma ação pedagógica que buscava libertá-los. Afinal, estava evidente que estes haviam erguido suas cabeças e começavam a questionar a força de seus exploradores. Com certeza o medo da demissão, da prisão e das agressões físicas por parte da polícia ainda haviam; contudo, os

peões decidiram por enfrentar seus medos em busca de melhores salários, melhores condições de trabalho e o mínimo de dignidade. Ao vencer esta luta, conquistaram mais do que um bom acordo: conquistaram o respeito e a solidariedade dos que assistiam e ajudaram direta ou indiretamente; conquistaram o temor dos patrões que sofreram a maior derrota até aquele momento; conquistaram sobretudo a consciência de que a luta muda a vida, e esta luta deve ser travada de forma independente dos patrões e contra eles. Podemos afirmar que surgiu o embrião da consciência de classe.

4.1.4 Consolidação da tradição construída

O caminho percorrido pela classe operária da construção civil de Fortaleza e Região Metropolitana para se construir como protagonista de sua história é crescente, em que os processos de luta e educação, de forma abrangente, se interconectam e se definem à luz desse amplo diálogo. Pensar em uma tradição que foi desenvolvida nesta categoria há pelo menos duas décadas nos remete investigar as experiências que promoveram aprendizado; de que forma estes trabalhadores se comportam diante dos conflitos e desafios, apoiados na dialética como mediadora das tarefas postas? Desta maneira, nos debruçamos sobre a história recente para analisar se houve continuidade nesta nova forma de se portar dos operários da construção civil e seus dirigentes sindicais perante os conflitos, contradições e antagonismos de classe, e neste aspecto, nos interessa a relevância da educação.

Não uma educação formal, oficial e/ou institucional, senão à práxis político-educativa. Ou seja, a questão está em integrar as massas trabalhadoras numa luta política ativa. Isso posto, a construção de uma abordagem pedagógica com características revolucionárias proporciona a classe operária a aquisição de conhecimentos políticos e educação política, como indispensáveis para alcançar a sua conscientização. Percebemos que os operários aprendem com sua experiência, embora nem sempre ação e consciência estejam em sintonia. O processo é dialético e comumente enfrenta avanços e recuos em que se buscam estratégias que promovam o avanço do nível de consciência dos trabalhadores. É a busca por praticar uma pedagogia da libertação de classe.

Durante a década de 1990, o avanço da doutrina e das políticas neoliberais³² que desembocaram na reestruturação produtiva³³, o retrocesso em relação à consciência

³² *Neoliberalismo* é um termo que seu uso e definições têm sofrido alterações. Atualmente, seus defensores advogam em favor de políticas de liberalização econômica extensas, como as privatizações, austeridade fiscal,

socialista, em nível planetário, tem significado um limitador bastante ponderável. A ideologia de que não há alternativa se espalhou pelos quatro cantos do mundo e atingiu em cheio o imaginário de muitos, ainda que a contestação, embora desordenada e sinuosa, ao sistema capitalista siga aumentando. De certo modo, vivemos uma etapa da luta de classes em que o velho declina, mas o novo ainda não germinou.

No capítulo anterior, identificamos que para Lênin a consciência socialista, e não a consciência em geral, vinha “de fora” do movimento operário, ou seja, “de fora” da luta puramente econômica levada a cabo, quase naturalmente, pelos diferentes estratos da classe trabalhadora, sendo o partido como uma fusão entre o socialismo e as massas trabalhadoras. Sob esta perspectiva, o partido seria o polo consciente que promove a educação política das massas em movimento na direção da consciência socialista. Consequentemente, o papel cumprido pela classe operária levava em consideração suas experiências anteriores no sentido de construir permanentemente um fio de continuidade entre as gerações anteriores e as atuais, de forma a assegurar uma coletividade historicamente construída. Através de suas próprias experiências, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, que é a convicção de que é preciso se organizar em sindicatos para lutar contra os patrões – e contra os governos – em defesa de seus interesses. Entretanto, a teoria do socialismo científico contemporâneo surge com atores políticos – Marx e Engels – que pela sua situação social não pertenciam ao proletariado, mas à intelectualidade burguesa. Com os trabalhadores da construção civil não foi diferente.

Ao longo da história, estes homens e mulheres que têm por ofício erguer prédios e arranha-céus, modificaram gradativamente sua relação com os patrões, com as instituições do Estado burguês e com os demais organismos da classe trabalhadora. Se décadas atrás se portavam perante estes de forma passiva e submissa, receando o enfrentamento, seja individual ou coletivo, com o passar do tempo passou a se portar de forma mais resoluta, sobretudo na defesa dos seus direitos, interesses e necessidades, sejam estas imediatas ou futuras; e tais mudanças não se efetivaram do dia para a noite, pois já abordamos que ocorreram a começar de um trabalho político-sindical que mereceu investimento de um punhado de anos. Por exemplo, os trabalhadores principiaram a entender que para encontrar

desregulamentação, livre comércio e o corte de despesas governamentais a fim de reforçar o papel do setor privado na economia.

³³ Processo de flexibilização do trabalho na cadeia produtiva, em que o mesmo trabalhador executa variadas funções na produção. Além disso, o ritmo de produção obedece à demanda do mercado, evitando, assim, a estocagem de mercadorias, em que os capitalistas passaram a buscar uma maior eficiência no processo produtivo, minimizando erros e acelerando a produção.

soluções que lhes possibilitassem conquistar condições mínimas de trabalho e salário, não iriam contar com a benevolência e a tolerância dos empresários do setor, ao contrário – deveriam enfrentá-los. Em vista disso, era uma necessidade reconhecerem-se como capazes de mudar sua trajetória, e para chegarem a este grau de compreensão seria preciso reunir-se, organizar-se, instruir-se para obtenção daquilo que anteriormente fora projetado (FARIAS, 2013, p. 62). Enquanto cumpriam tal percurso, iam adquirindo a consciência e o aprendizado necessários para seguir em luta.

É suficiente frisar que a ferramenta da greve se tornou parte da cultura de uma categoria que passou a acreditar em suas próprias forças. O fato de a categoria ter se incorporado à greve geral de março de 1989 era um sintoma de que os seus membros começaram a se sentir como parte intrínseca da classe trabalhadora. Doutra lado, a decisão de seguir com os braços parados, por mais seis dias, revelou que esses trabalhadores já tinham o sentimento de que era necessário fazer a luta e, mais do que isso, com indiscutível eficácia. (FARIAS, 2013, p. 55)

Mas este percurso só foi possível devido à existência de um polo consciente que estava firmemente implantado na entidade sindical. Apesar de suas vicissitudes – primeiro o CGB, depois PLP e em seguida o PSTU – este grupo (em geral constituído de um núcleo duro e uma franja de apoiadores que nutria simpatia por sua política) agiu como vanguarda proletária que garantiu o fio de continuidade e esteve à frente da tarefa de educar o operariado dentro da tradição ideológica que lhe era absolutamente desconhecida. No caso específico do operariado da construção civil, um intenso processo de formação político sindical cooperou para o desenvolvimento de uma vanguarda mais consistente, que permitiu continuidade e o aprofundamento de uma experiência que periodicamente vivencia processos de renovação.

Entretanto, observamos que entre 2003 e 2010, ocorreram mudanças no movimento operário sindical após a chegada de Lula e do PT à presidência da república. Se em momentos anteriores o PT e a CUT haviam cumprido papel de fundamental importância no processo de tomada do sindicato dos pelegos, agora aquela central sindical cumpre papel similar a estes últimos, funcionando como elemento atenuador das tensões entre patrões e trabalhadores. O grande desgaste se inicia a partir da aprovação da reforma da previdência ainda nos primeiros meses do primeiro mandato de Lula da Silva, quando um setor da CUT rebela-se e decide formar a Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS. Tal situação se aprofunda ao ponto deste segmento decidir pela ruptura com a CUT e tomar caminho próprio no sindicalismo brasileiro. Na construção civil esta tendência se evidencia. As relações com os “cutistas” se deterioram ao ponto de a categoria decidir pela ruptura de seu sindicato com aquela central:

A campanha no movimento operário chamando as entidades sindicais de base a romperem com a CUT, iniciada com o funcionalismo público, ganhou força com os trabalhadores do setor privado. Alguns setores que se reivindicavam de esquerda ou marxista (dentro e fora do Brasil) lançaram duras críticas a essa posição. Segundo eles, não haveria base de massas para construir uma nova direção para os trabalhadores, além de ser uma política “divisionista”, “ultraesquerdista” e aventureira. A questão das políticas que dividem ou unificam o movimento operário é outro problema em pauta nesta polêmica. No Ceará a polêmica do movimento sindical também foi bastante polarizada. Essa polarização também ocorreu internamente na diretoria do STICCF. A campanha foi feita na base da categoria com visitas aos canteiros de obra e distribuição de panfletos do sindicato e da CONLUTAS. No dia vinte e nove de setembro de 2004, em assembleia, os trabalhadores votaram a desfiliação da CUT e participação na CONLUTAS (FARIAS, 2013: pp. 85-86).

Sobre tal processo posso falar na condição de testemunha ocular, haja vista ter sido um acontecimento importante no movimento sindical da cidade. Embora ainda estudante do curso de Geografia da UECE, movido por grande curiosidade dirigi-me a sede do sindicato para acompanhar a assembleia. A primeira coisa que chamou minha atenção foi a quantidade de trabalhadores presentes – a sede estava simplesmente lotada. Não é possível falar de forma objetiva em números, mas o senso comum dos presentes trabalhava com a hipótese de mais de mil pessoas presentes. A cada momento um grupo de trabalhadores irrompia aos gritos de “eu, eu, eu, a CUT já morreu”.

A segunda coisa que nos chamou atenção foi a defesa das propostas. Para defender a proposta de ruptura com a CUT falou ao microfone o diretor conhecido como Raimundo Pereira de Castro (Raimundão), militante do PSTU que é bastante conhecido nos movimentos sociais da cidade. Para defender a permanência na CUT, foi solicitado que a defesa fosse feita por Diassis Martins, que na época era presidente estadual da CUT/CE – na diretoria haviam membros filiados ao PT e defensores da central, mas não se dispuseram a fazer a defesa. Durante sua fala, Diassis acusou o PSTU de ter feito uma coligação com o PFL³⁴ no Mato Grosso, o que causou grande alvoroço entre os trabalhadores. Alguns ameaçaram subir ao palco para agredir o sindicalista; a direção do sindicato buscava conter os mais exaltados. Depois de aprovado o rompimento com a CUT (apenas dois votos contrários e oito abstenções) o presidente estadual da CUT precisou deixar o sindicato às pressas para não ser agredido pelos trabalhadores. No microfone Geraldo Magela – Coordenador Geral do sindicato à época – anuncia: “Agora, podem retirar os adesivos da CUT dos carros do nosso sindicato. Não somos mais filiados

³⁴ PFL – Partido da Frente Liberal. Fundado em 1985 em meio às articulações que elegeram Tancredo Neves à Presidência da República, sendo uma dissidência do PDS. Em 2007, passaram a se chamar *Democratas*.

à central”. Imediatamente as duas Kombis são sacudidas ao som dos adesivos sendo arrancados a mão pelos operários, eufóricos, que gritavam comemorando a decisão da assembleia.

Queremos destacar a mudança de orientação dos trabalhadores da construção civil frente a esta entidade. Durante as décadas de 1980 e 1990, conforme observamos em Mendes (1994) e Nóbrega (2006), estes trabalhadores tinham na CUT um farol que orientava suas lutas e ações, como a sua grande organizadora, fruto do reaquecimento do movimento sindical e da construção do “novo sindicalismo”, em que o grupo político que dirige a entidade desde o tempo da oposição sindical de 1988, enxergava a CUT como um ponto de apoio para o fortalecimento da luta dos trabalhadores na construção de uma consciência revolucionária. Cabe-nos uma indagação: qual seria a relação dos trabalhadores da construção civil com estas organizações após a chegada de Lula ao governo federal? Como se comportariam no momento de suas campanhas salariais? Existe alguma diferença na relação entre o PT nos canteiros de obras e fora deles?

Farias (2013) pontua que com a chegada de Lula ao palácio do planalto se produz um dos momentos de maior estabilidade no sistema democrático eleitoral do país. A junção entre um empresário e um sindicalista, entre capital e trabalho, promoveu um cenário contraditório na categoria. Por um lado, o *lulismo*³⁵ goza de alta popularidade entre os trabalhadores, sendo que Lula é considerado como o homem que olha para os pobres. É comum ao conversar com os operários, estes se sentirem gratos por terem sido beneficiados pelas políticas sociais como bolsa família, as facilidades de se conseguir empréstimos para compra de eletrodomésticos, moto, carro, as bolsas do Prouni³⁶ para os filhos e um pequeno aumento real nos salários. Também comemoram o crescimento do setor da construção e conseqüentemente o aumento dos empregos. Lula também é lembrado como operário, sindicalista, que estava ao lado dos trabalhadores contra as injustiças dos patrões. Mas na hora de ir à luta, toda esta autoridade de Lula e do lulismo foram fatores que impediram esses operários de saírem as ruas? Vejamos.

Durante os oito anos do governo Lula (2003 a 2010) foram deflagradas cinco greves desta categoria: 2003; 2004; 2005; 2007 e 2008. Em 2010 a greve chegou a ser aprovada em assembleia, mas na sexta-feira que antecedeu o início da greve a patronal

³⁵ Farias cita como referência Paul Singer, que se refere ao lulismo como um fenômeno político que representava uma base social em torno da figura do ex-presidente Lula. Tal apoio se constituiu a partir da adoção de políticas para reduzir a pobreza – destacando o combate à miséria – e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital (2013, p. 71).

³⁶ Programa Universidade para Todos. Oferta de bolsas parciais ou integrais em universidades e faculdades privadas, para estudantes de baixa renda.

apresentou uma proposta que era satisfatória para os dirigentes sindicais. No dia que a greve deveria começar, o sindicato convocou uma assembleia para que os trabalhadores decidissem se aceitavam ou recusavam a proposta apresentada pela patronal – e decidiram por aceitar o acordo sem a necessidade do movimento grevista, a exemplo da experiência de 1994.

Cada luta que irrompia proporcionava a formação de uma nova camada de dirigentes sindicais, alguns jovens, educados sob a história e a trajetória de luta da categoria. A cada enfrentamento os trabalhadores mobilizavam os canteiros de obra espalhados pela cidade. Obviamente não foi um mar de rosas; houve vitórias e derrotas. Algumas campanhas salariais (2003 e 2004) só encontraram desfecho na justiça – em 2003 a justiça retirou da Convenção Coletiva de Trabalho – CCT o feriado do dia do trabalhador da construção civil, e até os dias atuais os empresários do setor se recusam a rediscutir esta cláusula. Nos marcos do governo Lula, a greve mais importante da categoria foi a de 2008. Além de o STICCRMF ser a entidade que impulsionava a reorganização do movimento sindical no Ceará, era o representante de maior expoente de uma nova central sindical que surgia à esquerda da CUT e de oposição ao governo Lula, a CONLUTAS. Nesse ano “a greve atraiu apoio de várias entidades do estado e do país, aprofundando o processo de reorganização sindical iniciado em 2003” (FARIAS, 2013, p. 83).

A popularidade de Lula não impediu os trabalhadores de saírem em defesa de seus direitos. Isso foi possível também porque a direção do sindicato via com desconfiança as ações da CUT e do PT, sobretudo a partir de suas relações com o governo Lula, e conseqüentemente, sua disposição de afiançar as lutas dos trabalhadores cada vez em menor medida, preferindo prestigiar a via do diálogo e da negociação. Pontuamos anteriormente que a entidade decide pela sua desfiliação, e posteriormente se filia a CONLUTAS. Em 2010, esta se converte de fato em uma central sindical, passando a se chamar CSP-CONLUTAS³⁷, estando o sindicato a ela filiado até os dias de hoje.

Outro elemento que destacamos são as eleições sindicais que aconteceram durante os dois mandatos do ex-presidente Lula. A primeira aconteceu em 2003, ano em que este assume seu primeiro mandato. A segunda em 2006, justamente após a crise do mensalão, que devastou o PT e algumas figuras importantes do partido, como José Dirceu, Antônio Palocci e José Genoíno, dentre outros; contudo a imagem de Lula permaneceu

³⁷ Em 2010 foi convocado um Congresso da Classe Trabalhadora – CONCLAT, cujo o objeto era promover a adesão de novas entidades do movimento sindical, estudantil e popular, e principalmente, a fusão entre duas centrais sindicais: a CONLUTAS (dirigida majoritariamente pelo PSTU) e a INTERSINDICAL (dirigida majoritariamente por correntes internas do PSOL). Na plenária final, após muitas polêmicas, a INTERSINDICAL retira-se do congresso e anuncia sua ruptura com o CONCLAT, alegando não concordar com a proposta de nome aprovada (CSP- Conlutas Intersindical). Com a saída desta última, as entidades presentes na plenária final decidiram por manter apenas o nome CSP-Conlutas.

intacta. A última em 2009, quando Lula preparava sua sucessão, já indicando sua possível herdeira: Dilma Rousseff.

Em 2003, a direção foi resolvida através da convenção cutista. Ao final do processo, na direção colegiada permaneceram PSTU, PT e PCB, com o primeiro obtendo majoritariamente o maior número de cargos na direção. Em 2006, ocorreram eleições bem polarizadas. Foi a primeira eleição após a desfiliação do STICCF da CUT e esse motivo para ter duas chapas concorrendo. A Chapa 1 apoiada pela CONLUTAS e a Chapa 2 apoiada pela CUT. A Chapa 1 composta por membros do PSTU e PCB venceram o pleito. Por fim, em 2009, a eleição ocorreu com chapa única composta por membros que compuseram a última gestão da entidade (FARIAS, 2013, p. 91).

Sobre as eleições cabe destacar que se em 2003 ainda havia dúvidas, indefinições, e esperanças, permitindo que aquele agrupamento, mesmo heterogêneo entre si pudessem disputar o pleito de forma unificada, em 2006 estas dúvidas já haviam se encerrado. Em 2005 estoura a crise do mensalão, em que dirigentes do PT e de partidos da base aliada que comandavam estatais eram favorecidos com esquemas de propinas, gerando a famosa CPI do Mensalão, que custou a cassação do deputado federal e Ministro Chefe da Casa Civil José Dirceu, bem como do deputado federal Roberto Jefferson (PTB), delator do esquema que envolvia os Correios. Um ano depois, seriam as eleições presidenciais em que haveria forte polarização entre PT e PSDB. Lula foi candidato a reeleição contra Geraldo Alckmin (PSDB) e teria mais dois adversários nos debates saídos das costelas do PT, fruto dos rumos que o partido havido adotado: Heloísa Helena (PSOL³⁸) – que havia sido expulsa do PT por votar contra a reforma de previdência em 2003 – e Cristovam Buarque (PDT) – que abandonou o PT em 2005 e centrava seu discurso na mudança do Brasil pela educação. A ausência de Lula no último debate na rede Globo provocou uma campanha midiática que levou o Alckmin (PSDB) ao segundo turno.

O cenário nacional teve suas devidas repercussões no sindicato. Naquele ano, foi editada nas eleições nacionais de 2006 a Frente de Esquerda Socialista, composta por PSOL, PSTU e PCB³⁹ - ou seja, envolvendo duas das três forças políticas que dirigiam o sindicato. De modo que no campo sindical, diante de tantas reviravoltas políticas, acabaram por concorrer ao pleito duas chapas: a Chapa 1 (PSTU e PCB) apoiada pela CONLUTAS, e a Chapa 2 (PT) apoiada pela CUT. No final, venceu a Chapa 1 com 66% dos votos. Este foi o fim da experiência e da influência política-sindical do PT e da CUT no STICCRMF desde a

³⁸ Partido Socialismo e Liberdade. Criado em 2004, após a expulsão da senadora Heloisa Helena e mais três deputados do PT por desobedecerem a orientação do partido, ao votar contra a reforma da previdência.

³⁹ Partido Comunista Brasileiro. Fundado em 1922, é herdeiro do Partido Comunista da União Soviética – PCUS.

sua tomada dos velhos sindicalistas pelegos no fim da década de 1980. Contraditoriamente, Lula encerra seus dois mandatos com alta popularidade entre os operários da construção civil, sendo esta uma situação que permanece até os dias de hoje, principalmente após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Analisando a trajetória dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza – desde a ditadura empresarial-militar, passando por governos neoliberais e os anos de governo do PT, identificamos que o grupo dirigente majoritário – CGB/PLP e posteriormente PSTU – atuava na perspectiva de organizar e educar, sindical e politicamente esta categoria, vislumbrando o avanço em seu nível de consciência. Acreditavam na necessidade de despertá-los para a consciência de classe, e a medida em que os trabalhadores despertavam para a necessidade de sair da inércia e se porem em movimento, buscavam nesses momentos – campanhas salariais, greves, eleições sindicais, eleições gerais, congressos sindicais, dentre outras – propor-lhes uma saída para esta exploração perene.

Creemos que a posição de classe dos trabalhadores é essencial para a formação e desenvolvimento de sua consciência como possibilidade objetiva. A classe trabalhadora pertence à ordem do capital e por isso expressa na sua consciência os elementos do amoldamento, devido sua submissão ao jugo do capital; entretanto, pode entrar em choque com este almejando ir além dos seus limites econômicos e sociais impostos, e quando o faz expressa uma consciência que pode chegar a uma consciência de classe. O grande desafio dos dirigentes sindicais mais esclarecidos foi, dentro da realidade da construção civil de Fortaleza, fazer estes operários avançarem da sua consciência imediata de trabalhador alienado à consciência de classe. Onde está, então, a consciência de classe? Ela está no movimento que a leva da alienação inicial a rebeldia, a constituição das lutas imediatas, da possibilidade de constituição de um sujeito histórico. É esse movimento que leva da consciência-em-si a consciência-para-si – a consciência estratégica que o proletariado constrói ao longo de suas experiências e necessidades históricas. Tal processo se trata, em nossa opinião, da práxis político-educativa, que promove um processo autoeducativo entre os trabalhadores, seus dirigentes político, sindicais, e nas entidades que intervêm nesta categoria de trabalhadores.

Mesmo que dominado ideologicamente, mesmo que herde do meio ambiente em que vive concepções do mundo atrasadas, o proletariado, enquanto classe, pode desenvolver uma consciência superior. Entretanto, a nova concepção do mundo que “se manifesta na ação” dos trabalhadores organizados – às vezes de massas – nem sempre se dá de forma crescente, constante e linear, tornando-se necessário um elemento que permita uma continuidade e

acumulação regular das experiências, e impedir que essas sejam perdidas após cada fluxo e refluxo da luta de classes.

4.2 A Escola Freireana (1989)

Ao analisar o percurso histórico de luta e organização dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza e região metropolitana, adentramos nos projetos desenvolvidos junto a esta categoria na perspectiva de facilitar alfabetização e letramento. Identificamos, com fundamento em nossa pesquisa, três experiências. A primeira foi desenvolvida com o aval da diretoria do Sindicato em 1989, logo após as eleições. A segunda praticada na década de 1990 pelo SESI e financiada pelos empresários da construção civil. E a terceira realizada pelo PSTU em 2014. Se entre as duas primeiras experiências o hiato foi pequeno, entre elas e a última experiência o espaço tem duração maior – cerca de duas décadas. Entretanto, existe um aspecto que pode ser encontrado nas três escolas: a utilização do método de Paulo Freire⁴⁰.

Nesta fase de nossa pesquisa observaremos a relação de cada modelo de alfabetização com a perspectiva “freireana”. Existe simpatia pelas ideias e teoria de Paulo

⁴⁰ Nascido em Recife, Paulo Freire viveu na cidade natal até 1931, quando foi morar no município vizinho de Jaboatão dos Guararapes, onde permaneceu durante dez anos. Iniciou o curso ginasial no Colégio 14 de Julho, no centro do Recife. Com 13 anos perdeu seu pai e coube a sua mãe a responsabilidade de sustentar todos os 4 filhos. Sem condições de continuar pagando a escola, sua mãe pediu ajuda ao diretor de Colégio Oswaldo Cruz, que lhe concedeu matrícula gratuita e o transformou em auxiliar de disciplina, e posteriormente em professor de língua portuguesa. Formou-se em Direito mas continuou como professor de português no Colégio Oswaldo Cruz e de Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Pernambuco. Em 1947 foi nomeado diretor do setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria - SESI. Em 1955, junto com outros educadores fundou, no Recife, o Instituto Capibaribe, uma escola que atraiu intelectuais da época, e que continua em atividades até hoje. Preocupado com o grande número de adultos analfabetos na área rural dos estados nordestinos, que formavam um grande número de excluídos, Paulo Freire desenvolveu um método de alfabetização baseado no vocabulário do cotidiano e da realidade dos alunos. As palavras eram discutidas e colocadas no contexto social do indivíduo e a partir das palavras base, ia se construindo novas palavras e ampliando o vocabulário, buscando promover o letramento e a conscientização política. Uma experiência que lhe deu grande visibilidade foi a iniciativa aplicada em 1962, na cidade de Angicos no Rio Grande do Norte, quando foram alfabetizados 300 trabalhadores da agricultura em 45 dias. O projeto ficou conhecido como “Quarenta horas de Angicos”. Um ano depois os trabalhadores rurais desta cidade realizaram sua primeira greve; após este episódio os fazendeiros da região chamavam o processo educativo de “praga comunista”. Com o golpe empresarial-militar de 1964, Paulo Freire foi acusado de agitador e levado para a prisão onde passou 70 dias, e em seguida se exilou no Chile. Durante cinco anos desenvolveu trabalhos em programas de educação de adultos no Instituto Chileno para a Reforma Agrária. Em 1969, Paulo Freire lecionou na Universidade de Harvard. Durante dez anos, foi consultor especial do Departamento de Educação do Conselho Municipal das Igrejas, em Genebra, na Suíça. Viajou por vários países dando consultoria educacional. Em 1980, com a anistia, retornou ao Brasil e estabeleceu-se em São Paulo. Foi professor da UNICAMP e da PUC. Membro fundador e filiado ao PT, foi Secretário de Educação da Prefeitura de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina. Por seu trabalho na área educacional, Paulo Freire foi reconhecido mundialmente e se tornou detentor de títulos de Doutor Honoris Causa de diversas universidades – ao todo são 41 –, entre elas: Harvard, Cambridge e Oxford. Faleceu em São Paulo, no dia 2 de maio de 1997.

Freire? Ou sua contribuição resume-se meramente nos métodos de alfabetização? Na busca por esclarecer tais indagações analisamos as referências para sanar dúvidas que permeiam nossa pesquisa.

Suas obras são reflexo de sua trajetória de vida. Paulo Freire (1921-1997) foi um educador brasileiro, criador de uma pedagogia libertadora da classe oprimida, baseada numa concepção problematizadora de educação, visando conscientização da realidade e luta pela libertação. Através da alfabetização para adultos, trabalhava palavras geradas com base na realidade dos educandos. Seu método foi levado para diversos países.

Paulo Freire sofre influência das ideias de Marx e Engels, bem como de alguns intérpretes de suas ideias, como Lênin, Kosik e Gramsci. Sem abrir mão do seu cristianismo, baseia-se em leituras marxistas que lhe possibilitassem maior compreensão do processo de exploração da classe trabalhadora. Compreendia os trabalhadores como a classe oprimida na sociedade capitalista que necessitava se libertar de seus opressores. Em sua obra “Trabalho e Mercadoria”, esclarecia que por intermédio de sua atividade o trabalhador modifica o ambiente e se educa, e que desde o começo da história da humanidade o trabalho foi o principal instrumento de educação. No sistema de produção industrial atual, o trabalho mecânico é cansativo, monótono, e a atividade física e intelectual do trabalhador são reduzidas ao mínimo necessário. Desta forma, a capacidade de pensar, a habilidade intelectual e manual do operário seria um luxo que ele é obrigado a renunciar, pois o capitalista só deseja que dê lucro.

Possuir os meios de produção dá ao capitalista o direito de impor ao assalariado a natureza do trabalho e as qualidades que é preciso produzir. A partir daí o operário não é mais livre de decidir como e quanto quer trabalhar, nem produzir o que é necessário para si e sua família. Nessas condições, ele só tem uma liberdade, a de trabalhar ou morrer de fome, pois quem impõe as condições é sempre o patrão, seja ele um indivíduo, uma sociedade anônima ou o Estado (FREIRE, 1982, p. 61).

Em sua obra intitulada *Pedagogia do Oprimido* (1987), escrita no exílio do Chile, encontramos sustentação para suas ideias vinculadas a educação de adultos como necessária a libertação de sua opressão. Pontuamos:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida (FREIRE, 1987, p. 17).

O autor parte da ideia de que os oprimidos são capazes de se libertar de sua opressão. Somente quando os oprimidos descobrem nitidamente quem é o opressor e se engajam na luta organizada por sua libertação se tornam capazes de crer em si mesmos, e capazes de pôr abaixo o regime opressor. Se esta descoberta só pode ser feita através da ação, mas que seja mediada pela reflexão e desta forma se converta em práxis.

Desta forma, aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se “apropriam” dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles. O fatalismo cede, então, seu lugar ao ímpeto de transformação e de busca, de que os homens se sentem sujeitos. Seria, realmente, uma violência, como de fato é, que os homens, seres históricos e necessariamente inseridos num movimento de busca, com outros homens, não fossem o sujeito de seu próprio movimento. (FREIRE, 1987, p. 43)

Existe um elemento essencial nas obras de Freire: a alfabetização e a conscientização andam juntas. A alfabetização merece destaque por ser o campo inicial do trabalho do autor, onde se encontra a maior parte das experiências, além de que é um tema de maior relevância social e política no Brasil, como em muitos outros países por onde andou. O aprendizado das técnicas de ler e escrever ou o das técnicas de trabalho de qualquer atividade produtiva, em suma, todo aprendizado deve encontrar-se intimamente associado à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando.

Destacamos também a postura do educador no processo de ensino-aprendizagem. Freire defendia que o papel do educador seria, além dos aspectos técnicos que envolvem o ensino, o engajamento e a disposição de contribuir com esclarecimento político e a formação da cidadania, promovendo uma educação crítica. Rejeitava com veemência o modelo de educação “bancária”, em que o conhecimento era apenas “depositado” sob a cabeça do educando, sendo este mero depositário do conhecimento, sem a oportunidade de refletir sobre o aprendido. Os termos “educador” e “educando” partem da concepção de que o professor pode aprender com seus alunos e os alunos podem ensinar aos professores, sendo o processo de ensino-aprendizagem dialético.

Ao pensar sobre o dever que tenho, como professor, de respeitar a dignidade do educando, sua autonomia, sua identidade em processo, devo pensar também, como já salientei, em como ter uma prática educativa em que aquele respeito, que sei dever ter ao educando, se realize em lugar de ser negado. Isto exige de mim uma reflexão crítica permanente sobre minha prática através da qual vou fazendo a avaliação do meu próprio fazer com os educandos (FREIRE, 1996, p. 38).

Observamos que Rebouças (1991) compartilha de tais opiniões desenvolvidas por Freire, sobretudo por entender que a educação formal e a alfabetização do indivíduo devem proporcionar, além dos conhecimentos necessários para a leitura de mundo, a conscientização e politização do educando-trabalhador, como condições necessárias para a libertação de sua opressão.

A alfabetização crítica não divorcia, na sua atividade, a prática educativa da prática política, pois estas duas dimensões estão intimamente imbricadas. Uma concepção de alfabetização onde o político e o pedagógico estão unidos avança não só na crítica ao sistema educacional vigente que legítima e mantém a sociedade de opressão, dicotomizando teoria e prática, trabalho manual e intelectual, ensinar e aprender, dominadores e dominados, mas também pode contribuir para formular e forçar o surgimento de uma educação comprometida com a transformação social. (REBOUÇAS, 1991, p. 54)

Compartilhando destas mesmas ideias, em março de 1989 um grupo de educadores acompanhado de duas técnicas da Fundação Educar⁴¹ apresentam um projeto de alfabetização para o setor da construção civil naquele órgão público federal, mas dados os cortes governamentais nas verbas públicas para a educação e a extinção da própria Fundação no ano seguinte (1990), e tendo a clareza de que a educação escolar não deveria ser sua preocupação central, mas sim a educação político-sindical, a direção do sindicato decidiu introduzir o projeto de alfabetização no seu plano de ação, haja visto que a manutenção dos trabalhadores na condição de analfabetos ou de semianalfabetos era de interesse da burguesia do setor.

Em maio de 1989, após a seleção de voluntários, houve a capacitação dos monitores que deveriam assumir responsabilidade sobre os núcleos de alfabetização. O critério de seleção desses monitores era o seu envolvimento em movimentos sociais. A elaboração e execução também envolvia estudantes, militantes de correntes políticas, membros da academia e alguns deles eram das próprias comunidades onde funcionaram os núcleos de alfabetização, e outros eram militantes ou simpatizantes do Partido da Libertação Proletária – PLP⁴². Esta era a base inicial de pessoas de carne e osso que se propunham a

⁴¹ Após a extinção do Movimento Brasil Alfabetizado – MOBREAL (1967-1985), a Fundação Educar foi criada no governo de José Sarney com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente iniciativas de educação básica de Jovens e Adultos conduzidas por prefeituras municipais ou instituições da sociedade civil.

⁴² Em 1989, o Coletivo Gregório Bezerra promove o 1º Congresso do Partido da Libertação Proletária (PLP), adotando provisoriamente essa denominação. Em 1992, o PLP integra-se à Frente Revolucionária (FR), uma articulação promovida pela Convergência Socialista (CS) que, expulsa do PT, passou a investir na fundação de um novo partido. No âmbito da FR, o PLP obtém seu registro, passando a denominar-se Partido da Frente Socialista (PFS). Em 1994 a CS, o PLP e dezenas de grupos políticos regionais se fundem dando origem ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU.

realizar um trabalho político pedagógico com um segmento do proletariado urbano, responsável pela mudança da paisagem urbana.

O plano de estudo contava com os seguintes objetivos: situar historicamente as categorias de Paulo Freire – concepção de homem, sociedade, consciência, educação e método de alfabetização; compreender a dimensão técnica e política do processo educativo; realizar os estudos sobre o materialismo histórico e dialético; situar a escola no modo de produção capitalista; distinguir a luta por educação da luta por escola; conhecer a situação social do trabalhador da indústria da construção civil, suas condições de trabalho, e compreender o sindicato como um instrumento de organização e luta dos trabalhadores. Para a realização desses estudos foi indicada uma bibliografia básica que incluía os seguintes títulos: de Paulo Freire – Educação como Prática da Liberdade, Pedagogia do Oprimido, A Importância do Ato de Ler, Ação Cultural para a Liberdade e Conscientização; de Betty Oliveira – Socialização do Saber Escolar; de Engels – Anti-Dühring; de Miguel Arroyo – Da Escola Carente à Escola Possível e O Direito do Trabalhador à Educação; de Lênin – Sobre os Sindicatos, e de Ricardo Antunes – O Que é Sindicalismo.” (REBOUÇAS, 1991, pp. 94-95).

Concluída a fase de elaboração, houve a capacitação dos monitores selecionados que durou aproximadamente três meses – junho a setembro de 1989. As reuniões aconteciam sistematicamente às sextas feiras, e durante esse período foi feito entre os trabalhadores a divulgação do projeto através de visitas aos canteiros de obras e divulgação escrita no jornal do sindicato intitulado “A voz do Peão”. Durante as visitas nos locais de trabalho e de moradia os monitores aplicaram um questionário com roteiro estabelecido e também conversavam informalmente com eles, interessados em compreender melhor suas condições de trabalho e de vida e sobre o papel do sindicato; nesta mesma fase foi feito o levantamento do universo vocabular. “(...) foram selecionadas dezoito – luta, vida, fome, tijolo, macaco, saúde, peão, mixaria, chuva, barraco, bicicleta, trabalho, prédio, organização, greve, companheiro, assembleia e sindicato” (REBOUÇAS, 1991, p. 97). Tais palavras foram escolhidas observando a riqueza fonética, as dificuldades fonéticas e o seu valor sociológico. Estas foram selecionadas com participação ativa dos monitores, diretores do sindicato e membros da categoria.

Após concluída a fase de pesquisa do universo vocabular e capacitação dos monitores, foi dado início às atividades nos núcleos de alfabetização. Os dias de funcionamento eram entre dois e três dias, com uma hora e meia de duração, aproximadamente. As decisões eram tomadas com os participantes de cada núcleo de alfabetização, e às sextas feiras os monitores reuniam para avaliar e planejar as atividades semanais. Na fase de execução os monitores trabalhavam com as cenas culturais apresentadas

por Paulo Freire em seu livro “Educação como Prática de Liberdade”⁴³, e posteriormente processou-se a alfabetização propriamente dita, com base nas palavras geradoras para fazer a discussão em sala de aula. Foram adotados os seguintes passos:

Fixação do cartaz com a situação sócio existencial, isto é, codificação da palavra geradora;
 Decodificação da situação sócio existencial, ou seja, discussão entre o monitor e educandos baseado em um roteiro pré-estabelecido;
 Visualização da palavra geradora;
 Decomposição da palavra geradora em sílabas;
 Visualização das famílias fonêmicas da palavra geradora;
 Leitura das famílias fonêmicas da palavra geradora em horizontal, vertical e inclinada;
 Formação de palavras com as famílias fonêmicas;
 Escrita das palavras formadas.
 A partir da quinta palavra estudada, iniciamos o processo de elaboração de frases e, a partir da décima, o processo de elaboração de textos (REBOUÇAS, 1991, p. 103).

Não nos deteremos a analisar todas as palavras geradoras, mas queremos apresentar três destas que consideramos importantes, pois cremos que guardam relação com a rica experiência de aprendizado político que estes operários obtiveram desde as eleições de 1988 e com a primeira greve em 1989 – *luta, greve e sindicato*. Tais palavras refletem lembrança recente daqueles acontecimentos e proporcionam uma relação entre o processo de alfabetização e politização em curso. Em seu trabalho, Rebouças (1991) relata a leitura que estes educandos têm sobre a palavra “luta”. O que é? Para que serve? Onde se luta? Até onde esta vai? Segue abaixo seus depoimentos durante o debate no círculo de leitura:

Luta é a própria vida. Lutamos para sobreviver. Essa luta começa quando vamos trabalhar, pois pegamos um ônibus lotado. Nas comunidades, lutamos por saneamento básico, por água, por segurança. Já no trabalho, por melhores condições de trabalho e salários. Precisamos lutar contra os patrões para destruir o seu poder, por isso, fazemos greves. Mas os patrões não cedem, por que não querem perder o que ganharam explorando os trabalhadores. Nos agredem e ameaçam. Só conseguimos alguma coisa lutando (fala dos educandos) REBOUÇAS, 1991, p. 104.

Interessante destacar que a experiência do projeto de alfabetização ocorreu pouco tempo após a tomada do sindicato, ao passo que rapidamente os trabalhadores avançaram em seu nível de consciência, da inércia que durou décadas até a conclusão de que as lutas ocorrem dentro e fora dos locais de trabalho, e a compreensão de que só através da luta que se

⁴³ Na obra são sugeridas as seguintes discussões: o homem no mundo e com o mundo, natureza e cultura; diálogo medido pela natureza; caçador iletrado; caçador letrado (cultura letrada); o caçador gato; o homem transforma a matéria da natureza com o seu trabalho; o produto do trabalho do homem sobre a matéria da natureza; poesia; padrões de comportamento; e círculo de cultura – como é o seu funcionamento. In FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 27ª edição, 2003.

pode obter alguma conquista; além do que, a continuidade da necessidade de lutar apresenta uma evolução – a greve. Sobre a palavra “greve”, observamos a compreensão quanto a sua utilidade, sua necessidade, suas motivações e aspirações, e o que fazer para garantir seu sucesso enquanto tática neste complexo campo de batalha:

Greve é um direito do trabalhador. O trabalhador faz greve para lutar contra os patrões reivindicando seus direitos. Faz greve por causa da intransigência dos patrões. Uma greve deve ter um objetivo, ser planejada e organizada. A categoria deve estar unida na greve, lutando e não esperando só pela diretoria do sindicato (Fala dos educandos) (REBOUÇAS, 1991, p. 124).

Sobre a palavra “sindicato”. Este agrupamento que de forma tão tocante passou a influenciar a vida destes trabalhadores, produzindo verdadeira relação de amor e ódio dentro dos locais de trabalho – de um lado, aqueles que o enxergam como uma ferramenta útil e necessária à defesa de seus direitos; do outro, seus antagonistas (os patrões) que veem nele um obstáculo a extração desenfreada de mais-valia. Assim pensam os operários:

Sindicato é a entidade de uma certa categoria. O sindicato tem uma diretoria que tem como objetivo encaminhar as lutas da categoria. É importante ser sócio do sindicato, porque quem faz o sindicato não é só a diretoria, mas toda a categoria, todos os trabalhadores. Para o sindicato ser forte e combativo não depende só da diretoria, mas de toda a categoria. O sindicato não deve lutar só por melhores salários e melhores condições de vida e de trabalho. Deve lutar para mudar a sociedade (Fala dos educandos) (REBOUÇAS, 1991, p. 129).

Após a fase alfabetização e letramento, começa o ensino de Matemática nos núcleos. De acordo com o autor (REBOUÇAS, OP. CIT. pág. 130) começou com a construção em sala de aula de um ábaco, de forma artesanal – com uma tábua com alguns furos, pedaços de raio de roda de bicicleta e contas. Posteriormente explicaram o uso desse instrumento de cálculo, a evolução do sistema decimal, a numeração posicional e o ensino das quatro operações matemáticas: adição, subtração, multiplicação e divisão, buscando relacionar com situações reais da vida cotidiana do trabalhador.

Trabalho como servente e preciso, no final do dia, saber quantos sacos de cimento usei. Então, para cada saco de cimento gasto, marco com uma pedra. (...) Conto tijolos. Então, quando completo cem, levanto um tijolo para marcar os cem, e começo a contar mais cem tijolos, e assim por diante. (Fala dos educandos). (REBOUÇAS, 1991, p. 131)

Diante da investigação ao trabalho de Rebouças, opinamos que a intenção desta experiência de alfabetização com os trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza era, além de ensinar a ler, escrever e contar, proporcionar aos educandos-

trabalhadores, uma compreensão crítica da sua realidade, para que pudesse intervir na mesma, transformando-a. Que a apreensão desses novos conhecimentos não ocorresse apenas de forma passiva, mas ativa, em que os educandos fossem estimulados a serem sujeitos protagonistas na construção do conhecimento em sala de aula. Mais do que serem capazes de compreenderem os códigos alfanuméricos e decodificarem, seria fazer uma leitura de mundo crítica e autônoma, sendo capazes de se enxergar como indivíduos que se reconhecem como iguais, e ao mesmo tempo diferentes, que possuem demandas diferentes, mas estariam ligados através de laços sociais que os une, enquanto coletivo e classe social.

O conteúdo ministrado em sala de aula deve ser articulado com o dia a dia do educando-trabalhador, valorizando as experiências de vida e considerando suas condições de vida e trabalho. Esse conteúdo deve também ter uma ligação indissolúvel com o trabalho do educando-trabalhador, jamais reforçar a dicotomia entre os que pensam e os que executam trabalho intelectual e trabalho manual, teoria e prática, características tão marcantes do trabalho no sistema capitalista. Devemos oferecer subsídios para que o educando-trabalhador perceba essa separação de tais características. Enfim, o conteúdo trabalhado deve preparar o educando-trabalhador para a vida, para o trabalho, onde ele possa ter acesso a um saber sistematizado que lhe possa situar no tempo e no espaço, agindo como sujeito da história (REBOUÇAS,1991, p. 151).

A divisão clássica da operação matemática fazia parte do conjunto de preocupações dos educadores. Proporcionar uma educação que não aprofundasse o abismo entre os que desenvolvem seu labor de forma manual e os que tiveram a oportunidade e as condições de se ocuparem de uma atividade intelectual, em que todas as experiências dos educandos fossem respeitadas e ambos fossem capazes de enxergarem-se como iguais dentro do sistema produtivo e pertencentes à mesma classe, tornando-os cientes de seu protagonismo político e social, enquanto massa organizada.

Percebemos que o projeto de alfabetização promovido pelo sindicato e desenvolvido por militantes de organizações políticas e voluntários buscava seguir rigorosamente as ideias e o método de alfabetização de Paulo Freire. Observamos que em suas obras, Freire destaca o ponto central de seu pensamento: a liberdade e a busca da libertação por meio do processo de conscientização. A proposta é constituir um movimento de construção da consciência crítica e transformadora. Esse movimento permeia pelo sistema socioeconômico e político, interferindo nas relações sociais de produção e nos interesses de classe aos quais os sujeitos estão submetidos. É a partir do tempo presente, realidade existencial e concreta, refletindo sobre as necessidades dos sujeitos, que a proposta freiriana irá organizar os conteúdos da situação e/ou ação – o levantamento do universo vocabular e a

escolha das dezoito palavras geradoras do setor da construção civil demonstram como se deu a escolha dos conteúdos, mas sempre prestigiando a liberdade de educadores e educandos de construir conhecimento. É nesse contexto, na “realidade mediatizadora”, que se constrói um trabalho humanizante, de desmistificação da realidade.

Para isso, a conscientização proporcionaria um olhar mais crítico da realidade, desvelando-a no intuito de conhecê-la. Esse conhecimento proporcionaria aos sujeitos conhecer os mitos que enganam e, ainda, ajudam a despertar a necessidade de mudar a realidade da estrutura dominante, a partir da mudança da consciência. Aponta-se a necessidade de captar a realidade como um todo, buscando na realidade social, não só a superação do conhecimento abstrato isolado das partes, mas, também, a superação do conhecimento dedutivo dessa mesma realidade.

Em geral, podemos dizer que a pedagogia de Paulo Freire se constitui num avanço na medida que consegue mostrar que a educação deve respeitar o aluno como sujeito que tem anseios, necessidades, percepções, que é um ser humano que vive uma situação social determinada. Sendo assim, é preciso considerar este mundo do educando para levá-lo ao conhecimento de sua realidade social, a fim de que possa emancipar-se, a partir de uma práxis político-educativa. Paulo Freire deu uma extraordinária contribuição à educação brasileira, na medida que soube fazer uma pedagogia, a partir dos problemas do povo oprimido. Criticou a opressão da pedagogia tradicional, como sendo conteudista e ideologicamente contaminado pelos opressores e, portanto, nocivo aos oprimidos. Consideramos o saber objetivo como estratégico para a emancipação da classe trabalhadora, tal como apresentamos no primeiro capítulo, através da articulação entre trabalho, ensino e práxis político-educativa; este saber que está na base produtiva da sociedade capitalista, e seu, domínio possibilita à classe trabalhadora instrumentalizar-se, melhorando suas condições na luta pela superação do modo de produção capitalista.

4.3 A Escola patronal de 1992

A disputa pela consciência dos trabalhadores de modo algum é uma avenida aberta. É um processo, com inúmeros avanços e recuos, sempre em condições adversas e desiguais. O processo de construção/formação de uma práxis político-educativa entre o operariado da construção civil encontrou um rival, no campo educacional, que merece nosso olhar investigativo. Os empresários da construção civil, ao seu tempo e seu modo, realizaram

uma experiência de alfabetização nos canteiros de obra. Rabelo (1997)⁴⁴ constrói sua pesquisa a partir do olhar de uma educadora que, embora profundamente comprometida com a educação e formação política dos trabalhadores, contraditoriamente, esteve submetida ao jugo pedagógico do capital.

Os empresários da construção civil, frente a experiência de educação promovida pelo sindicato laboral, decidiram por fazer a disputa política e ideológica pela consciência dos trabalhadores, implementando um projeto de alfabetização nos canteiros de obra. Argumentavam que o baixo grau de escolaridade dos trabalhadores era responsável por uma menor produtividade, maior desperdício, e o desconhecimento de códigos simples aumentavam a possibilidade de acidentes de trabalho. Em suma, sua taxa de mais-valia estava aquém do que poderia estar. Portanto, promover uma qualificação mínima era uma necessidade para os empresários – e de alguma maneira, para os trabalhadores, apesar dos interesses distintos. Assim surgiu a iniciativa de implantar o projeto de alfabetização nos canteiros de obra, promovidos pelo SINDUSCON/CE⁴⁵. A seleção dos profissionais ficou sob a responsabilidade da equipe pedagógica do SESI-CE (RABELO, 1997, p. 16), que usou como critério: prova de títulos, uma prova escrita com questões referentes à temática da educação de jovens e adultos, e um treinamento de vinte horas/aula de estudos de textos sobre Paulo Freire, Emília Ferreiro⁴⁶ e avaliação educacional.

Apesar da opção pela teoria de Paulo Freire, (vale ressaltar que o grupo orientador pôs a método suas concepções e reflexões sobre homem, sociedade e educação, reduzindo-os à uma alfabetização mecânica), em nenhum momento tivemos a oportunidade de conhecer os alunos com quem iríamos trabalhar. Aquelas etapas do consagrado “Método Paulo Freire” foram queimadas, como por exemplo os encontros com a comunidade e a pesquisa do universo vocabular. Fomos simplesmente jogadas em salas de aulas – se é que podemos denominá-las assim, visto que a maioria apresentava condições precárias de instalação e mais especificamente pecavam pela estrutura física. (RABELO, 1997, p. 16)

⁴⁴ RABELO, Josefa Jackeline. Os Empresários e a Intervenção na Educação: Investigando Interesses. O Projeto de Alfabetização dos Operários da Construção Civil – SESI/SINDUSCON. Dissertação de Mestrado em Educação. UFC: Fortaleza: 1997.

⁴⁵ Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Ceará. Entidade patronal.

⁴⁶ Emília Ferreiro nasceu na Argentina em 1936. Doutorou-se na Universidade de Genebra, sob orientação do biólogo Jean Piaget, cujo trabalho de epistemologia genética (uma teoria do conhecimento centrada no desenvolvimento natural da criança) ela continuou estudando um campo que o mestre não havia explorado: a escrita. A partir de 1974, Emília desenvolveu na Universidade de Buenos Aires uma série de experimentos com crianças que deu origem às conclusões apresentadas em *Psicogênese da Língua Escrita*, assinado em parceria com a pedagoga espanhola Ana Teberosky e publicado em 1979. Segundo Emília Ferreiro, a alfabetização também é uma forma de se apropriar das funções sociais da escrita. Segundo ela, a compreensão da função social da escrita deve ser estimulada com o uso de textos de atualidade, livros, histórias, jornais, revistas. As cartilhas, ao contrário, oferecem um universo artificial e desinteressante. Em compensação, numa proposta construtivista de ensino, a sala de aula se transforma totalmente, criando-se o que se chama de ambiente alfabetizador.

De acordo com Rabelo, apesar de alguns elementos do método de Paulo Freire serem incorporados, fica evidente que um dos aspectos mais importantes – a formação política – foi visivelmente desconsiderado. Ou seja, toda a etapa de investigação da realidade social dos educandos e a escolha das palavras geradoras, não foram realizadas. Apesar desses desafios postos, os profissionais faziam um esforço para trabalhar de forma participativa e crítica. Buscavam levar para sala de aula temas que estavam sendo discutidos na sociedade, através de revistas, jornais, poesias, músicas e palestras. Certa vez levaram para a classe o jornal do sindicato, “A Voz do Peão”. A própria autora foi vítima de retaliação:

Aquela não era a primeira vez que fixávamos algo relacionado com temáticas discutidas em aulas. Na sala, estavam expostos os textos produzidos pelos alunos, os desenhos, os cartazes, dentre outros portadores de textos. Mas, desta vez, fomos retaliados. O engenheiro responsável pela obra solicitou-me que evitasse divulgar o trabalho do sindicato. (RABELO, 1997, p. 24)

Rabelo (1997, p. 25) relata que os educandos compreendiam que o projeto não era uma iniciativa altruísta ou um gesto de benevolência com os trabalhadores, mas tinha como premissa enganá-los. Os empresários não estavam interessados na educação e sim na possibilidade de ampliar e aperfeiçoar a produção, embora saliente-se que tal iniciativa abre espaço para tentar contribuir na elevação do nível de consciência política do trabalhador. De fato, estamos diante de uma contradição que não podemos deixar de pontuar e refletir sobre ela: era de interesse das empresas oferecerem o projeto de alfabetização, mas este não poderia transpor o limite da qualificação para a produtividade.

O interesse das construtoras era o ajustamento do ensino técnico-industrial às demandas do mercado de trabalho. Portanto, se fazia necessário estabelecer parcerias com o setor privado (RABELO, 1997, pág. 52); proporcionando capacitações para tecnologia e controle de qualidade. Importante destacar que o subprojeto do SESI-CE de alfabetização nos canteiros de obras faz parte de uma proposta mais ampla de prestação de Assistência Social que contava com mais três subprojetos: Arte e Esporte para Trabalhadores da Construção Civil; Saúde ocupacional; Alimentação e Nutrição. O desenvolvimento dessas atividades tinha por meta proporcionar às empresas melhores condições de produção e, conseqüentemente, aumentarem a lucratividade. As empresas advogam acreditar que a realidade promove mudanças na vida do trabalhador, e defendem que a experiência de educação nas obras pode promover melhorias significativas para a classe operária, interferindo diretamente no dia a dia do mundo do trabalho, e em seguida no processo produtivo no que for de interesse das construtoras:

Outro objetivo claro expresso pelos representantes das empresas diz respeito à racionalização do trabalho na construção civil. Afirmam esses que, hoje, na construção civil, as tarefas já estão muito bem divididas. Para tal racionalização, torna-se necessário que os trabalhadores tenham um nível mais elevado de escolaridade, evitando-se, com isso, o desperdício de tempo e material (RABELO, 1997: 88).

Existem conflitos de ordem política e ideológica que consideramos pontuar. Após décadas de inércia, estes peões aprenderam a valiosa lição da união, organização e do uso dos instrumentos que a luta de classes lhes fornece para a conquista de direitos, ou a defesa dos que lhes restam. Vimos há pouco que Paulo Freire não crê – concepção que também compartilhamos – em uma educação em que se dê de forma neutra ou desinteressada. Esse projeto revelou como a disputa pela práxis político-educativa da classe operária é levada a cabo pelas empresas. Aqui a educação não deveria ser para despertar a consciência e sim para a submissão, a aceitação e a conciliação de classes, por mais aparentemente “crítico” que seja o discurso. Rabelo (1997) destaca a entrevista com a psicóloga do grupo Marquise Engenharia, responsável por acompanhar o andamento dos trabalhos do projeto em seus locais de trabalho:

A gente tenta despertar nas pessoas essa consciência crítica que deve ser canalizada para o desenvolvimento e não para a rebeldia sem causa, não para ser petista. Não é para as pessoas saírem dizendo “eu estou político e agora vou brigar por isso...” Não, eu acho que as pessoas têm que lutar por essas coisas estrategicamente e graças a Deus a gente tem conseguido essa parceria entre funcionários e empresário (RABELO, 1997, pp. 97-98).

Este discurso é confirmado por um professor do projeto que, ao ser entrevistado, explica qual teria sido a visão dominante entre os profissionais educadores que lecionaram neste projeto:

Não existe mais a visão daquele educador comprometido, subversivo, marxista, que quer transformar tudo. Hoje é aquela coisinha bem conciliadora, um discurso morno. Não se trabalha mais na perspectiva da conscientização, que leva o sujeito a refletir, a criar um fogo interior de querer mudar as coisas. – Professor (RABELO, 1997, p. 128).

Fica patente a necessidade de cooptação do trabalhador para um saber que beneficie as construtoras, pois essas medidas permitem no futuro a redução de inspeção e à fiscalização nas empresas (RABELO, p. 100). Entretanto, o acesso à instrução e à

escolarização por parte do operário possibilita a este fazer uma releitura do mundo e de sua realidade, de sua situação social, condições de vida e trabalho, ao ponto que em determinadas circunstâncias essa delimitação ou cerceamento da atividade intelectual pode fugir ao controle dos patrões, haja visto que as motivações dos alunos eram as mais variadas. Alguns tinham vergonha da sua condição de analfabeto, outros buscavam ascensão profissional, e tantos outros buscavam entender a conjuntura política de seu tempo. Esse momento de encontro em sala de aula permite que todas essas experiências possam ser compartilhadas entre estes trabalhadores, e entre educadores e trabalhadores, possibilitando a socialização de conhecimento e de sonhos, interesses e projetos de vida, tornando o processo de construção de conhecimento mais rico e diversificado. Daí a compreensão de que não é possível ter total controle sobre a vontade alheia.

Quando o trabalhador aprende a ler, ele pode ler o jornal do sindicato, por exemplo, e pode interpretar melhor, conhecer e se interessar pelo sindicato. O trabalhador sabendo ler pode perceber, despertar para algumas coisas e assim, fugir do objetivo patronal que é o de letrar ao mínimo. – Altemir, Assessor Sindical (RABELO, 1997, p. 110).

Se por um lado existia toda essa política de cerceamento por parte das empresas, aos educandos e educadores, por outro, existiam ainda algumas vozes que resistiam da forma que podiam. Um caso que chama atenção foi a atitude de um professor que relembra os tempos das organizações de esquerda que lutaram contra a ditadura empresarial-militar:

Um exemplo foi um caso contado por um professor que decidiu levar os trabalhadores para assistir a uma assembleia do Sindicato. Para isto, ele planejou uma aula de campo, informando que levaria os trabalhadores para uma visita à cidade e para um trabalho de leitura de cartazes, placas de ônibus etc, aproveitando esta saída para levar os alunos para o Sindicato (RABELO, 1997, p. 118).

Um dado que chama nossa atenção é a baixa adesão ao projeto. De acordo com os dados (RABELO, 1997), apenas 8 a 10% de trabalhadores participavam das atividades e dos momentos culturais. No entanto, SESI e os empresários mantiveram a parceria por dois motivos: os empresários pagavam caro ao primeiro – embora o financiamento das instituições do Sistema S geralmente seja feito com fundo público – e as empresas tinham interesse em receber o certificado da ISO de qualidade total. Quando as salas de aula começaram a acontecer, eram seis as empresas participantes e o clima de euforia tomava conta e prometia sucessivas adesões. Na fase final, apenas duas empresas permaneciam com o projeto de alfabetização, tornando evidente o abismo entre o discurso e a ação. A autora considera que o

tempo mínimo para a aplicação do projeto deveria ser maior e aparentemente não foi pensado de que forma as demissões ou as transferências de trabalhadores de um canteiro de obras para outro poderiam interferir na realização das atividades:

Questiono até que ponto os empresários se interessam por educar seus trabalhadores. Para educar estes trabalhadores será necessário, digamos, no mínimo, um projeto que tenha a duração de 5 anos, principalmente na construção civil, onde a rotatividade é muito alta. Quando este trabalhador é demitido e vai para outra empresa, como poderá dar continuidade aos seus estudos? Consideremos o fato de que a adesão das construtoras ao Projeto ainda é muito pequena, criando o problema da descontinuidade desta escolarização (RABELO, 1997, pp. 129-130).

Rabelo também identifica que a baixa adesão das empresas do Projeto pode ainda ser explicada pelo fato de que, na construção civil, as maiores atenções estavam direcionadas para a saúde do trabalhador:

O Ministério do Trabalho está cobrando exames tanto na admissão quanto na demissão dos trabalhadores, como forma de manter um controle sistemático e um programa de prevenção das doenças causadas pelo trabalho. Dessa forma, os construtores não têm interesse em se debruçar simultaneamente sobre dois aspectos tão interligados: saúde e educação. Cada um tem seu tempo de acordo com as prioridades e desejos destes senhores (RABELO, 1997, p. 157).

Diante o exposto, percebemos semelhanças operacionais e um diferença de âmbito político-pedagógico entre a proposta pedagógica estimulada pela direção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil – STICCRMF e a proposta desenvolvida pelo SINDUSCON/CE em parceria com o SESI. Dentre as semelhanças, destacamos: a busca por promover alfabetização e letramento a partir do método de Paulo Freire; o tempo de duração pequeno das duas iniciativas – Rebouças (1991) aponta que a experiência da escola do sindicato laboral durou poucos meses e Rabelo (1997) relata que a escola do SESI durou cerca de dois anos; as dificuldades apontadas para o desenvolvimento das atividades pedagógicas – alta rotatividade, cansaço dos trabalhadores, demissões, horas extras – que dificultavam a participação dos educandos nos referidos projetos.

Quanto a diferença, observamos que a experiência educacional promovida pelo STICCRMF pretendia constituir uma práxis político-educativa que permitisse a estes trabalhadores intervirem na realidade de suas vidas como cidadãos conscientes de seus direitos e interesses. Do outro lado, a escola do SESI praticava um modelo educacional que visionava um letramento mínimo, bastando apenas melhorar o desempenho do operário para o trabalho nos canteiros de obras, e desta forma conseguir elevar a extração de mais-valia.

Embora as duas propostas observassem o método de Paulo Freire, apenas a promovida pelo sindicato laboral reivindicava de fato as ideias e os objetivos do educador em questão.

4.4 A Escola do Peão de 2014

Ao longo da trajetória de luta construída por essa categoria, é muito comum que trabalhadores de base, no calor das campanhas salariais e das greves, acabem por se aproximar da direção do sindicato e/ou das organizações políticas que estão organizadas. Ao avançarem em seu nível de consciência, sentem a necessidade de aprender mais, conhecer melhor o mundo e a realidade política que o cerca, bem como entender a forma que sua direção sindical age e pensa perante os desafios que surgem. Nesse sentido, comumente, trabalhadores que estão na vanguarda (linha de frente) do movimento buscam se aproximar do sindicato e dos partidos com vistas a adquirir conhecimento. Nesse interim, alguns acabam por procurar estas organizações com o intuito de aprender sobre política. Ao se identificarem com a práxis político-educativa, acabam por ingressarem formalmente nas fileiras dos partidos políticos que dirigem o sindicato – PSTU e PCB – convertendo-se em militantes orgânicos. Todavia, enfrentam outras dificuldades: participar de reuniões de núcleos, plenárias, ler documentos internos, jornais, intervir nos debates, enfim, uma gama de tarefas que exigem destes homens e mulheres mais do que estão habituados nos canteiros de obra.

Dessa forma, acabam também buscando a alfabetização e o letramento. Embora não disponhamos de dados, empiricamente constatamos que é elevado o número de analfabetos e semialfabetizados. Alguns pedem ajuda para ler o que dizem as matérias e notícias do jornal do sindicato. Diante desta realidade, em 2014, uma equipe de militantes do PSTU, dentre estes intelectuais, estudantes universitários e professores, surgiu a iniciativa de criar a *Escola do Peão do PSTU*. A finalidade era realizar uma atividade de formação permanente que se propunha a alfabetizar os trabalhadores sobre uma esteira política e socialista, a fim de desenvolver suas capacidades de análise e interpretação dos fenômenos políticos. Desta forma, estariam ampliando seus espaços de atuação, qualificando a intervenção e a inserção dos trabalhadores nos seus locais de moradia, trabalho e organização.

Esta proposta de trabalho se baseia na Pedagogia de Paulo Freire, considerando a alfabetização como um processo diretamente ligado ao contexto de vida, às trajetórias e vivências individuais, aplicado ao uso cotidiano. De acordo com a professora Artemis Martins, membro da equipe de formação, as concepções freireanas de protagonismo dos

educandos guiaram os operários em todo o processo de aprendizagem, ao promover a valorização de todos os saberes, vivências coletivas e experiências individuais. Apontou a direção do seu processo de aprendizagem: os próprios educandos determinavam os temas de interesse para as unidades temáticas, opinavam sobre as metodologias das aulas e as atividades (se gostavam, se estavam adequadas, o que deveria ser mudado, etc.) e monitoravam suas próprias avaliações – cada um deles tinha um portfólio com todas as atividades realizadas, de modo que podiam observar sua própria evolução na escrita. Com relação à metodologia de alfabetização, foram usadas as palavras geradoras, mas não foi o predominante.

O projeto também recorreu a psicogênese da língua escrita (Emília Ferreiro), compreendendo que a aquisição da língua se dá de forma sistemática e em níveis distintos; entretanto esta opção gerou alguns questionamentos por parte de militantes do partido que atuavam em São Paulo. “Achavam que porque Emília Ferreiro pensou uma metodologia a partir da epistemologia genética do Piaget não deveria ser usada em nossas atividades” (fala de Artemis). A professora chegou a receber um e-mail de uma militante de nome Helena – não se sabe se era uma militante de base ou uma dirigente do partido – refutando tal escolha. A despeito, desta incipiente resistência, o referencial de Emília Ferreiro foi mantido.

Junto desses teóricos, também se recorreu ao materialismo histórico-dialético como método de interpretação da realidade, observando as contradições dos fenômenos da vida para discutir e intervir no mundo (formação política). A equipe de formação também promovia reuniões de planejamento, que eram mensais e os encontros contavam com todas as formadoras (só havia mulheres na equipe). O planejamento era dividido em dois momentos: estudos teóricos relacionados ao processo de alfabetização e aos temas políticos, seguidos depois da elaboração das atividades e planos das aulas. As aulas e os materiais eram pensados considerando unidades temáticas (greves, crise, direitos trabalhistas, etc.).

Embora tenha sido uma experiência educativa relativamente recente, encontramos dificuldades para nossa análise do projeto. A primeira foi a falta de documentação. Não encontramos muitos registros do período. Nesse sentido, tivemos de recorrer a entrevistas e diálogos informais com educadores e educandos envolvidos. Nesses diálogos, procuramos elucidar: quanto tempo durou a escola do peão do PSTU; quantos educandos chegaram a ter; quantos pertenciam ao partido, e quantos não pertenciam; quantos professores participaram; se foi possível verificar resultados satisfatórios; e por fim, quais os motivos que levaram ao fim da escola do peão.

O local de realização do projeto foi a *Sala do Peão*, que foi destinada especialmente para os operários da construção civil, na sede do PSTU em Fortaleza. Foi dado o pontapé inicial pela equipe de Formação do partido no segundo semestre do ano de 2014, e o espaço era destinado ao estudo, leitura e a realização dos encontros de alfabetização e círculos de leitura. Havia um bom acervo de livros que foi conseguido com uma campanha entre militantes e uma doação da Editora Sundermann. O projeto começou com a participação de três operárias e cinco operários – ou seja, oito educandos fixos – mas a quantidade era variada, pois alguns apareciam esporadicamente em algumas atividades.

No primeiro dia foi entregue um kit com material escolar (pasta, caderno, lápis de escrever, apontador, borracha, régua e estojo). Esse material foi utilizado em todos os encontros e nas atividades para casa. O tipo de atividade era alternado (uma semana círculo de leitura, outra semana fábrica de textos), sempre às quartas feiras, no horário das 17:30 às 19:30, e aos sábados pela manhã.

Os *círculos de leitura* eram momentos de formação e discussão teórico-prática, e iniciou o estudo do livro *O que é o marxismo? A fábrica de textos* propunha a produção textual pelas mãos dos operários. Os operários puderam se expressar também pela escrita, a partir da compreensão dos processos de comunicação, língua e linguagem no meio social, identificar as variações linguísticas, tipos e gêneros textuais. De acordo com a equipe responsável, pelo menos 6 textos foram produzidos pelos operários – três narrações e três descrições.

De acordo com a professora Maria Artemis Ribeiro Martins, a equipe teve em média sete formadores. Dois pedagogos, dois licenciados em letras, dois licenciados em geografia e um bacharel em direito, e todos os educadores e os educandos eram militantes do PSTU. Alguns recém ingressos, outros mais antigos. O projeto se estendeu por aproximadamente um ano, até o segundo semestre de 2015. Nesse período, relata a educadora que a equipe de formação pôde avaliar o desempenho dos educandos:

[...] Haviam 3 grupos de educandos. O primeiro grupo era dos operários que já sabiam ler e escrever, mas sem apropriação gramatical da norma culta. Possuíam um nível de leitura consolidados. O segundo grupo era dos educandos que escreviam e liam palavras simples com muitas dificuldades. Esses avançaram para leitura e escrita de frases e textos pequenos [...] O terceiro grupo era dos não alfabetizados. Estavam no nível inicial; a maior parte deste grupo era formado por mulheres. Muitas tinham dificuldades de ir. Em um dos casos, uma delas encontrou resistência por parte do marido, sendo ameaçada inclusive de agressão. Nós percebemos

avanços, mas não foi consolidado o processo de alfabetização (fala da professora Artemis)⁴⁷.

Durante nossa pesquisa, tivemos a oportunidade de conversar com Clesiberto (conhecido como Corredor), que era aluno, membro da direção do STICCRMF e militante do PSTU. O operário em questão foi educando da escola do peão e falou sobre a sua experiência. Embora já tivesse o ensino médio completo, fala como aparente orgulho e satisfação das lições aprendidas.

Eu participei ativamente da escola do peão. Tive resultados fantásticos! Os estudos eram textos revolucionários, e a gente discutia e depois fazia o debate. E foi uma experiência bem rica, principalmente para mim. Eu já conhecia as primeiras letras, mas eu via a dificuldade que tinham os meus companheiros. Mas com certeza nós tivemos um balanço muito bom desse aprendizado. [...] eu vi vários companheiros que chegaram sem conhecer nenhuma letra do alfabeto e tiveram destaque, reconheceram isso e falaram para a gente que foi uma experiência boa (Fala do Corredor)⁴⁸.

Percebemos que o depoimento do educando confirma as informações prestadas pela professora. Existiam grupos distintos no processo de ensino-aprendizagem, e que alfabetização e letramento vinham acompanhados de formação política, engajada com o avanço de seu nível de consciência. Os participantes eram estimulados a discutir, debater e intervir na sua realidade.

Ora, se esse era um projeto que despertava interesse e engajamento dos envolvidos, por que ele durou pouco tempo? O motivo apontado, tanto por educadores como por educandos, foi a crise interna que se instalou no PSTU a partir de novembro de 2015, período que se iniciou o pré congresso da LIT – Liga Internacional dos Trabalhadores⁴⁹, em que surgiram polêmicas importantes. De um lado, uma coluna de quadros conformou uma tendência interna que foi nomeada Tendência Internacional⁵⁰ (TI). Em contrapartida, na

⁴⁷ Entrevista ocorrida em 16 de julho de 2018.

⁴⁸ Entrevista ocorrida em 15 de julho de 2018.

⁴⁹ O PSTU era filiado a LIT. Dentro de sua concepção programática, a LIT se intitulava o Partido Mundial da Revolução, e defendia a reconstrução da IV Internacional, com base no Programa de Transição de Trotsky.

⁵⁰ A Tendência Internacional acusava a direção majoritária da LIT e do PSTU de promover uma revisão teórica que tornava o partido mais sectário e auto proclamatório. Criticava a postura do partido de se autodenominar “a única organização revolucionária do Brasil”, e defendia as frentes eleitorais entre a esquerda – PSOL e PCB. Também denunciava que o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) era uma manobra parlamentar, um golpe institucional; defendia que a posição do PSTU deveria ser a luta contra o golpe, mesmo estando na oposição ao governo Dilma. Propunha uma revisão teórica, ao defender que a queda do muro de Berlim e o fim da URSS e do leste europeu, embora sendo a queda do aparato stalinista, representava uma

perspectiva de “salvar o partido”, a direção nacional conformou uma tendência que se intitulou Tendência Revolucionária⁵¹ (TR). Nos meses que se seguiram, violentas disputas políticas e debates internos foram travados, paralisando o partido. Nesse sentido, não havia clima para que a escola do peão se realizasse. Todos os educadores aderiam a TI, bem como a maioria dos operários que frequentavam a escola. Os que aderiam a TR eram desencorajados a participar de quaisquer atividades envolvendo a tendência rival. De acordo com Clesiberto:

[...] eu acho que nesse momento aí, ela nunca ia nem parar, né, essa escola. O problema é que nesse momento aí houve a quebra, houve as pessoas que por um motivo ou por outro, foram se desligando de algumas tarefas [...] é tanto que nessa nova organização [...] eu vejo que não tem ninguém ainda com propósito da antiga organização que era fazer, porque tinha que fazer. E isso não é bom (fala do corredor)⁵².

Em julho de 2016 a TI acabou por romper com o partido, e esse desembarque atingiu cerca de 40% de seus quadros – cerca de 800 militantes a nível nacional. No estado do Ceará a ruptura alcançou 80% dos militantes. Em seguida, os membros lançaram um manifesto intitulado “É preciso arrancar alegria ao futuro”, e ainda em julho de 2016, realizaram um encontro nacional em São Paulo, com delegados de vários estados do país, e lá aprovaram uma minuta de conjuntura, a luta contra o golpe, e passaram a se chamar MAIS⁵³. Após a ruptura o projeto foi encerrado. A jovem organização foi obrigada – a partir de um acordo de separação amigável entre as respectivas direções nacionais – a se retirar de sede – onde havia a sala do peão e toda a infraestrutura. Embora tenha saído com toda a equipe de formadores e a maioria dos educandos, não contava com espaço sequer para acomodar seus bens. Por outro lado, o PSTU ficou com a sede e toda a estrutura, mas perdeu toda a equipe de educadores e a grande maioria dos educandos. Foi o fim da experiência da escola do peão.

derrota do projeto socialista – pois o capitalismo foi restaurado –, causando um retrocesso mundial à consciência do proletariado, aos níveis anteriores à Revolução Russa de 1917.

⁵¹ A Tendência Revolucionária defendia que havia se aberto uma situação revolucionária a partir da crise do governo Dilma, e que havia chegado o momento de o partido se apresentar as massas de forma independente. Ou seja, não deveria fazer alianças eleitorais com os partidos “neorreformistas” (PSOL). Também afirmava que o impeachment não era golpe, e sim um ato normal dentro da democracia burguesa. Reafirmava a posição de que a queda do muro de Berlim e o fim da URSS e do leste europeu – a derrota do aparato stalinista – representava uma vitória do proletariado a nível internacional, ao derrubar o “último obstáculo” que impedia o proletariado de lutar pelo poder.

⁵² Entrevista ocorrida em 15 de julho de 2018.

⁵³ Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista. Em seu primeiro congresso ocorrido em 2017, aprovou a entrada no PSOL como corrente interna, bem como a fusão com a NOS – Nova Organização Socialista. Esta fusão se concretizou em 1º de maio de 2018, e passaram a se chamar RESISTÊNCIA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa instigante caminhada, nosso ponto de partida foi a análise marxista, apoiando-se nas relevantes contribuições de Marx e Engels. Compreender que a sociedade capitalista está dividida em classes sociais antagônicas entre si (burgueses e proletários), e esta divisão promove conflitos permanentes – aos quais a vitória de uma tem relação direta com o fracasso da outra. Tal pesquisa buscou se apoiar na teoria marxista por compreender que a única alternativa possível para alcançarmos a libertação de explorados e oprimidos só se dará quando o proletariado for dotado de armas capazes de subjugar seus opressores e instalar o governo da humanidade emancipada.

Isto posto, consideramos a práxis revolucionária como categoria central na leitura marxista da sociedade do capital. Ademais, a compreensão marxista da educação, na perspectiva da emancipação humana, não é possível sem localizar a práxis como elemento decisivo para a transformação social. Também consideramos que a práxis político-educativa, para que possa desempenhar seu papel com sucesso, deve se materializar na atuação das entidades associativas dos trabalhadores (notadamente, sindicatos e partidos). Como vimos, é necessário um processo autoeducativo (afinal, o educador também precisa ser educado), em que a ação esteja apoiada na reflexão. Através do programa marxista para a educação – que envolve trabalho, ensino e práxis político-educativa – os trabalhadores adquirem condições de conduzir uma luta consequente contra o capital. Portanto a pesquisa se propôs a estudar e analisar a atuação político-educativa, na construção de uma alternativa emancipatória, do sindicato dos trabalhadores da construção civil de fortaleza, nos últimos trinta anos, a partir da retomada para o campo da CUT (1988), e posteriormente a associação a CONLUTAS (2005).

Para que tal práxis político-educativa possa se concretizar, são necessárias mediações. Uma delas é o partido. Não qualquer partido, mas aquele dotado de um programa capaz de conduzir a classe trabalhadora ao desafio de fazer frente a seus inimigos. Tal organização política requer disposição, compreensão das tarefas postas, disciplina e quadros militantes que se proponham a caminhar com seus aliados de classe. E ao nosso ver a organização que cumpre todos esses requisitos é o partido comunista. Esta ferramenta compreende a tomada do poder pelos trabalhadores como uma via indispensável de libertação. Entretanto, tão grandiosa tarefa não depende apenas da obstinação e entrega de seus quadros militantes. Constitui-se em avanços e recuos, vitórias e derrotas, que proporcionam um rico aprendizado.

Identificamos na construção civil que a atuação de indivíduos isolados não foi capaz de fazer frente ao aparato político-sindical que governou a entidade. Era preciso uma organização política que considerasse as tarefas postas, vislumbrasse onde devia chegar, e realizasse o trabalho político que lhe ajudasse a construir essas condições; esta práxis político-educativa foi desempenhada num primeiro momento pelo PLP. Apoiado sob os ventos da redemocratização nos anos 1980, assumiu para si o papel de polo consciente, quando decidiu pioneiramente abrir um trabalho político-sindical no setor da construção civil, infiltrando militantes e organizando ativistas e trabalhadores. A consequência foi a formação da oposição sindical em 1988, que travou uma batalha pela consciência dos trabalhadores nos canteiros de obras, culminando com sua vitória nas eleições sindicais, em que a disputa pelo voto era o

início de uma práxis político-educativa que objetivava despertá-los para a luta pelos seus direitos.

Ao longo desses anos, o partido seguiu ocupando a posição de educador destes trabalhadores. Em 1994, o PLP e a Convergência Socialista se fundem, dando origem ao PSTU; seria essa nova organização que continuaria o legado anterior até os dias atuais. Seguem sendo princípios inegociáveis a independência de classe, a solidariedade de classe, o ódio a classe patronal, e a ação direta como a via privilegiada como alternativa para a solução dos problemas. Além disso, dava importância a formação política – através de cursos, seminários, reuniões, e outras atividades diversas – de seus dirigentes políticos, sindicais, bem como a franja de ativistas que estavam mais próximos. Embora houvessem outros partidos implantados na categoria (PT e PCB), estes não foram capazes de superar a hegemonia do PSTU – pelo menos até o período investigado – que detinha grande autoridade perante o operariado.

Uma posição comum encontrada nos escritos de Marx e Engels, bem como de seus precursores e intérpretes – Lênin, Rosa, Trotsky e Gramsci – é a compreensão dos sindicatos como escolas de guerra, que cumpririam com a missão de educar os trabalhadores para a verdadeira guerra revolucionária que haveria de vir. Sem delongas, todos estes percebiam os limites da atuação sindical; contudo, reconheciam sua importância e orientavam a participação dos comunistas nos sindicatos, independentemente de sua orientação política. Seja a entidade dirigida por grupos de direita ou esquerda, quer socialdemocratas, liberais, fascistas ou anarquistas, intervir neles com vistas a ganhar os trabalhadores para uma práxis revolucionária era uma *obrigação*. Consequentemente, não importava o regime político que governasse o país – ditadura ou democracia burguesa, todas as brechas institucionais eram vistas como uma oportunidade realizar a disputa pela consciência do proletariado.

Analisando a trajetória da direção político-sindical do STICCRMF, percebemos que a oposição sindical tinha essa compreensão acima explicitada. Seus militantes aproveitaram a brecha que surgiu com a redemocratização e a conjuntura de fortalecimento das correntes de esquerda, que passaram a lutar dentro das instâncias dos sindicatos, contra as direções pelegas oriundas da ditadura empresarial-militar existente no Brasil. Esse amplo movimento que se propunha a resgatar os sindicatos para a luta de classes encontrou na CUT um ponto de apoio e um polo aglutinador, e na construção civil não foi diferente. Se constituir como uma corrente sindical cutista possibilitou a oposição sindical construir uma verdadeira “frente ampla sindical”, que motivou e impulsionou movimentos sociais combativos em

Fortaleza para ajuda-los na disputa político-eleitoral, e acabou se sagrando vitoriosa. Iniciava-se um novo ciclo para esta entidade.

Nessa perspectiva, constata-se uma mudança significativa no nível de consciência destes trabalhadores, alicerçado na atuação político-educativa da direção sindicato. Se antes esta categoria não havia passado pela experiência de piquetes, greves, lutas políticas e/ou econômicas, com os rumos apontados por sua nova direção, a realidade mudou. Destacamos que o primeiro mandato (1989 a 1991) implantou uma práxis político-educativa que objetivava despertar os trabalhadores para a luta por seus interesses. Obviamente existiam limitações, mas sua concepção de sindicato apontou para a ruptura com o modelo de conciliação de classes. O ponto alto desta primeira fase foi a greve de 1995, que consolidou ainda mais o grupo dirigente, ao impor aos patrões a maior derrota política e econômica até aquele momento.

A partir de 2003, constatamos algumas mudanças dentro de sua localização sindical na esquerda. Com a chegada de Lula à presidência da república, surgem críticas e questionamentos acerca da postura da CUT frente o governo federal. De acordo com o PSTU, a central passou a atuar como defensora deste, mesmo quando o congresso nacional, alinhado com o governo petista, aprovava leis e medidas que eram prejudiciais aos trabalhadores brasileiros. O STICCRMF passa a se opor mais contundentemente ao campo majoritário da CUT, e ingressa na CONLUTAS. Um ano depois, rompe com a CUT e passa a ser a maior impulsionadora da CONLUTAS no estado do Ceará, atuando como polo aglutinador de sindicatos e oposições sindicais descontentes com a política cutista. Mais dois anos depois, ocorrem as eleições do sindicato; a chapa encabeçada por dirigentes cutistas perde o pleito, evidenciando que a base de apoio filiada ao campo governista havia se deteriorado, fortalecendo ainda mais a hegemonia do PSTU e da CONLUTAS no sindicato. Ou seja, percebemos outra mudança importante: a práxis político-educativa que recusava quaisquer ilusões no projeto reformista oferecido pelo PT na esfera sindical. A contradição é que a autoridade político-eleitoral de Lula é crescente entre os trabalhadores.

Quanto a experiência do projeto de alfabetização inicialmente promovido pelo sindicato em 1989, constatamos que buscava se apoiar fielmente na concepção de alfabetização de Paulo Freire. A equipe formadora compartilhava de suas opiniões político-pedagógicas, em que a alfabetização e a conscientização estão intimamente relacionadas; a postura do educador no processo de ensino-aprendizagem era fundamental, pois este deveria dominar os aspectos técnicos que envolvem o ensino e estar disponível para contribuir com esclarecimento político e promover uma educação crítica. Adotando esta postura, estaria

contribuindo para promover uma práxis pedagógica associada ao avanço da consciência do educando. Buscavam estar sensíveis a atividade produtiva desempenhada pelos educandos, levando-as em consideração no planejamento e desenvolvimento da leitura e escrita. A pesquisa do universo vocabular e a seleção das palavras geradoras demonstra isso.

Consideramos a experiência freireana um avanço. Como ocorreu pouco tempo após a tomada do sindicato, reforçava, no campo pedagógico, essa nova “política educativa” na perspectiva da emancipação. O fato de os trabalhadores demonstrarem interesse de aprender a ler e escrever para serem capazes de lerem o jornal do sindicato mostra a íntima relação entre alfabetização e politização. Nas aulas, os operários debatiam sobre greve, luta e sindicato, ao ponto de estas terem sido eleitas como palavras geradoras. Estes reconheciam a importância de ser sócio do sindicato e se reconheciam como parte da entidade, e não apenas a diretoria. Reafirmavam que para o sindicato ser forte e combativo era necessária a participação de toda a categoria. cremos que as eleições de 1988 e a primeira greve de 1989 causaram um grande impacto sobre a consciência do operariado, despertando em um setor da vanguarda da categoria o interesse de entender um pouco mais de política, e a alfabetização dos trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza proporcionou a estes educandos-trabalhadores a possibilidade de alcançar uma compreensão crítica da sua realidade, para que pudesse nela intervir e transformar. Embora as limitações – a falta de regularidade dos educandos, bem como a sobrecarga de atividades da direção do sindicato – tenham impedido a continuidade do projeto, sua contribuição para a promoção da práxis político-educativa é indiscutível.

Quanto a escola patronal ofertada em 1992, constatamos que a implementação do projeto de alfabetização nos canteiros de obra foi uma resposta aos avanços político-educativos do STICCRMF, no campo da formação/educação dos trabalhadores. Optaram por fazer a disputa política e ideológica de sua consciência. A forma como foi planejado e executado explicam muito sobre os interesses envolvidos. A equipe de profissionais foi selecionada e treinada pelo SESI. Treinamento esse com carga horária de vinte horas/aula que incluíam textos sobre Paulo Freire – a etapa de investigação da realidade social dos educandos e a escolha das palavras geradoras não foram realizadas –, Emília Ferreiro e avaliação educacional. O objetivo era letramento mínimo, com vistas a aprimorar o desempenho dos operários para o trabalho nos canteiros de obras, e tinha por meta proporcionar às empresas melhores condições de produção e aumentar sua lucratividade.

Apesar do caráter de classe desta escola e da vigilância das empresas, os professores tentavam promover uma formação crítica. Buscavam levar para sala de aula temas

e recursos didáticos diversos, inclusive o jornal do sindicato. Um dos professores chegou a levar os trabalhadores clandestinamente para uma assembleia na sede do sindicato – informando que seria uma aula de campo. Será se valeu a pena tal esforço? Inclino-nos a acreditar que para esse professor, sim. Ora, os educandos entendiam perfeitamente que o projeto não era um gesto de benevolência com os trabalhadores, mas sim autopromoção das próprias empresas envolvidas. Ainda assim alguns indivíduos, constrangidos com sua condição de analfabeto, sonhando conquistar crescimento profissional, ou mesmo em busca de entender a conjuntura de seu tempo, se submeteram ao modelo educacional do sistema “S”. Tal escola teve fôlego curto. A fiscalização do Ministério do Trabalho fez girar as prioridades das empresas, na perspectiva de minimizar possíveis prejuízos financeiros.

Por fim, voltamo-nos para a experiência da Escola do peão do PSTU. Constatamos semelhanças e diferenças com as experiências anteriores. Houve sim uma preparação para sua implantação, e havia uma equipe responsável por planejar as atividades; esta equipe era composta por três pedagogas que se reuniam mensalmente, com função diagnóstica a partir dos resultados, e preparatória para as reuniões seguintes. Entretanto, houve certa rotatividade dos educadores envolvidos, o que demonstra traços de voluntarismo por parte dos envolvidos.

Assim como o projeto de alfabetização do sindicato, reivindicava a experiência e o método de Paulo Freire – embora não identificamos nenhum vínculo direto entre as duas experiências. Aparentemente, a equipe de formação não demonstrou interesse em investigar o projeto da 1989. Alguns dos envolvidos sequer conheciam o projeto de alfabetização. Sua práxis político-educativa estava voltada para a alfabetização e politização dos educandos, assim como o projeto da década de 1980.

Uma das diferenças entre as duas escolas está no seu público participante. A experiência anterior atuava no sentido de atingir o maior número possíveis de trabalhadores, garantindo núcleos em seis bairros da periferia de Fortaleza, fora o núcleo que ocorria na sede do sindicato. A escola do peão tinha um raio de ação menor – ao todo, apenas oito operários fixos participaram do projeto, que acontecia na sede do partido, localizada no bairro Benfica. Outra diferença estava nos seus fins; sua intenção não era *apenas* formar cidadãos críticos. Era formar militantes, marxistas revolucionários, voltando-se quase que exclusivamente para os operários que cumpriam tarefas de direção político/sindical; seu foco não era formar soldados, mas sargentos e tenentes da luta de classes. Estavam sendo preparados para falar em público, enfrentar politicamente os patrões e seus agentes nos locais de trabalho, debater política com intelectuais e ativistas dos movimentos sociais, enfim, serem tribunos e

representantes operários do partido, com compreensão da realidade superior e capacidade de atuação acima da média de ativistas sindicais.

Quanto a semelhança entre a escola do peão e a escola patronal, a única que identificamos foi que também se apoiou teoricamente nas obras de Emília Ferreiro. No campo das diferenças, podemos resumir no principal: a proposta pedagógica apontava para um caminho totalmente oposto, dado o caráter de classe de cada uma. Os aspectos organizativos e operacionais são consequência disto. Podemos afirmar que a Escola do Peão, a despeito de seu desfecho infeliz, foi uma experiência extremamente exitosa, apesar de suas limitações, que podem (e devem) ser levadas em consideração em projetos futuros. Se munida de uma práxis revolucionária, há de encontrar uma avenida aberta para avançar.

Concluimos reafirmando que a práxis político-educativa é atividade teórico-prática transformadora da realidade, articulada com o trabalho e o ensino, configurando o programa marxiano de educação, orientador do processo de compreensão, organização, mobilização e luta da classe trabalhadora em defesa de uma sociedade humanizada, anticapitalista e emancipada.

REFERÊNCIAS

AGUENA, Paulo (org.). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editora Presença, 1970. Disponível em: < <https://docs.google.com/file/d/0Bxad4O1-hCVbNWdSeFpiYk91Rjg/edit?pli=1>>. Acesso em 18/12/2016.

ARCARY, Valério. **Lênin, imperialismo e revoluções**. São Paulo: Revista Lutas Sociais, 2005.

ENGUITA, Mariano Fernandes. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

FARIAS, Airton de. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

FARIAS, Paula Emanuela Lima de. **Dos canteiros de obra ao sindicato: a formação política das lideranças da construção civil sob a égide do sindicalismo classista**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza 2013.

ARAÚJO FILHO, José Gonçalves de. **O sentido do sindicalismo na tradição marxista: a educação da classe trabalhadora na fronteira das lutas econômicas, políticas e ideológicas**. Dissertação de Mestrado em Educação. Fortaleza: UFC, 2015.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez editora, 1991.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 27.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **O trabalho: a mercadoria**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola; CEDAC, 1982.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

FREIRE, Paulo. **Concepção dialética da história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FREIRE, Paulo. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século 21**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÊNIN, Vladimir Ulianov. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

LÊNIN, Vladimir Ulianov. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017.

LÊNIN, Vladimir Ulianov. **Quê Fazer?** São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

LÊNIN, Vladimir Ulianov. **Últimos escritos e diário das secretárias**. São Paulo: Editora Sundermann, 2012.

LOMBARDI, José Claudinei. **Reflexões sobre educação e ensino em Marx e Engels**. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. **Greve de massas, partido e sindicatos**. São Paulo: Kairós Editora, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LUZ, Nanci Stancki da (Org). **Tecnologia e trabalho: desafios na construção da interdisciplinaridade**. Curitiba: Editora SINDUTF-PR, 2011.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. Campinas: Editora Alínea, 2ª edição, 2013.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao Marxismo**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1982.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Sundermann, 2003.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Editora Navegando, 2011.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Editora Global, 1985.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Guerra civil na França**. Paris: Fonte Digital Rocket Edition, 1999. Acesso em 13 de março de 2017, http://www.hlage.com.br/E-Books-Livros-PPS/Comunismo-Nazismo-Etc/A_GUERRA_CIVIL_NA_FRANCA-KARL_MARX.pdf.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. 33.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDES, José Ernandi. **Trabalhadores da construção civil de Fortaleza: uma história de luta e aprendizado (1988-1991)**. 1994. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2ª edição, 2008.

NOBRE, Iziane Silvestre. **Trabalho, práxis e escola: elementos de uma formação revolucionária**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza 2015.

NÓBREGA, Yuri Holanda da. **Operários em construção: As experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1990**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez, 1990.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. ENCONTRO INTERNACIONAL DE TRABALHO E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES.I, 07 - 09 set. 2006 Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará,2006.

NOVAES, Henrique. **O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1862**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ORSO, Paulino José (org.). **Educação e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. São Paulo: Edições Graal, 2000.

PEÑA, Milcíades. **O que é marxismo?** Notas de iniciação marxista. São Paulo: Sundermann, 2014.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcante de. **1964: o 18 de brumário da burguesia brasileira**. São Paulo: Editora Sundermann, 2015.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcante de. **Marxismo como alternativa**. Crato: A Província Editora, 2015.

RABELO, Josefa Jackline. **Os Empresários e a intervenção na educação: investigando Interesses**. O Projeto de Alfabetização dos Operários da Construção Civil –

SESI/SINDUSCON. 1997. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.

REBOUÇAS, Luís Pereira. **Leitura e luta**: uma experiência de alfabetização com os trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza. 1991. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991.

ROCHA, Nericilda Bezerra da. **A reestruturação produtiva e os impactos na organização dos trabalhadores da construção civil**. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Fortaleza: UFC, 2004.

SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos operários no Ceará**: “instruindo, educando, orientando, moralizando”. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 29. 15 - 18 out. 2006. Caxambu/MG. **Reunião...** Caxambu/MG. 2006.

SCHÜTRUMPF, Jörn (org). **Rosa Luxemburgo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

SOUSA, Jessie Vieira de. **Círculos operários**: a igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **A crise na escola**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação**: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria marxista da educação**. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

STUTCHKA, Piotr. **Direito de classe e revolução socialista**. 3.ed. São Paulo: Editora Sundermann, 2009.

TROTSKY, Leon. **Aonde vai a França?** São Paulo: Editora Desafio, 1994.

TROTSKY, Leon. **A revolução Russa**: a natureza de classes da URSS. São Paulo: Informação Editora, 1989.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

TROTSKY, Leon. **Escritos sobre sindicato**. Brasília: Nova Palavra, 2012.

TROTSKY, Leon. **Lições de outubro e outros textos inéditos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2007.

TROTSKY, Leon. **Minha vida**: ensaio autobiográfico. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.